

PUBLICAÇÃO MENSAL ANO XVI Cr\$ 115.000,00

CADERNOS

DO TERCEIRO MUNDO

162

**ESTUDANTES PROTESTAM CONTRA
A INDÚSTRIA DA EDUCAÇÃO**

**AIDS:
O APOIO DA
SOCIEDADE
AOS DOENTES**

**AMÉRICA LATINA
SE UNE CONTRA
A POBREZA**

**ERITRÉIA:
O MAIS NOVO
PAÍS DA ÁFRICA**



Administração Sul do Banco Mercantil, em São Paulo

IMPLANTAR. QUALIFICAR. EVOLUIR.

Acompanhando as tendências do mercado. Perseguindo qualidade e produtividade. É assim que o Mercantil tem conquistado seu crescimento. Fundado em 1970, o banco expandiu-se numa rede supra-regional, implantando agências nos principais centros financeiros do país. Uma prova de trabalho bem estruturado. Uma evolução direcionada pelo claro objetivo de situá-lo, solidamente, entre as mais importantes instituições financeiras do país.

*Ocupar espaços.
Consolidar parcerias.
perseguir qualidade e
produtividade.
Evoluir. Solidamente.
Conquistar novos mercados.
Valorizar, mais que tudo, o cliente.
Ser um banco contemporâneo.*

MERCANTIL

Banco Mercantil S.A.

O Banco que dá valor a você.

Administração - Sul:
Alameda Santos, 880, Jardim Paulista, CEP 01418, São Paulo, SP
Tel. (011) 289.4666 - Fax (011) 289.4007 - Telex (11) 33708

Administração - Sede:
Rua do Imperador D. Pedro II, 307, Santo Antônio, CEP 50.010, Recife, PE
Tel. (081) 224.3466 - Fax (081) 424.1069 - Telex (81) 2424/8801

MONTE SUA BIBLIOTECA, ENTEIRAMENTE GRÁTIS!

presente, todos os meses, 3 pessoas para conhecerem "cadernos". Podem ser seus amigos(as), alunos(as), professores(as), colegas de curso ou trabalho. O importante é que sejam pessoas que vão gostar de "ler a nossa diferença".

COMO FUNCIONA E COMO VOCÊ GANHA.

As pessoas indicadas receberão 1 exemplar (de arquivo) da revista. Para cada indicação que tornar-se assinante você ganha um livro de sua escolha, dentre os livros brindes do mês.

BRINDES DO MÊS



INDICAÇÕES:

Nome:
 End:
 Bairro:
 Cidade: UF:
 CEP: Tel.:
 Em relação ao remetente o indicado é:
 () amigo(a) () colega de trabalho () professor(a)
 () aluno(a) () colega de curso

Nome:
 End:
 Bairro:
 Cidade: UF:
 CEP: Tel.:
 Em relação ao remetente o indicado é:
 () amigo(a) () colega de trabalho () professor(a)
 () aluno(a) () colega de curso

Nome:
 End:
 Bairro:
 Cidade: UF:
 CEP: Tel.:
 Em relação ao remetente o indicado é:
 () amigo(a) () colega de trabalho () professor(a)
 () aluno(a) () colega de curso

REMETENTE

Se dentro de até 2 meses algum indicado tornar-se assinante por intermédio de mala direta oriunda desta promoção, desejo como brinde, pela ordem:

Código do brinde

1º () 2º () 3º ()

Nome:
 End:
 Bairro:
 Cidade: UF:
 Cep: Tel.:
 Profissão:

- Sou leitor de bancas
 Sou assinante de cadernos

Data: ___/___/___

Assinatura do remetente

IMPORTANTE:

- 1- No caso de duplicidade de indicados prevalece a primeira. Após o prazo, será considerada como indicação, a do 2º remetente
- 2- Com a finalidade de aumentar a probabilidade de assinatura, o remetente pode mandar mais nomes em relação anexa.

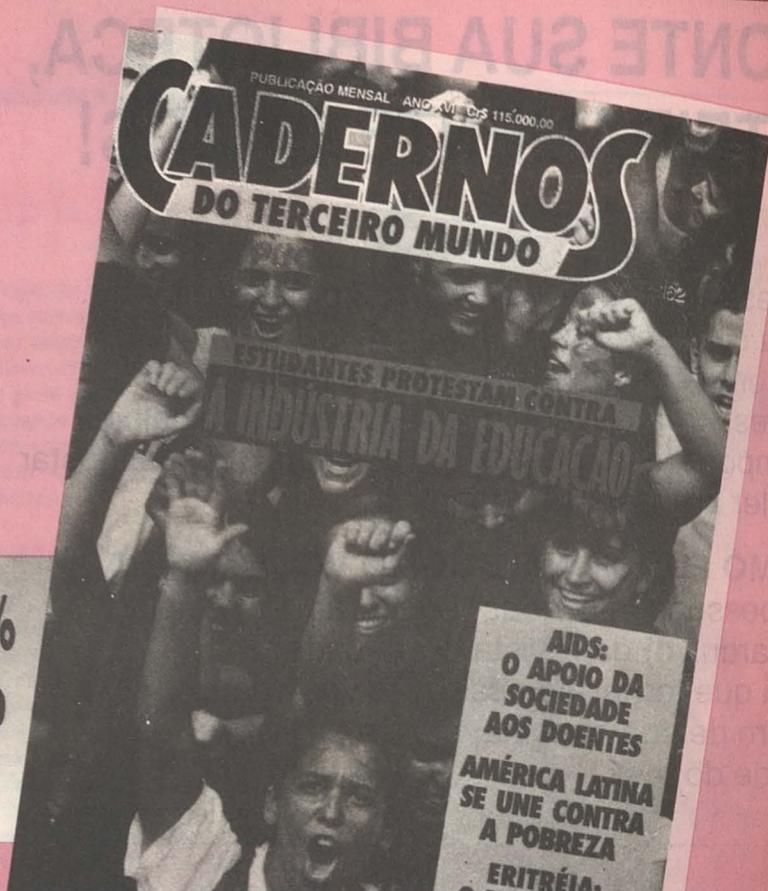
Fique do nosso lado

ASSINE

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

PROMOÇÃO
ESPECIAL

Desconto de 20%
para pagamento
à vista



PREÇOS E FORMAS DE PAGAMENTO

TIPOS DE ASSINATURA	À VISTA: 20% de desconto	PARCELADO: Pagamento Cheque Nominal
1 ANO	A Cr\$ 1.040.000,00	B 1 cheque de Cr\$ 1.300.000,00 para 30 dias
2 ANOS	C Cr\$ 2.080.000,00	D 2 cheques de Cr\$ 1.300.000,00 para 30/60 dias

Reembolso postal e cartão de crédito não acompanha o critério.

PEDIDO DE ASSINATURA DO AMIGO

CADERNOS

Nome: _____
Endereço: _____
Bairro: _____
Cidade: _____ Estado: _____
CEP: _____ Tel.: _____
Profissão: _____

Enviar para Editora Terceiro Mundo Ltda.
Rua da Glória, 122 - 1º andar - Glória - 20241-180 - Rio de Janeiro, RJ
Depto. de Assinaturas
PEÇA TAMBÉM PELOS TES (021) 252-7440/232-3372
OU PELO FAX (021) 252-8455

Após a validade cobraremos preços atualizados

MEU PEDIDO DE ASSINATURA

CADERNOS

Nome: _____
Endereço: _____
Bairro: _____
Cidade: _____ Estado: _____
CEP: _____ Tel.: _____
Profissão: _____

Minha opção de assinatura é: (A) (B) (C) (D)

Estou efetuando o pagamento por:

- Cheque(s) nominal(ais) á Editora Terceiro Mundo Ltda.
 Por telefone
 Reembolso Postal
 Vale Postal Ag. Lapa
 De acordo com a opção feita, autorizo o débito no cartão

de crédito: _____, que tem validade até ____/____/____
(nome do cartão)

Nome do titular do Cartão

Nº do Cartão

ACEITAMOS TODOS OS CARTÕES DE CRÉDITO

DATA: ____/____/____

Comprador

PREÇOS VÁLIDOS ATÉ 05/07/93

POSTAL NORTE SUL



Eduardo Galeano

AS VEIAS ABERTAS DA AMÉRICA LATINA

Coletânea de Profecias

1982

POR QUE CUBA?

Coordenação Emir Sader

★

Textos de Antonio Chelidze, Antonio Gramsci, Ernesto Anzari, Carlos Sader, Eric Hobsbawm, Paulo Rabello de Castro, Norberto Bobbio, Ralph Miliband, Eric H. e outros

ESTE PAÍS TEM JEITO?

Paulo Rabello de Castro e Paulo Carlos de Brito

120 p.

E-264

Cr\$ 290.000,00

NÓS DIZEMOS NÃO

Eduardo Galeano

213 p.

E-296

Cr\$ 750.000,00

RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL

Nelson do Vale Silva e Carlos A. Hasenbalg

Como são as relações raciais no Brasil? Qual o peso da variável raça na produção das desigualdades? Como essas questões se comportaram nos anos 80?

172 p.

E - 272 Cr\$ 280.000,00

AS VEIAS ABERTAS DA AMÉRICA LATINA

Eduardo Galeano

(33ª edição)

Galeano, neste livro, quebra a cronologia linear de historiografia oficial para desvendar o saque ao continente que persiste desde o descobrimento.

307p.

E-247 Cr\$ 700.000,00

ESTE PAÍS TEM JEITO?

Paulo Rabello de Castro e Paulo Carlos de Brito

O livro propõe-se a informar sobre as verdadeiras causas da estagnação econômica brasileira, da instabilidade política e do nosso sofrimento no campo social. Os autores apontam soluções para o resgate da dívida social e para uma melhor redistribuição da renda.

120 p.

E-264 Cr\$ 290.000,00

DEPOIS DA QUEDA

O fracasso do comunismo e o futuro do socialismo

Norberto Bobbio, Ralph Miliband, Eric H. e outros

Onze ensaístas de diversas áreas e nacionalidades analisam a trajetória e o colapso do comunismo a partir de 1989, as razões de seu fracasso, a nova ordem que se seguiu à sua derrocada e o futuro do socialismo. Leitura imprescindível para quem está preocupado com os rumos do mundo contemporâneo.

271 p.

E-290 Cr\$ 700.000,00

A REUNIFICAÇÃO DA ALEMANHA

Moriz Bandeira

Do ideal socialista ao socialismo real. Ensaio de história política que começa com a derrota alemã na guerra de 1914/18, passa pela criação das duas Alemanhas depois da Segunda Guerra e analisa a reunificação.

182 p.

E-286 Cr\$ 380.000,00

UMA EDUCAÇÃO PARA A SOLIDARIEDADE

Regina Celia Mazoni Jomini

Antes de 1930, as idéias anarquistas predominavam nas organizações operárias brasileiras. O livro pretende contribuir para o estudo das concepções e experiências educacionais lideradas por anarquistas na República Velha que a História oficial esqueceu.

135 p.

E-297 Cr\$ 490.000,00

NÓS DIZEMOS NÃO

Eduardo Galeano

A esquerda acabou? E a história, também? Ainda é possível falar em socialismo? Cuba merece nos dias de hoje, algum interesse, algum respeito? Pode existir dignidade na miséria? Estas são algumas questões que mantêm o autor de *Veias abertas da América Latina* procura desatar nesta obra.

88p.

E-226 Cr\$ 260.000,00

POR QUE CUBA?

Coordenação: Emir Sader

Textos de Darcy Ribeiro, Antônio Houaiss, Ferreira Gullar, Luis Pinguelli Rosa, Severo Gomes, Oscar Niemeyer e outros brasileiros de diversas áreas compõem uma reflexão sobre a situação atual e as perspectivas cubanas.

182 p.

E-285 Cr\$ 420.000,00

O PILÃO DA MADRUGADA

Neiva Moreira

Os repórteres são os narradores do cotidiano e do futuro. Este livro é a reportagem com um desses repórteres. Aqui, na mais longa entrevista que já concedeu, Neiva dá o testemunho do que viu e participou.

Ele narra episódios marcantes, e permite ao leitor conhecer e avaliar fatos não apenas desconhecidos mas, sobretudo, tergiversados na "história oficial".

José Louzeiro

464 p. E- 208 Cr\$ 280.000,00

LEITURA: ENSINO E PESQUISA

Angela Kleiman

Buscando reavaliar como se coloca o ato de ler na escola, o livro aborda a distância entre teoria e prática no ensino da leitura, o papel do aluno enquanto sujeito (e não mais objeto) do estudo e o do professor enquanto modelo do estudante.

213 p.

E-296 Cr\$ 750.000,00

URSS - ASCENSÃO E QUEDA

Luiz Fernandes

O livro analisa as consequências econômicas, sociais e políticas da opção do Leste pela "economia de mercado", bem como os antecedentes e desdobramentos dos dramáticos acontecimentos que sacudiram a União Soviética recentemente. É leitura obrigatória para os que queiram se situar diante das profundas transformações em curso nos países do Leste e refletir criticamente sobre a viabilidade do socialismo.

270 p.

E-256 Cr\$ 310.000,00

O LIVRO DOS ABRAÇOS

Eduardo Galeano

Tratar a memória como coisa viva: assim faz Galeano quando escreve. Sua memória pessoal é a nossa memória coletiva, da América. Este seu novo livro é o testemunho de pequenos episódios, que contam a história de nosso povo e revelam, com amor ou revolta, a dramática realidade de nosso continente. 217 p.

E - 243

Cr\$ 450.000,00

TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO

Vera Masagão Ribeiro e Orlando Joia

O livro é resultado de uma pesquisa realizada pelo Centro Ecmênico de Documentação e Informação (CEDI) sobre a atuação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE. O objetivo é contribuir para o conhecimento da militância no movimento dos trabalhadores em educação nas escolas públicas do Brasil.

80 p. E-293

Cr\$ 250.000,00

QUERIDA ILHA

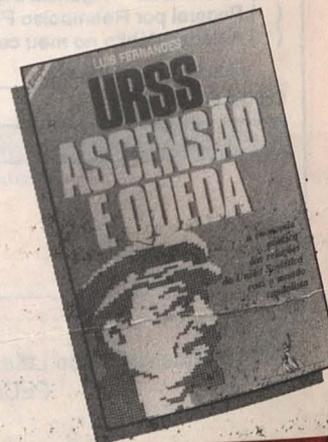
Hélio Dutra — 2ª edição

O apaixonante testemunho de um brasileiro que acompanhou, por dentro, todo o processo da revolução cubana. Hélio Dutra conhece Cuba a fundo, vivendo lá desde o fim da II Guerra Mundial. Alguns tópicos do seu livro: A reforma agrária, As reformas urbanas, A alfabetização, A mulher cubana e a revolução, A saúde em Cuba, etc.

E-240

Cr\$ 410.000,00

ATENÇÃO: Se, por motivo de insuficiência de estoque, faltar algum livro de seu pedido, a entrega será feita parcialmente e completada posteriormente.



SUPLEMENTO

ESPAÇO DE REFLEXÃO SOBRE TEMAS ALTERNATIVOS

QUILOMBOS: UMA HERANÇA TRISTE



Foto: Ricardo Funari

AMAZÔNIA

As denúncias do
bispo do Acre

Página 7

HISTÓRIA

O mais carioca
dos rios

Página 8

CINEMA

Hong Kong
invade as telas

Página 11

A TRISTE HERANÇA DOS QUILOMBOIS

Segundo o artigo 68 das Disposições Transitórias da Constituição, os negros descendentes dos quilombos têm direito à demarcação e à titulação das terras que ocupam. Mas enquanto este dispositivo não é cumprido, a violência continua a crescer e muitas famílias cujos antepassados eram comprovadamente escravos estão sendo impedidas de plantar e de viver na terra que ocupam há mais de 100 anos em vários estados do Brasil

Na Fazenda das rãs, em Bom Jesus da Lapa, Bahia, eles tentam salvar o que restou de suas roças, mandadas derrubar pelo fazendeiro Carlos Bonfim



BAHIA:

a expulsão das comunidades tradicionais

Texto: Ricardo Funari

Durante mais de um século eles plantaram feijão, milho, mandioca e melancia. Pescaram o surubim nas águas turvas do rio das Rãs, tiveram sua criação solta pelas terras que podiam alcançar. A Festa do Divino era uma alegria para toda gente. Na época das enchentes, quando o São Francisco inundava tudo em volta transformando a geografia e obrigando a procurarem terras mais firmes, ninguém precisava ocupar prefeituras e pedir alimentos. Eles tinham suas reservas.

A fazenda Rio das Rãs fica a 70 quilômetros de Bom Jesus da Lapa, no sudeste da Bahia. As entidades de apoio às lutas populares contam que eles já foram 300 famílias, que desde o início do século XIX colonizaram esse trecho do vale São Francisco. Hoje, não passam de 200 famílias, divididas em cinco comunidades rurais negras: Enchú, Capão do Cedro, Bom Retiro, Rio das Rãs e Brasileira. Em carta aberta à população, datada de julho de 1992 e endossada em janeiro de 1993, essas comunidades acusaram o fazendeiro Carlos Neto Bonfim, 43 anos, de vir tentando expulsá-las de suas posses desde 1984, utilizando todo tipo de arbitrariedade. O texto diz o seguinte: "O fazendeiro quer nos encerrar em uma área de caatinga e alagadiço, onde teríamos que permanecer amontoados. Não temos terra suficiente para fazer roça nem direito de ter criação miúda, como sempre tínhamos. Estamos impedidos violenta-

mente de continuar a nossa cultura, as nossas famílias foram esparramadas. O fazendeiro e seus mandados usam todo o tipo de armas: é arma de fogo, máquinas pesadas, trator, cães valentes, e ainda queimavam o que sobrava da destruição. Também teve muita ameaça de morte a trabalhadores e menores."

O conflito na fazenda Rio das Rãs seria apenas mais um número no quadro geral da violência no campo no Brasil se não fossem três aspectos singulares que a diferenciam:

– a Fundação Cultural Palmares, órgão ligado ao Ministério da Cultura, em parecer técnico datado de 19 de novembro de 1992, reconhece as comunidades negras de Rio das Rãs como remanescentes de quilombos, e solicita as providências cabíveis junto ao Ministério da Justiça no sentido da aplicação do artigo 68 das Disposições Constitucionais Transitórias, que as confirma como proprietárias legítimas das terras que ocupam. No dia 21 de dezembro passado uma comissão multidisciplinar de técnicos iniciou o levantamento geográfico e antropológico da área, para dar o suporte científico necessário ao parecer;

– o juiz da Vara Civil de Bom Jesus da Lapa, Antônio Laranjeira Barbosa, concedeu liminar de manutenção de posse às comunidades negras em novembro de 1990, reconhecendo provisoriamente, até que o processo seja concluído, a legitimidade das posses dessas famílias;

– o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) não reconhece o título de propriedade apre-

sentado por Carlos Bonfim, alegando haver interrupção na cadeia dominial.

Entretanto, apesar do parecer antropológico, da sensibilidade do Poder Judiciário local e das dúvidas com relação à legitimidade da propriedade de Bonfim, as famílias negras continuam sendo violentadas: "Minhas roças tavam lá dentro. Ele enfiou o trator em minha roça, derrubou a cerca tudo lá no chão e soltou meu gado." O desabafo é de Joaquim Francisco Xavier, 67 anos, morador daquelas terras a vida toda, assim como seus pais e avós, e até onde a lembrança pode chegar.

João Evangelista Cardoso, morador da comunidade de Capão do Cedro, construiu sua casa de madeira e barro, igual a quase todas dali, onde pretendia morar após se casar. Isso foi no início de 1991, logo após a concessão da liminar que garantia a ele, provisoriamente, a posse da terra. Certo dia, foi surpreendido pela visita de dois homens armados. Um deles era Adenibal Xavier Pereira, gerente geral da fazenda Rio das Rãs.

"Ele chegou, nem deu bom-dia, riscou a D.20 aí no terreiro, pegou uma corda, amarrou na forquilha da casa, engatou a corda no girico e mandou que o giriqueiro rompesse. Derrubou a casa", lembra Raimunda Maria da Conceição, mãe de João Evangelista. "Aí, ele disse para o meu filho: 'Agora você vai e fala pro delegado que eu derrubei a sua casa'."

Adenibal confirma que derrubou a casa de João, porque já tinha avisado que ninguém poderia mais construir ali, já que a área estava em litígio.

A irmã Miriam Inês Bersch, coordenadora da Pastoral da Diocese de



O gerente da Fazenda Rio das Rãs, Adenibal Xavier Pereira, é acusado pela comunidade negra de destruir casas e roças

Bom Jesus da Lapa, fez um levantamento extra-oficial do saldo da destruição da área, junto com outras entidades que apóiam os trabalhadores, baseado em informações colhidas junto às comunidades até dezembro de 1992, já que nunca houve registro escrito das ocorrências. Os números apontam para 71 casas destruídas desde o início do conflito, 279 hectares de roças arrasadas somente em três comunidades pesquisadas e um prejuízo na criação que soma 509 cabeças, entre porcos, ovelhas, cabras, vacas e galinhas, nas mesmas comunidades. Segundo a irmã, esses números estão subestimados, já que se baseiam no que as pessoas conseguiram lembrar.

Carlos Bonfim é presidente do Grupo Bial (Bonfim Industrial Algodoeira Ltda.), terceiro maior produtor de algodão do país, com uma produção anual de 20 mil toneladas. "É o primeiro no Nordeste", afirma Luciano Bonfim, sócio do grupo e primo de Carlos. Para garantir essa posição, o patrimônio do grupo soma seis usinas de beneficiamento de algodão, oito fazendas, que totalizam 70 mil hectares e reúnem mais de 20 mil cabeças de gado, além de duas concessionárias de carro.

Somente a fazenda Rio da Rãs colheu, na safra de 1991/92, seis mil toneladas de algodão, tendo plantados quatro mil hectares para a próxima colheita. Para alcançar esses números invejáveis, a fazenda "contrata" mão-de-obra avulsa em várias cidades da Bahia e Minas, através dos chamados "gatos" ou empreiteiros - pessoas que se encarregam de reunir o contingente de trabalhadores necessário na época da demanda. Assim, a fazenda não assume nenhum compromisso trabalhista com essas pessoas. Elas moram em minúsculos casebres, construídos com madeira fornecida pelo fazendeiro, à beira das plantações ou no barracão próximo à sede.

Após um período de trabalho, os trabalhadores têm direito a receber o combinado, um salário mínimo por mês, segundo o gerente, descontados os gastos com alimentação que fizeram na cantina da propriedade.

Geralmente, esses gastos ultrapassam o que eles teriam a receber. Adenibal, o gerente, não poupa elogios

ao patrão, para quem trabalha há 19 anos: "Mesmo que eles fiquem devendo, ninguém sai daqui sem um dinheirinho, pelo menos para a feira. Se ficam doentes, tem carro o dia todo para a cidade. A fazenda é muito boa pra essa gente e dá trabalho para 800 a 3.500 pessoas o ano todo. Inclusive essa gente aí que acusa o 'seu' Carlos de grilagem vem trabalhando aqui."

Duas dessas pessoas são as filhas de Odílio Pereira Cardoso, morador da comunidade do Enchú, pai de mais oito crianças, a quem só é permitido plantar em uma área inferior a meio hectare, no quintal de sua casa de cômodos. "Se nós planta mais, eles destrói. Nós passa necessidade em cima dessa terra. Oh, meu Deus, que um dia isso há de acabar", diz Odílio.

*"Se eu morrer
sem minha roça,
vou ficar tão
triste que Deus
nem vai me querer
no céu"*

Não é difícil encontrar pessoas, entre os moradores das comunidades negras, que apóiem o fazendeiro Carlos Bonfim e acreditem que a sua chegada melhorou as condições de vida dos posseiros que sempre viveram ali. É o caso de Tenêncio Joaquim Vilaça, de 75 anos, que aceitou as regras do fazendeiro e recebeu seus 25 hectares de terra (15 hectares no alto, 10 em alagadiço) em setembro de 1991, com escritura lavrada na comunidade Brasileira.

Terêncio, apesar de idoso e frágil, é homem lúcido e convicto: "Carlos é homem bom. Não é por tá aqui na frente do Adenibal, funcionário dele, que eu ia mentir pro sinhô. A fazenda ajuda a gente. Se a gente precisa de

um trator para arar a terra, ele empresta. Se precisa de um litro de óleo ou um saco de milho, pega lá e depois acerta. E também a fazenda dá trabalho para quem quer vender o dia de serviço. O que seria de nós sem isso?"

A opinião de Terêncio é compartilhada por cerca de 35 famílias, que já receberam suas escrituras e moram na Brasileira. Essas famílias desconhecem que suas escrituras têm pouco valor, já que não foi possível registrar o título de doação dessa área, devido às irregularidades na documentação existente.

Carlos Bonfim não vem poupando esforços, nos últimos oito anos, no sentido de ver todos esses negros reunidos num espaço por ele designado. O lugar é conhecido como comunidade do Bom Retiro, área de terras altas, que essa gente tradicionalmente ocupava nas épocas de chuva, quando o velho Chico insistia em "empurrá-la para cima". Mas Bom Retiro não é mais uma comunidade.

O único remanescente dessa disputa é Francisco Acalanto de Souza, que vive ali com sua família. Do alto dos seus 98 anos, o velho Tomé, como Francisco é conhecido, afirma, com a coragem de quem já foi jagunço nos anos 20 e não tem mais nada a esconder: "Daqui eu só saio morto, por eles ou por Deus. Com as próprias pernas, nunca." Tomé pode ser encontrado todos os dias, do nascer ao pôr-do-sol, arrumando a sua pequena roça de feijão e milho, a um quilômetro da casa de alvenaria que ele mesmo construiu. No caminho da roça, ele tem que transpor duas cercas e o faz com a calma dos que têm todo o tempo do mundo. Lúcido, ele é capaz de enumerar um a um todos os 15 vizinhos e parentes que sempre dividiram aquele chão com ele, e agora estão na Brasileira: "Primeiro, ele mandou destruir as roças. Deixou mal e mal as casas. Derrubou as roças, arrou, encheu de capim. Eles não podiam arrancar aquele capim para plantar uma cova de feijão, de jeito nenhum. Aí botou os caminhãozão lá pra levar as casas embora."

Dona Raimunda da Conceição lamenta: "Se eu morrer sem caminhar dentro da minha roça, não vou nem para o céu, porque Deus não vai nem me querer, de tão triste." ■

BAIXO AMAZONAS:

luta pela preservação da identidade



Descendentes de escravos desce o rio Trombetas em sua canoa

Texto: Patrícia Terra

A região do rio Trombetas, no Baixo Amazonas, vive hoje uma tensão silenciosa. Uma contagem informal revela que há cerca de sete mil remanescentes de quilombos se organizando por lá para fazer cumprir o artigo 68 das Disposições Transitórias da Constituição. O artigo diz que aos remanescentes de quilombos é garantida a demarcação e titulação das terras que ocupam. Eles vivem distribuídos por 18 comunidades no município de Oriximiná, ao longo do rio Trombetas – entre as cidades de Porto Trombetas e Cachoeira Porteira – e de dois de seus afluentes: os rios Erepecuru e Cuminá. Enquanto a lei não é cumprida, apesar dos esforços da Associação das Comunidades dos Remanescentes de Quilombos de Oriximiná, criada em 1989, o território é invadido por interesses diversos. Os descendentes dos escravos foragidos perdem terreno, enquanto iniciativas extrativistas de minério e preservacionistas da natureza passam a dividir o espaço.

Os negros começaram a se instalar na região do Baixo Amazonas no século XVIII, fugindo de fazendas de cacau próximas a Santarém. Eles formavam os quilombos – aglomerados de pessoas que trabalham para si sem eles com o sistema dominante – para sobreviver na selva. Mesmo depois da abolição da escravatura, a memória da perseguição foi mantida. O período colonial foi sucedido pelo chamado

avanço da fronteira agrícola e das frentes pastoril e extrativista na Amazônia. Na região do Trombetas, rica em castanhais, os caçadores de escravos deram lugar aos executores do sistema de patronagem, em que os remanescentes dos quilombos eram obrigados a vender a castanha que colhiam a forasteiros que empunhavam títulos falsos de propriedade das terras. Ainda hoje, o negro com mais de 30 anos de idade se lembra da infância cheia de medo. Quando chegavam barcos com brancos, as mães, traumatizadas, gritavam: “Corre que lá vem o pega-pega.”

No final dos anos 70, a ameaça voltou a se manifestar com intensidade. A Amazônia começava a receber transferência de capitais do Centro-Sul, visando à instalação de segmentos industriais. No caso da região do rio Trombetas, que conta com uma das quatro maiores reservas de bauxita do mundo, os investimentos foram direcionados para a extração do minério – principal matéria-prima do alumínio. A Mineradora Rio do Norte – empresa de economia mista com participação da Vale do Rio Doce e consorciada a multinacionais – se instalou na margem direita do Trombetas em 1979 e, no mesmo ano, na margem esquerda, o governo criou uma reserva biológica com 385 mil hectares.

Dez anos mais tarde, o governo decretou também a criação da Floresta Nacional Saracá Taquera na margem direita do rio, entre as cidades de Porto Trombetas – sede da Mineradora Rio do Norte – e Cachoeira Porteira. O plano

agora é a construção de duas hidrelétricas através da Eletronorte: uma em Cachoeira Porteira e outra na cachoeira Chuvisco, rio Erepecuru, para fornecer energia à indústria da mineração. As hidrelétricas, quando em operação, vão inundar os castanhais.

Toda esta ocupação verificada nos últimos 24 anos é vista pela Associação das Comunidades dos Remanescentes dos Quilombos de Oriximiná como um verdadeiro “roubo de terra”. Para Rui Brasil Rocha, ex-diretor da associação e atual representante da entidade na Comissão Nacional dos Atingidos por Barragens da Amazônia, “o pessoal não quer cumprir o artigo da Constituição porque sabe que os negros ficariam com a posse de toda a área”. Segundo ele, os maiores castanhais estão dentro da reserva biológica, invadida permanentemente pelos remanescentes, causando problemas com a fiscalização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). “Passamos dias no meio do mato para pescar, comer e colher a castanha, que é vendida aos atravessadores e levada até Oriximiná, de onde é repassada para as usinas de beneficiamento. Se o Ibama pega, toma a castanha, o peixe e até a canoa. Isto, quando não há violência física”, denuncia Rui Brasil.

Ele acredita que o apoio dos ecologistas à criação da reserva biológica e da floresta nacional foi bem intencionado, porque objetivava preservar espécies como a tartaruga-da-Amazônia. “Eles só não sabiam que por trás

dessas medidas estava a finalidade de despejar o negro do Trombetas. No fundo, a reserva foi criada para impedir que se formassem favelas em volta da mineradora, o que acabou acontecendo. Mais cedo ou mais tarde, o negro teria que desocupar toda a região", analisa.

Na opinião dele, a solução seria transformar a reserva biológica em reserva extrativista de castanha, onde o monitoramento das tartarugas seria desenvolvido pelo Ibama. Mas o problema maior atualmente é a ameaça de construção de hidrelétricas na região. "Quem mora lá não tem para onde ir. É sair dali para morrer depois da inundação."

Enquanto o desamparo ronda os negros, a cidade de Porto Trombetas conta com seis mil habitantes, entre 1.400 funcionários da Mineradora Rio do Norte e seus dependentes. Com hospital, recepção via satélite de três redes de TV, postos da Telepará e dos Correios, supermercado, escola gratuita e de excelência, clubes recreativos e até pistas de motocross, a cidade foi erguida onde havia um dos maiores povoados dos remanescentes. Os técnicos que vieram do sul, principalmente de Minas Gerais, usufruem da grande infra-estrutura plantada no meio da selva.

Os antigos habitantes tiveram que construir barracos ao lado da cidade, constituindo nova comunidade que, na verdade, é uma favela batizada de Boavista. Hoje, as mulheres trabalham na cidade, com cara de Primeiro Mundo, como empregadas domésticas; eventualmente, os homens pres-

tam serviços pesados à Mineradora. O processo de favelização também se dá em volta do canteiro de obras aberto para a construção da hidrelétrica de Cachoeira Porteira. Os negros, afastados por tratores, ergueram outro povoado, apelidado pelos funcionários da Eletronorte de Vila Macaco.

A associação já tomou algumas providências legais com relação à sobrevivência dos remanescentes. Representantes da entidade travaram contato com a Procuradoria Geral da República, em Brasília, e conseguiram que a Comissão Pró-Índio de São Paulo iniciasse um estudo quanto às origens dos habitantes da região. Enquanto a demarcação não é feita oficialmente, a associação promove conscientização entre os remanescentes para que, por conta própria, cada um vá delimitando seu espaço.

No difícil trabalho de comprovar as origens dos negros de Oriximiná, a associação pode contar também com o apoio da antropóloga Eliane Cantarino O'Dwyer, que coordena um grupo de estudos e trabalho de campo na Amazônia, à frente da pró-reitoria de extensão da Universidade Federal Fluminense. Ela pretende publicar em livro os resultados da pesquisa que desenvolve, "a fim de contribuir para evitar o genocídio" daquela população. "Temos dados que comprovam a genealogia dos remanescentes. Pelo sistema de parentesco e a partir da memória social é possível fazer a reconstituição", garante a antropóloga.

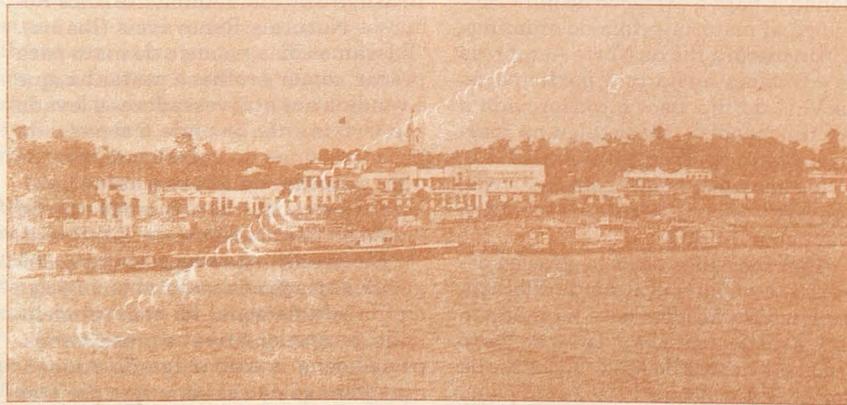
Os dados históricos recolhidos na pesquisa são de viajantes que visitaram a região no passado, como Barbo-

sa Rodrigues, em expedição realizada para o Ministério do Império, e os naturalistas Otile e Henri Coudreau, encarregados pelo governo do Pará de mapear geograficamente a área entre 1898 e 1900. Relatórios dos presidentes de províncias, datados do século XIX e disponíveis no Arquivo Nacional, registram expedições visando à captura de escravos foragidos na região, e também amparam a pesquisa. "No relatório de viagem de Mme. Coudreau há referências a um guia escravo que levou o casal de naturalistas às cachoeiras do Erepecuru, e que foi reconhecido por um dos informantes da nossa pesquisa antropológica como seu tio-avô", conta Eliane.

As pesquisas permitem afirmar que os negros escravos eram exímios caçoeiristas e buscavam o alto dos rios como esconderijo. "Assim, eles mantiveram contato com os índios nativos, como os Kashiwana, Tirió e Wai-Wai, e construiu-se uma identidade étnica diferenciada, a partir de uma multiplicidade de pressões que atingiram os dois grupos", explica a antropóloga. Rui Brasil confirma: "O pessoal tem costumes indígenas, como a pajelança, mas mantém características africanas, guardando, por exemplo, a dança lundum."

Segundo Rui Brasil, o espírito dos quilombos permanece, apesar da mistura cultural. "Somos todos parentes. O povo vive viajando para visitar familiares, o que mantém o nomadismo dos negros fugitivos." Para a antropóloga Eliane Cantarino, conserva-se também a tradição do uso comum das terras pelas comunidades. "Na demarcação oficial será necessário levar em conta que os remanescentes cultivam a terra em esquema de trabalho comum e familiar. Eles dizem que não consideram a propriedade privada individual", alerta.

Para quem ainda tem dúvidas quanto ao espírito dos quilombos, basta conferir as placas colocadas à beira dos rios pelos negros que vivem na área, e que dizem: "Terras coletivas dos remanescentes dos quilombos". É a autonomia que caracteriza o grupo tentando se eternizar através dos tempos, desta vez na busca pelo reconhecimento oficial da legislação que garante seus direitos. ■



Em Oriximiná, os descendentes de quilombos vivem espalhados em 18 comunidades

A falência amazônica

Bispo do Acre denuncia o abandono econômico e social das populações da região e afirma que o sonho de Chico Mendes acabou

Ricardo Lessa

Desde que o primeiro barco europeu percorreu o rio Amazonas, em 1542, a região amazônica ocupa um lugar especial no imaginário coletivo. Nos séculos XVI e XVII, era o Eldorado que mobilizava os sonhos. Hoje, é uma espécie de paraíso botânico e antropológico, onde as utopias ainda podem se realizar. A realidade social da região amazônica, contudo, desencoraja totalmente esses sonhos.

A Amazônia passa por um dos momentos mais graves de sua história. O alerta vem de uma das personalidades mais influentes e respeitadas da região, Dom Moacir Grechi, bispo do Acre e Purús há 20 anos. Com gestos largos, apontando para o mapa, ele identifica os ianomâmis, em Roraima, sofrendo com a invasão de seu território por garimpeiros, o alto rio Negro, abandonado, o Juruá e o Purús, com a população doente e miserável, e o Acre, sua prelazia, com uma realidade semelhante.

"Vivemos um momento sem esperança." A frase de Dom Moacir, de 57 anos, soa ainda mais grave, porque vem de um religioso que tem por profissão e hábito "levar a esperança aos desesperados". Ele compara a situação atual com a do exílio bíblico do povo judeu do Egito.

O retrato social traçado pelo bispo está longe de ser idílico: "Colonos abandonados, ribeirinhos sem peixe, seringueiros na miséria, bairros na sujeira, índios cheios de doenças. No conjunto não se vê uma saída", resume.

A situação ecológica não é melhor. "As madeiras continuam sendo derrubadas e exportadas sem fiscalização. Há estradas particulares de mais de 100 quilômetros floresta adentro para derrubada e transporte de árvores, sem qualquer fiscalização."

Não é difícil imaginar a situação de cerco em que vive Dom Moacir Grechi. Ao mesmo tempo em que assiste às calamidades vividas pelo povo, é obrigado a negociar com as autoridades estaduais, em grande parte responsáveis por essas calamidades, para manter as obras de emergência da igreja. "A situação de exílio nos obriga à negociação", lamenta.

Não faltam motivos para Dom Moacir se sentir exilado. O Acre, em particular, é um dos estados mais pobres do país. Vive praticamente do repasse de verbas federais. Rio Branco foi a capital que mais inchou nos últimos anos. Os maiores empregadores no estado são os governos municipal, estadual e federal.

A borracha, que deu origem ao estado e era o principal produto de exportação, está em queda livre nos mercados nacional e internacional. A queda do preço vem dismantando um dos sonhos mais acalentados por Chico Mendes e pelos ecologistas de todo o mundo: o das reservas extrativistas. "Esse sonho faliu", sentencia Dom Moacir.

"No seringal Cacheira, uma espécie de modelo de reserva extrativista, os filhos dos seringueiros não querem mais aquela vida primitiva e vêm todos para a cidade", constata, para acrescentar que a cidade não oferece nenhuma perspectiva.

"As notícias que tenho das outras reservas não são nada boas. Os seringais estão se esvaziando, o pessoal que fica passa fome", diz logo a seguir.

Dom Moacir cita uma experiência que vem dando certo no sul do Acre, na região de Nova Califórnia, município de Extrema. Lá, os seringueiros se juntaram com os sulistas para plantar frutas regionais, como o cupuaçu, o açaí e a pupunha. Com a ajuda de uma fundação holandesa, 180 famílias estão sobrevivendo e prosperando.

"É uma experiência com muito



Dom Moacir pede um novo modelo de desenvolvimento na região

respeito entre os sulistas e nortistas. Quando se trata de floresta, quem opina são os acreanos; quando se trata da economia, são os sulistas que falam", explica.

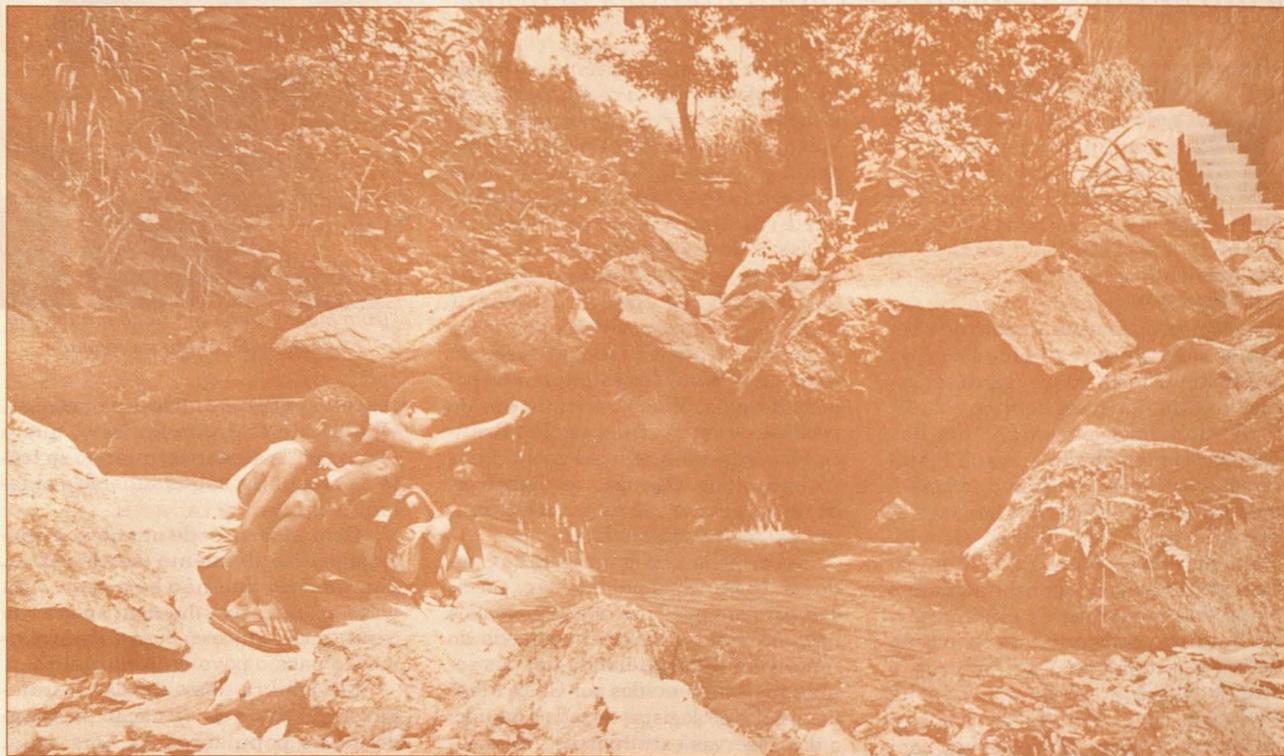
Dom Moacir pede um novo modelo de desenvolvimento da Amazônia. Um modelo que não seja nem o da volta ao extrativismo nem ao grande capital. Em síntese, "um desenvolvimento para o povo da Amazônia".

Ele lembra das estradas intrafe-gáveis do Acre, da situação de abandono das populações da Amazônia. Por outro lado, aumentam os problemas urbanos. "Cada dia há mais meninos de rua aqui. Isso não existia na Amazônia. A violência também aumenta. Todo dia uma casa parquial é assaltada", conta ele.

Por outro lado, se enfraquecem as vozes que denunciam essa situação. Jornalistas são calados com propostas milionárias. A fuga dos assassinos de Chico Mendes foi apenas mais um episódio da longa lista de proezas da máquina judiciária local.

Apesar do clima de impunidade, Dom Moacir não se sente ameaçado, e avisa que não vai parar nenhuma das atividades que mantém. "Eu ando em qualquer lugar sem qualquer problema." Ele acha paranóia o medo de alguns dirigentes sindicais locais, que estão constantemente denunciando ameaças de morte. ■

O mais carioca dos cariocas



A glória e a decadência de um rio que ajudou a construir a personalidade do Rio de Janeiro

Luiz Carlos Prestes Filho

Fotos: Cristina Zappa

As ligações clandestinas de clínicas, hotéis, restaurantes, edifícios e casas particulares aumentam a força do rio Carioca quando ele chega ao bairro do Flamengo, no Rio de Janeiro. Suas águas ficam negras e o lixo se acumula em grandes quantidades pelas galerias.

Para tentar impedir a poluição da praia do Flamengo, o Carioca foi ligado ao emissário submarino de Ipanema, mas suas águas em dias de chuva invadem a área de lazer, formando enormes línguas negras.

São os técnicos da Companhia Estadual de Água e Esgoto (Cedae) que têm a função de todos os dias

controlar o ponto crítico onde o rio foi desviado do seu leito natural. Toda manhã homens com o logotipo da Cedae no peito levantam as tampas pesadas da rede de esgoto e mergulham na escuridão das tubulações. Às vezes, eles são capazes de ficar horas no subsolo do Rio de Janeiro para viabilizar o projeto de despoluição que está em pauta.

Como médicos, os técnicos lutam pela recuperação de um paciente. O otimismo da vontade não os abandona nunca. Eles têm a convicção de que será possível transformar esse doente, que parece estar em fase terminal, numa criança cheia de vida.

O rio Carioca nasce ingênuo no Corcovado. Seus filetes de água vão se juntando e tomando força aos poucos. No reservatório Mãe d'Água parte de suas águas são tratadas para abastecer o bairro de Santa Teresa, mas uma boa quantidade continua a correr até as favelas Serro-Corá, Vila Cândido e Guararapes. Em seguida, o Carioca passa pelo Largo do Boticário e em alguns trechos abertos na rua das Laranjeiras. Depois ele desaparece debaixo do asfalto que sustenta o trânsito pesado em Laranjeiras e no Flamengo.

As águas do rio Carioca repetem o mesmo ritual há séculos; correm insistindo em trilhar esse caminho. Os obstáculos encontrados pelo rio nas favelas estão à vista. O lixo acumulado nas margens expressa a triste realidade das populações marginalizadas. A poluição se mistura com os problemas sociais que enfrentamos no Terceiro Mundo como consequência de um desenvolvimento dependente.

O Carioca ainda está vivo quando chega no Largo do Boticário. É no misterioso caminho subterrâneo que são eliminadas as suas energias vitais; é nesse trecho que ele adocece todo dia, não suportando as transformações inadequadas que o crescimento impôs à nossa realidade urbana. Foi na luta pelo domínio dessas águas que ocorreu a vitória decisiva dos portugueses sobre os franceses no século XVI, marco que fez avançar o domínio lusitano na Guanabara. Estão também nas margens perdidas do rio Carioca os alicerces da primeira casa de pedra do homem branco, ponto zero do nosso início urbano.

O rio que já abasteceu a cidade, hoje corre debaixo do asfalto, em galerias que os técnicos lutam para despoluir

*"Vós, solitários gênios dos desertos
Do meu pátrio Brasil, nunca invocados
Té qui por nenhum vate, cujas vozes
Doçura deram do Carioca as águas"*

Gabriel Soares

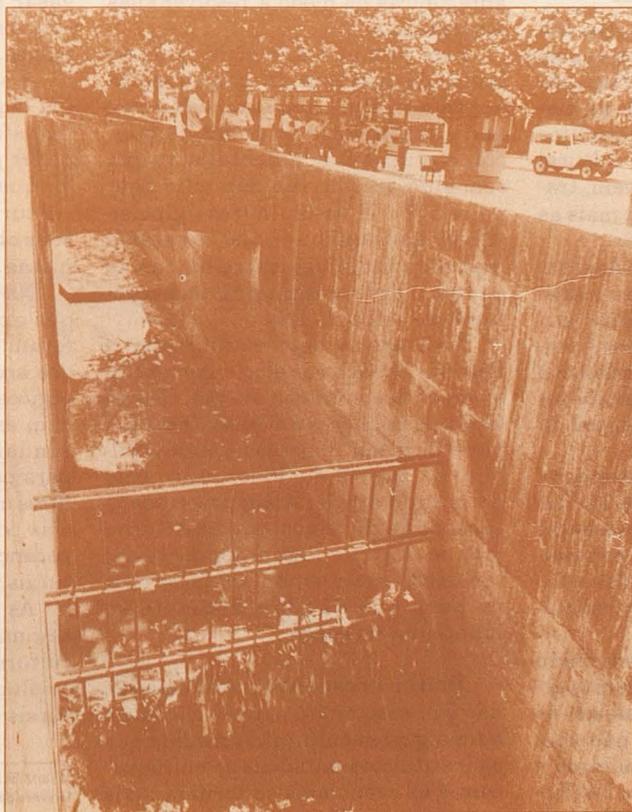
água era levada até o campo de Santo Antônio (atual Largo da Carioca). As obras, sob orientação do governador Ayres Saldanha, terminaram em 1723. O aqueduto atingia quase sete mil metros de extensão, vinha desde a Mãe d'Água, no Silvestre, até os Arcos da Lapa.

Após todo o trabalho de captação do rio, a água chegava aos chafarizes, onde jorrava em profusão por várias bicas. Era de grande importância social e representava um avanço da engenharia. Os chafarizes funcionavam como locais de encontro da população, que ia buscar água em vários tipos de utensílios, e viajantes ali davam de beber a seus animais.

Hoje, o Carioca não teria capacidade de abastecer a megacidade. Seu chafariz mais importante simbolicamente está calado – o chafariz do Mestre Valentim, na Praça XV. Mas, com certeza, se as águas do Carioca forem despoluídas, poderemos com mais dignidade e orgulho nos voltar para o passado.

Para os índios tamoiós, o Carioca era um rio sagrado. A tribo atribuía às águas límpidas que vinham do Corcovado a virtude de dar boas vozes aos seus cantores. Quem sabe, os artistas de hoje poderão um dia beber dessa água em qualquer trecho do leito aberto ou escondido. Assim, a magia das vozes dos tamoiós voltará a soar sobre a baía de Guanabara. ■

Pesquisa Histórica de Milton Mendonça Teixeira



Mulher, a chave para a paz

Com sua crescente influência e poder, as mulheres podem ser a última e melhor esperança para reverter os conflitos sociais e culturais da Humanidade

Franz Schurmann*

Antigamente, a maioria dos conflitos girava em torno do poder e da riqueza. Hoje, enquanto prosseguem as disputas pelo poder, mais e mais conflitos estão relacionados à questão cultural – o modo como as pessoas vivem, trabalham e pensam. E cada vez mais as mulheres estão no seu centro.

No passado, as mulheres não eram tão importantes nas guerras culturais. Mas agora, por serem mais ativas e poderosas na vida pública – embora ainda permaneçam vinculadas à família e à comunidade –, as mulheres se tornaram símbolos e agentes da identidade de seus grupos.

Isso ficou evidente, por exemplo, na guerra civil na Bósnia. Lá, as mulheres têm sido forçadas a representar um papel trágico e brutalmente passivo, particularmente através dos estupro em massa das mulheres muçulmanas por soldados sérvios.

Já no Egito, onde está em curso uma guerra cultural entre grupos seculares e religiosos muçulmanos, as mulheres estão emergindo não apenas como alvos, mas também como a vanguarda de um movimento intelectual



O maior desafio da mulher é ajudar a solucionar os conflitos da Humanidade (acima, reunião da ONU para discutir a situação da mulher no mundo)

que busca aproximar as partes antagônicas de modo a resolver suas divergências.

Este país africano pode estar no limiar de uma luta de vida ou morte entre o regime secular, cada vez mais dependente do poder da polícia, e grupos fundamentalistas que têm sido aceitos rapidamente pela população. E as mulheres egípcias sabem que, a não ser que se estabeleça algum diálogo entre ambas as partes, o Egito enfrentará uma revolução ao estilo do Irã.

No Iraque, onde os conflitos com os Estados Unidos se relacionam exclusivamente ao controle do petróleo do Golfo, as mulheres conquistaram um papel de maior projeção no âmbito público do que em qualquer outro país do mundo árabe. A surpreendente igualdade de sexos que existiu no Iraque durante algum tempo pode, inclusive, estar sendo um fator chave para que Saddam Hussein se mantenha no cargo.

Poder crescente – Atualmente, não é preciso muito para se dar início a uma guerra cultural. À medida que as instituições mundiais se enfraquecem e as economias se tornam mais

precárias, as pessoas procuram extrair a necessidade de participação através de sua identidade étnica e religiosa.

A auto-estima, que decorre de um seguro senso de identidade, se transforma então em uma fonte de poder pessoal e coletivo. E seja onde for que esse poder alimente conflitos culturais, as mulheres se tornam seus objetos centrais e suas protagonistas.

Na Bósnia, muitas das mulheres que conquistaram a igualdade sexual foram forçadas ao exílio pelo horror dos acontecimentos. Mas, em outras regiões muçulmanas, as mulheres podem estar surgindo como uma força fundamental, que pode contribuir para prevenir ou mesmo resolver conflitos culturais. E, no resto do mundo, elas podem ser a última e melhor esperança para reverter as guerras culturais.

As mulheres devem perceber que seu maior poder repousa no âmbito cultural e seu maior desafio é ajudar a solucionar os conflitos sociais e culturais da Humanidade. ■

*Franz Schurmann é professor de história e sociologia na Universidade da Califórnia, em Berkeley

Hong Kong invade as telas

Conhecida como a "fábrica de sonhos do Oriente", Hong Kong está produzindo filmes que estão fascinando os espectadores de todo o mundo

Andrew Lam*

"A yaaahh!!". Este outrora dissonante grito chinês está fazendo os norte-americanos finalmente perceberem que o cinema de Hong Kong invadiu os Estados Unidos.

Já se vangloriando do título de cidade com o maior número de proprietários de Mercedes Benz, Rolls Royce e telefones celulares do mundo, Hong Kong está também reivindicando o título de "Fábrica de sonhos do Oriente". Os mais de 300 filmes que produz todo ano, para não mencionar a sua TV e indústria de vídeo bilionárias, estão espalhando esses sonhos por vários países, inclusive os Estados Unidos.

As estréias de *Ghost Story* e *Peking Opera Blues* no teatro da Universidade da Califórnia, em Berkeley, foram tão concorridas quanto as de *Blade runner* (*O caçador de andróides*) e *Drugstore Cowboy*, afirma Gary Meyer, vice-presidente executivo da rede de salas de espetáculo Landmark. "Acho que os norte-americanos estão prontos para assistir a algo novo e excitante. Estimamos que 80% da audiência da noite de estreia eram de espectadores não-chineses."

Realmente, a indústria cinematográfica de Hong Kong está desfrutando de um sucesso mundial nunca visto desde a morte do ídolo das artes marciais, Bruce Lee, há duas décadas. Po-

dem-se encontrar filmes de Hong Kong – seus heróis de alta ação, fantasmas e duendes voadores, e astros e estrelas de olhinhos puxados – do Rio de Janeiro a Joanesburgo.

Na própria Hollywood o nome do diretor John Woo, de Hong Kong, está se tornando tão conhecido quanto o de Steven Spielberg e George Lucas. "John Woo é um homem muito requisitado. Seus filmes repletos de ação com uma violência estilizada são a sua marca registrada. Ele transforma a violência em algo sensual", diz Todd Booth, historiador do cinema que está escrevendo um livro sobre os filmes de Hong Kong.

Woo começou a ganhar fãs como o diretor Martin Scorsese há quatro anos, no festival de cinema de Toronto. Seu então desconhecido *The killer*, estrelado por Chow Yun Fat, surpreendeu pela qualidade.

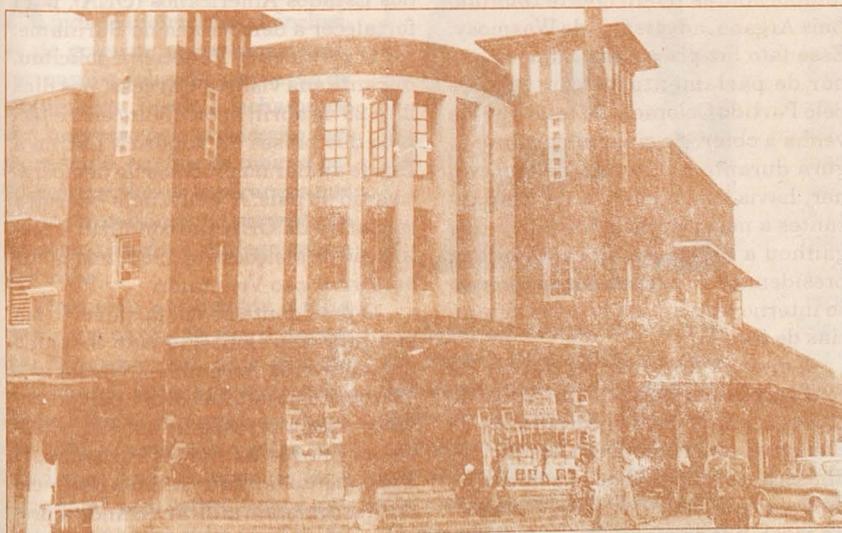
Identidade pan-asiática – O que faz os filmes de Hong Kong serem tão melhor sucedidos do que, por exemplo, os da indústria cinematográfica indiana, que produz mais longas do que qualquer outro país?

"Os filmes de Hong Kong são feitos para o mundo", explica Barbara Bryant, relações públicas de Los Angeles. "Com uma população de apenas seis milhões de habitantes, Hong Kong seria louca caso não levasse em conta o tipo de filmes que agrada aos outros povos do planeta."

Encravada em uma região do mundo onde metade da população tem menos de 24 anos, a indústria cinematográfica de Hong Kong também está ajudando a criar uma nova identidade pan-asiática.

"A nova geração tem mais dinheiro para gastar do que nunca e não se sente mais atraída pelas Madonnas e Michael Jacksons do Ocidente", diz Montgomery Hom, ator chinês-norte-americano que trabalhou em Hong Kong. "Eles vestem jeans e vão ao MacDonalds, mas querem as suas próprias estrelas."

*Escritor vietnamita-norte-americano radicado em São Francisco



Dodoma (Tanzânia): filmes de artes marciais são sucesso de bilheteria



Partidários de Juan Carlos Wasmosy (foto ao alto) comemoram a sua vitória

PARAGUAI

Oposição controla o Congresso

Em conjunto, a oposição paraguaia conquistou nas urnas a maioria das cadeiras do Parlamento, o que lhe permitirá impulsionar suas iniciativas para ajudar a transformação do país. Um eventual acordo político entre o Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA) e o Encontro Nacional consagraria para essas forças o controle do Poder Legislativo, ao qual a nova Constituição concede mais poderes, como, por exemplo, a decisão sobre a nomeação dos juízes da Suprema Corte de Justiça.

Promover mudanças na hierarquia da Suprema Corte é fundamental para a estratégia do Encontro Nacional e do PLRA, que se comprometeram a levar à frente a investigação dos delitos contra os direitos humanos atribuídos à ditadura de Stroessner e os casos de corrupção que se imputam ao antigo regime e também a funcionários da administração do recém-substituído presidente Andrés Rodríguez.

No Senado, o partido do governo terá cerca de 20 cadeiras, sobre um total de 45, e a oposição unida também será maioria na Câmara dos Deputados. Pela primeira vez em 45 anos, a

Aliança Nacional Republicana – como se conhece oficialmente o Partido Colorado – se encontrará diante de um Congresso adverso. Será uma situação nova e obrigará o presidente Juan Carlos Wasmosy a negociar os grandes temas com os partidos de oposição.

Das reuniões que se realizam entre a coalizão Encontro Nacional e o PLRA para definir a atuação conjunta no Parlamento participam também colaboradores do dirigente colorado Luis Argana, adversário de Wasmosy. Esse fato faz prever um número menor de parlamentares controlados pelo Partido Colorado, do total que ele venha a obter. Argana, importante figura durante a ditadura de Stroessner, havia conclamado seus simpatizantes a negar apoio a Wasmosy, que ganhou a indicação da candidatura presidencial do partido em um processo interno caracterizado pelas denúncias de fraude.

Em suas declarações depois de confirmada sua vitória, o candidato do governo anunciou a incorporação do Paraguai ao grupo de países latino-americanos empenhados na liberação da economia, na reforma do Estado e na estabilidade monetária.

SURINAME

Ameaça de golpe

A comunidade internacional acompanha com atenção a crise desencadeada em abril no Suriname entre o presidente Ronald Venetiaan e a cúpula militar, quando o chefe de estado decidiu substituir o chamado “homem forte” Desi Bouterse como comandante do Exército.

O candidato proposto por Venetiaan, Arthy Gore, foi rejeitado pelo alto comando militar, dominado por Bouterse, que esteve à frente dos governos militares de 1980 e 1990.

O clima só desanuviou um pouco após a resposta positiva do chanceler holandês, Pieter Kooijmans, à possibilidade de enviar tropas de seu país para apoiar o governo legalmente constituído. “A ajuda holandesa pode assumir diferentes formas, inclusive militar”, disse Kooijmans. “Tudo depende do pedido.” Nos meios políticos, considera-se que essa atitude pode levar Bouterse a pensar duas vezes antes de tentar dar um golpe militar.

O governo da Venezuela, por sua vez, anunciou que buscará o apoio do continente, através da Organização dos Estados Americanos (OEA), para fortalecer a democracia no Suriname.

O presidente Venetiaan solicitou, durante sua visita a Caracas, nos dias 28 e 29 de abril, apoio financeiro e técnico dos países da América Latina a fim de ajudar no processo de democratização do país. A Venezuela liderou a iniciativa da OEA que conduziu à realização de eleições em 1991, nas quais saiu vitorioso Venetiaan.

O presidente se viu fortalecido em sua luta com Bouterse pelo respaldo que obteve da Assembléia Nacional – 41 votos de um total de 51 parlamentares – para prosseguir em sua política em relação às Forças Armadas. O Parlamento também pediu a renúncia do alto comando militar visando a preservar os interesses do Estado.



Arthy Gore

VENEZUELA

Pérez processado

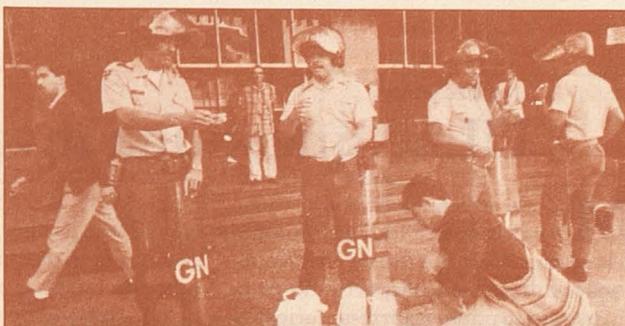
Pela segunda vez, a América Latina assiste à destituição de um presidente em pleno exercício de seu mandato sob a acusação de corrupção. Em 1992, foi o presidente Collor de Mello. Este ano, é a vez do venezuelano Carlos Andrés Pérez, um dos líderes social-democratas mais prestigiados do continente.

Pérez já vinha em um processo de desgaste desde que, pouco depois de assumir pela segunda vez a presidência, em 1988, anunciou a implantação de um drástico plano de ajuste econômico. A rebelião popular contra o plano – conhecida como o *Caracazo* – resultou em mais de 300 mortos. Ano passado, o presidente enfrentou duas tentativas de golpes militares, que re-

ceberam apoio de alguns segmentos da população.

A atual crise foi desencadeada em 8 de novembro, quando o jornalista José Vicente Rangel denunciou em seu programa de televisão dominical o uso “irregular” de fundos destinados à segurança. Pérez e dois ex-ministros – Alejandro Izaguirre, do Interior, e Reinaldo Figueiredo, da Casa Civil – foram acusados de comprar 17,2 milhões de dólares a tarifas privilegiadas e revendê-los no mercado livre, obtendo um lucro de mais de 10 milhões de dólares. Esses 17 milhões eram provenientes de uma conta secreta destinada a fins de segurança.

A Câmara dos Deputados decidiu investigar a denúncia e, embora o presi-



Em toda a capital, pichações acusam Pérez de corrupto

dente tenha negado qualquer responsabilidade no caso, Rangel insistiu em que a ordem partiu de Pérez.

Diante da demanda de informações dos parlamentares, o presidente admitiu em março que houve “erros de procedimento”, dando margem a que uma acusação formal contra ele e os ex-ministros chegasse à Suprema Corte. Em 20 de maio passado, a Corte decidiu que havia evidências suficientes para abrir processo contra Pérez, decisão que foi ratificada por unanimidade pelo Senado.

Com o afastamento de

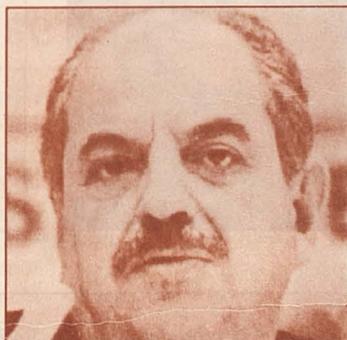
Pérez, tomou posse como presidente interino o senador Octavio Lepage, do partido governista Ação Democrática, que em 1988 havia disputado com Carlos Andrés Pérez a candidatura do partido às eleições presidenciais daquele ano.

Trata-se de um caso inédito nos 35 anos de democracia que viveu a Venezuela desde o fim do ciclo ditatorial. Agora, Pérez vai ser submetido a julgamento e, se for considerado culpado, terá que renunciar de forma definitiva à presidência. Seu mandato deveria terminar em fevereiro de 1994.

GUATEMALA

Apesar dos protestos da comunidade internacional, inclusive do governo norte-americano, permanece delicada a situação da Guatemala. Desde o fechamento do Congresso pelo presidente Jorge Serrano, em fins de maio, a população perdeu as esperanças que vinha depositando no processo de democratização e diálogo com a guerrilha.

Primeiro presidente civil a receber o cargo de seu antecessor, Serrano – em uma atitude semelhante à tomada pelo presidente Alberto Fujimori, no Peru, em 1992 – justificou o golpe institucional “pelo colapso na lei e na ordem”, com referências à corrupção política e ao tráfico de drogas.



Serrano: golpe branco

Aparentemente, Serrano teria tomado as medidas de exceção com receio de um possível golpe de estado. Os militares – que governaram durante décadas a Guatemala – não escondiam seu descontentamento com os numerosos protestos que vinham agitando a capital.

CUBA

A escritora e jornalista cubana Marta Rojas esteve no Brasil para lançar seu livro “Cuba 1992: o ano mais duro da Revolução”, que contém artigos escritos a partir de uma conversa da autora com amigos brasileiros que queriam saber como Cuba estava vivendo depois da desintegração da União Soviética. A convite da prefeitura de Niterói que, em 1990, depois de receber apoio cubano para controlar uma epidemia de dengue hemorrágica, criou um intercâmbio científico-cultural com a ilha, Marta Rojas fez uma série de palestras onde destacou que seu país está “passando por muitas dificuldades que, com criatividade e alegria, estavam sendo superadas”. Segundo ela, os Estados Unidos não têm mais motivos para manter o bloqueio econômico, já que Cuba não abriga há muito tempo ogivas nucleares soviéticas.

PANAMÁ

Filme questiona invasão

Mais de três anos após a invasão dos Estados Unidos ao Panamá, o lançamento de um filme sobre a operação militar está despertando polêmica entre o público norte-americano.

Através de cruas imagens e vários depoimentos, *O engano do Panamá* (*Panama deception*), da diretora norte-americana Barbara Trent, questiona a natureza, os objetivos e os meios utilizados na invasão. Segundo ela, "as pessoas têm reagido com raiva e dor ao ver o filme" ao perceberem que foram enganadas a respeito da ação militar.

O filme tem despertado críticas do povo norte-americano à política exterior e às Forças Armadas do seu país. "Milhares de pessoas já escreveram cartas pedindo aos seus congressistas que reabram a investigação do Subcomitê das Forças Armadas sobre a invasão ao Panamá", conta a diretora.

Segundo os produtores do do-

"Feliz Natal",
dizia o veículo
militar
norte-americano
que participou da
invasão ao
Panamá em
dezembro
de 1989



cumentário, escrito pelo norte-americano David Kasper, o fato dele ter sido premiado com um Oscar em março passado o transformou em um êxito de bilheteria nos cinemas das 50 cidades onde está em exibição nos Estados Unidos. Apesar disso, ainda persiste a censura imposta pelas cadeias de televisão privadas daquele país, que se recusam a exibi-lo.

A invasão ao Panamá, em 20 de dezembro de 1989, provocou oficialmente a morte de 4.000 pessoas — entre os quais muitos civis —, cerca de 20.000 refugiados, além de prejuízos materiais da ordem de 2,2 bilhões de dólares. Mas Washington reconheceu somente 524 mortos do lado panamenho e 27 baixas entre os soldados norte-americanos.

BOLÍVIA

A cabeça do ex-ditador García Meza está a prêmio. O governo boliviano instituiu uma recompensa de 238 mil dólares para quem, no país ou no exterior, fornecer informações



García Meza

sobre o paradeiro do general que governou a Bolívia de 1980 a 1981.

García Meza está foragido desde janeiro de 1989, quando o Congresso boliviano ordenou sua detenção preventiva como principal responsável pelo roubo e venda dos diários de campanha de Ernesto "Che" Guevara e Harry "Pombo" Villegas, guerrilheiros que atuaram no país em fins da década de 60.

Em 21 de abril passado, sete anos depois de iniciado, concluiu o julgamento em que o militar foi considerado culpado por 45 delitos que vão de rebelião armada, assassinatos, danos econômicos ao Estado até genocídio.

Segundo insistentes rumores, García estaria vivendo no Chile. No início de maio, toda a família do ditador viajou para Santiago, o que reforçou essa suspeita.

COLÔMBIA

O governo da Colômbia descartou a possibilidade de restabelecer a curto prazo o diálogo com a Coordenadoria Nacional Guerrilheira (CNG), suspenso desde a morte no cativeiro do ex-ministro Argelino Durán, no ano passado.

A afirmação foi feita pelo próprio presidente Cesar Gaviria ao participar de um Fórum pela Paz junto com organizações guerrilheiras que já depuseram armas, como o Movimento 19 de Abril (M-19), o Exército Popular de Libertação (EPL), Quintín Lame e o Partido Revolucionário dos Trabalhadores. No mesmo sentido

se pronunciou o ministro da Defesa, Rafael Pardo.

A CNG reúne o Exército de Libertação Nacional (ELN), as Forças Armadas Revolucionárias (Farc) e uma fração dissidente do já legalizado Exército Popular de Libertação (EPL), responsável pelo seqüestro e morte do ex-ministro conservador.

ANGOLA

Negociações na estaca zero



Forças do governo enfrentam a Unita

O fracasso das negociações de paz em Abidjan – capital da Costa do Marfim – entre o governo de Luanda e a Unita parece prognosticar que a guerra continuará nesse rico país africano, apesar de todos os esforços da comunidade internacional.

A rodada de negociações

de Abidjan começou dia 13 de abril, sob mediação da ONU e com o aval dos Estados Unidos, Rússia (em substituição da ex-URSS) e Portugal, os três países garantes dos Acordos de Bicesse. Nessa cidade portuguesa, o presidente José Eduardo dos Santos e o líder rebelde Jonas Savimbi

selaram com um simbólico aperto de mãos o acordo que deu origem ao processo de transição democrática. Esse processo culminou nas eleições de setembro passado, vencidas pelo partido do governo, o MPLA.

Mediante o acordo de Bicesse se pretende pôr fim a 32 anos de violência política em Angola, 13 de guerra contra a presença colonial portuguesa e 15 anos de guerra civil, iniciada pela Unita após a independência.

Como se sabe, a Unita não reconheceu sua derrota nas eleições municipais, apesar da Organização das Nações Unidas (ONU) e observadores internacionais terem constatado a trans-

parência do pleito, e voltou a pegar novamente em armas em novembro do ano passado.

Em meados de maio, os EUA reconheceram oficialmente o governo do presidente José Eduardo dos Santos, rompendo com Savimbi.

Da agenda de 48 pontos de Abidjan, os negociadores tinham conseguido, em meados de maio, chegar a um acordo em torno de 47 pontos. Porém, as dificuldades se tornaram intransponíveis quando se chegou ao ponto mais delicado de todos: a retirada da Unita das cidades e aldeias ocupadas por seus guerrilheiros, que controlam dois terços do território de Angola.

O governo considera que essa retirada é indispensável para poder administrar todo país, direito conquistado nas urnas em setembro de 1992.

MARROCOS

Oposição se une

Opositores marroquinos no exílio solicitaram às Nações Unidas que crie uma comissão para investigar supostos vínculos do rei Hassan II do Marrocos com a produção de drogas nesse país do norte da África. A demanda foi uma das resoluções da reunião realizada na localidade espanhola de Málaga, por mais de 200 delegados dos exilados marroquinos da Argélia, França, Alemanha, Bélgica e Holanda, que decidiram fundar o Movimento de Oposição dos Democratas Marroquinos (MODM).

Este movimento também pretende exigir da comunidade mundial que se condicione a ajuda econômica, social ou política ao regime marroquino ao respeito aos direitos humanos e aos princípios e tradições democráticas.

Essa decisão coincidiu com a divulgação de um relatório da Anistia Internacional segundo o qual há no Marrocos pelo menos 350 presos políticos em centros secretos de detenção, onde a aplicação da tortura está amplamente difundida. Desses, 147 têm penas de morte pendentes e a maioria permanece em um regime de completo isolamento. Também são privados do direito de se defender em um julgamento, já que o Estado adia indefinidamente a abertura de processo contra eles.



Jovens marroquinos observam ônibus destruídos após distúrbios de rua

O presidente de honra do MODM é o escritor Abdel Moumen Diouri, que se tornou famoso na França quando em 1991 o governo de Paris proibiu seu último livro "A quem pertence o Marrocos" e o expulsou para Gabão, gerando um movimento popular em sua defesa que obrigou as autoridades francesas a revogarem a medida.

SRI LANKA

Em busca da paz

Onovo presidente do Sri Lanka, Dingiri Banda Wijetunge, expressou o desejo do governo de negociar a paz com os rebeldes tamis que lutam desde 1983 pela criação de um território independente no norte do país.

Wijetunge, que ocupava o cargo de primeiro-ministro, assumiu o poder após o assassinato do presidente Ranasinghe Premadasa, durante as comemorações do 1º de Maio na capital, Colombo. Premadasa foi vítima de um ataque suicida, realizado por um adoles-



Wijetunge (esq.) substituiu Premadasa cente de 14 anos, que deixou outras 23 pessoas mortas e 38 feridas. Segundo a polícia, o atentado teria sido realizado pelos Tigres da Libertação do Ta-



mil Eelam, que negou as acusações.

A escolha de Wijetunge para o cargo não recebeu objeções da oposição. Especulava-se que a oposição iria propor o nome de Sirimavo Bandaranaike, ex-primeira-ministra e agora líder do Partido da Liberdade de Sri Lanka.

A dirigente foi uma das figuras públicas mais críticas da gestão de Premadasa e tem defendido a mudança do regime presidencialista para o parlamentarista. "A necessidade do momento é revitalizar a instituição da democracia parlamentar", afirmou Bandaranaike.

Wijetunge ocupará o cargo até dezembro de 1994, quando se realizarão novas eleições gerais.

IÊMEN

Uma eleição exemplar

Foi nítida a vitória do presidente Ali Abadallah Saleh e de seu partido, o Congresso Geral do Povo (CGP), nas primeiras eleições multipartidárias realizadas no Iêmen depois da reunificação do país.

As eleições de 27 de abril passado deram à coalizão do governo – o CGP e o Partido Socialista – uma ampla maioria. O CGP obteve 121 cadeiras no Parlamento, de um total de 301, o dobro do total obtido pelos outros dois partidos que disputaram a eleição: o Al-Islah, um partido islâmico de inspiração tribal, conquistou 62 cadeiras e o Partido Socialista Iemenita (PSI) – o antigo partido único do Iêmen do Sul – ganhou 58. Foram ainda eleitos 47 deputados independentes, mas desses 25 já declararam que votarão com o CGP e 13 com o PSI.

Os resultados formalmente não vão alterar muito o panorama político, caracterizado por um relativo equilíbrio entre os três principais partidos. Mas a eleição teve grande importância e está destinada a repercutir em todos os países islâmicos. Trata-se da primeira eleição na rica península arábica

baseada no sufrágio universal e no pluripartidarismo. E mais: 20% dos eleitores eram mulheres, um fato que contrasta com a situação do vizinho Kuwait, onde – apesar das promessas de democratização da família real, feitas no calor do apoio ocidental na Guerra do Golfo – apenas uma pequena parcela da população, exclusivamente masculina, está autorizada a exercer o direito ao voto.

A liberdade de imprensa, de associação e reunião, que é total no Iêmen, também contrasta com a situação nos países vizinhos, em particular na Arábia Saudita, onde o rei Fahd afirma que a democracia é "antiislâmica".

O Iêmen do Norte e o Iêmen do Sul se unificaram há três anos, transformando-se no Estado mais populoso da península arábica, com 14 milhões de habitantes.

As eleições estavam previstas inicialmente para novembro de 1992, mas tiveram que ser adiadas devido aos violentos ataques contra dirigentes do Partido Socialista. Desde então a situação se estabilizou e a campanha eleitoral e o pleito em si transcorreram em um clima de normalidade.

TURQUIA

Por maioria absoluta, o Parlamento da Turquia escolheu Suleyman Demirel presidente da Turquia, em substituição a Turgut Ozal, falecido em abril passado. Demirel, tradicional político da direita, cumprirá um mandato de sete anos.

A morte de Turgut Ozal, devido a problemas cardíacos, ocorreu logo após o seu retorno de uma viagem de 12 dias ao Azerbaijão e outras ex-repúblicas soviéticas da Ásia Central. Em função dos laços étnicos e históricos da população turca com o Azerbaijão, Ozal apoiava este país no conflito com a Armênia em torno do enclave de Nagorno-Karabakh.

Turgut Ozal dominava a política turca desde 1983, quando se tornou o primeiro *premier* depois de três anos de governo militar.



Suleyman Demirel
(ao centro)



Junho 1993 • Nº 162 • ANO XVI

CAPA

Os aumentos abusivos das mensalidades escolares mobilizam a opinião pública e levam os cara-pintadas às ruas

CARTAS

CAPA
1 A alta das mensalidades
PONTO DE VISTA
10 A indústria da seca
12 Em defesa dos direitos autorais

HISTÓRIA

13 Mitos da cultura brasileira

SAÚDE

14 Aids: atendimento global
16 O apoio às crianças doentes
18 Um lar especial

COMPORTAMENTO

21 O resgate do leite materno

AMÉRICA LATINA

24 México: O desafio de erradicar a pobreza

27 Peru: Os novos pobres

ÁFRICA

30 Eritrêia: A independência é uma realidade

32 Cabo Verde: Aprofundar a democracia

ÁSIA

34 Nepal: Paraíso perdido

37 Timor Leste: O impasse continua

COMUNICAÇÃO

38 Cerrando fileiras

RACISMO

39 A Europa diz não aos imigrantes

PÁGINA ABERTA

44 Os mistérios da ajuda ocidental

SUPLEMENTO

MINORIAS

2 A triste herança dos quilombos

5 Baixo Amazonas: luta pela preservação da identidade

MEIO AMBIENTE

7 A falência amazônica

8 O mais carioca dos rios

COMPORTAMENTO

10 Mulher, a chave para a paz

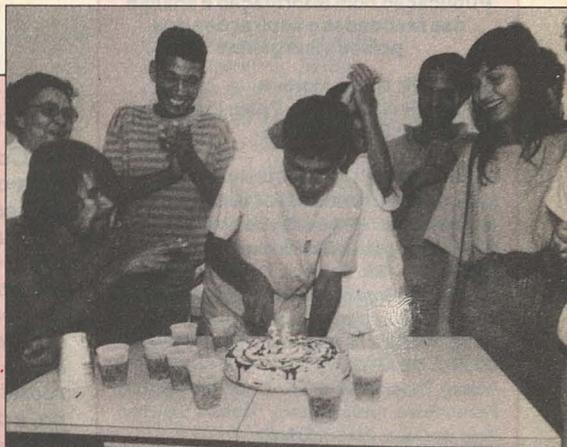
CINEMA

11 Hong Kong invade as telas

12 PANORAMA INTERNACIONAL

SUMÁRIO

➤ A sociedade se mobiliza para minorar o sofrimento dos doentes de Aids



14

➤ Depois de 30 anos de guerra contra a ocupação etíope, os eritreus conquistam sua independência em um referendo pacífico



30

➤ A última rodada de conversações entre os representantes do governo da Indonésia e de Portugal em nada contribui para mudar a difícil situação de Timor Leste



37

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

Publicação com informação e análise das realidades e aspirações dos países emergentes

DIRETOR: Neiva Moreira
DIRETOR ADJUNTO: Pablo Piacentini
EDITORA: Beatriz Bissio

SUBEDITORES: Claudia Guimarães, Elias Fajardo. CONSULTORES ESPECIAIS: Darcy Ribeiro (Brasil), Henry Pease García (Peru), Eduardo Galeano (Uruguai) e Juan Somavía (Chile)
REDAÇÃO: Aldo Gamboa, Carlos Lopes (Brasil), Roberto Bardini (México), Carlos Pinto Santos (Portugal), Cristina Canoura (Uruguai)
REVISÃO: Cléa M. Soares e Valdenir Peixoto.
DEPTO. DE ARTE: Nazareno N. de Souza (editor e capa), Zaney da Silva, João C. Monteiro. FOTOS: France Press, André Louzeiro, Marcus Sanches. Foto de Capa: Fernando Maia
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO: Jessie Jane V. de Sousa (diretora), Juliana Iooty, Sílvia Arruda, Mônica Pérez e Marcelo Knupp
EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA: Macário Costa (chefia), Andréa Corrêa e Paulo Henrique
ADMINISTRAÇÃO: Henrique Menezes.
PUBLICIDADE E MARKETING: Antonio Carlos Napoleão

CIRCULAÇÃO E ASSINATURAS:

Mauro Mendes - Rua da Glória, 122 1º andar
CEP 20241 - Rio de Janeiro - Brasil
☎ (021) 252-7440/232-3372/232-1759/222-1370

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

utiliza os serviços das seguintes agências:
ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Irake), IPS (Inter Press Service), SALPRESS (El Salvador), SHIHATA (Tanzânia), WAFA (Palestina), e o pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém também intercâmbio editorial com as revistas: *Africa News* (EUA), *Tempo* (Moçambique), *Altercom* (Ilé-México-Chile), *Third World Network* (Malásia), *Israel and Palestine Political Report* (Paris) e *Against the Current* (EUA)
Fotos: Agence France Press (AFP)

SUCURSAL DE LISBOA:

Diretor: Artur Baptista
Tricontinental Editora Ltda. Calçada do Combro 10/1º andar. Lisboa, 1.200 - Tel.: 32-0650.
Telex: 42720 CTM-TE-P

Uma publicação da Editora Terceiro Mundo:

Rua da Glória, 122 Grupos 101/102 - 105/106
20241-180 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
☎ (021) 242-1957/222-1370 - Redação
☎ 232-1759 / 232-3372 - Administração
☎ (021) 507-2203 - Publicidade e Marketing
Fax: 55 21 252-8455 - Telex: (021) 33054 CTMB-BR
Correio Eletrônico - Geonet: Terceiro-Mundo
Altermex: Caderno

REPRESENTANTES DE ASSINATURAS ☎

Maringá - (0442) 224182, Recife - (081) 224-4486 / 224-1421, Belo Horizonte - (031) 271-3757, Brasília - (061) 226-2202, Alagoas - (082) 223-2420, Aracaju - (079) 211-1912, Rio de Janeiro - (021) 252-7440 / 232-3372, São Paulo - (011) 573-8562/571-9871, Porto Alegre - (051) 228-5919 / 225-2501, Fortaleza - (085) 252-4858, Curitiba - (041) 264-9069, Belém - (091) 235-2146, Uberaba - (034) 333-1635, Campina Grande - (083) 222-7536

CARTAS

Conscientização

Comecei a ler cadernos do terceiro mundo no ano passado, e gostei muito da sua imparcialidade, que me fez compreender mais sobre o Terceiro Mundo. É necessário conscientizar os jovens e estudantes do nosso país; por isso, a importância de se passar a informação. Era o que eu fazia em São Paulo: lia as revistas e passava para o meu grupo, e depois nos reuníamos para discutir os principais assuntos. Acredito no trabalho de vocês. E, quanto mais informados estivermos, mais fácil irá se tornar a nossa luta.

Agnelo Bastos Neto
Viçosa - MG

Raridade

Gostaria de parabenizá-los pela excelente qualidade desta revista, da qual sou assinante já há quatro anos. É pena que sejam tão raras as publicações que possuem uma visão terceiro-mundista em nosso país.

German Varela Castrillon Jr.
Sorocaba - SP

Você sabia que...

Apesar de ser um dos maiores exportadores agrícolas, o Brasil é um dos campeões da fome no mundo (dos 150 milhões de habitantes, 53 milhões passam fome). Segundo a FAO, órgão da ONU que estuda a alimentação e a agricultura do mundo, no Brasil dois bebês morrem de fome a cada três minutos, e a desnutrição atinge 21,8% das crianças de até 5 meses de idade; cinco milhões de menores de cinco anos são desnutridos, o que representa 31% do total nesta faixa de idade. O Brasil tem, hoje, 73% de sua população rural vivendo abaixo da linha de pobreza. Está entre os primeiros do mundo onde o número de agricultores pobres saltou nos últimos 20 anos (de 66% em 1968 para 73%, em 1988), conseguindo o quarto lugar na corrida em direção à miséria.

Enquanto isso, o vice-governo Itamar, através do ministro Eliseu Resende (responsável por diversas obras faraônicas inacabadas, feitas durante os governos militares), des-

dobra-se para cumprir compromissos de negociação da dívida externa, firmados por Collor.

Railda Herrero
São Paulo - SP

História

O Centro Acadêmico Manuel Maurício de Albuquerque (CA de História da UFRJ) vem solicitar espaço para divulgar o XIII Encontro Nacional de Estudantes de História, a se realizar do dia 25 de julho a 1º de agosto, no Campus da Praia Vermelha da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Sob o tema "História e Nova Ordem Mundial", o evento contará com a presença de historiadores, sociólogos e representantes de diversos movimentos sociais. As inscrições estarão abertas até 25 de junho. Os interessados podem ligar para (021) 252-8035 e 252-8033.

CA de História /UFRJ
Rio de Janeiro - RJ

A diferença

Há dois séculos, o economista inglês Adam Smith dividia o mundo em nações civilizadas e prósperas, e nações selvagens, que compõem o Terceiro Mundo. Depois, fomos promovidos a colônia e, mais tarde, a nações subdesenvolvidas. Muitos protestos depois, nos tornamos nações em vias de desenvolvimento, o que significava que, apesar de nações de segunda categoria, estávamos em vias de atingir a primeira.

O Terceiro Mundo ocupa hoje três continentes (América Latina, Ásia e África); somos 120 países, e todos os seus sistemas políticos são capitalistas, exceto Cuba.

Em Cuba, na época do ditador Fulgêncio Batista, em 1959, havia em todo o país cem mil prostitutas e o trabalhador rural ganhava 4 dólares por semana. Hoje, com Fidel Castro, não existem prostitutas na ilha e o agricultor ganha 32 dólares por semana.

No Brasil, um agricultor ganha 20 dólares por mês.

José Ferreira Neto
Missão Velha - CE

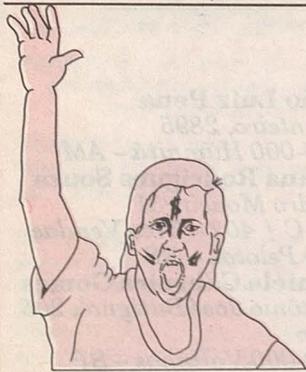
'Cadernos': novas iniciativas

Cadernos, como as demais revistas da nossa editora – “Ecologia e Desenvolvimento” e “Mercosul” – atravessa um período de acentuado crescimento. Apesar da crise, nosso Departamento de Circulação registra, a cada mês, novos índices de vendas, alcançando maior número de municípios. Os leitores reconhecem, assim, os esforços da nossa equipe em oferecer um produto sempre melhor, com análises justas, reportagens de marcante interesse jornalístico, informação verídica e exclusiva e um nível profissional sempre mais aperfeiçoado. A editoração eletrônica e outros processos técnicos avançados apóiam esse aprimoramento redacional. O trabalho de aperfeiçoamento e modernização não cessa. Agora mesmo estamos trabalhando em dois novos projetos. Um deles relaciona-se com a educação. Queremos colaborar com professores e alunos, que aparecem em lugar privilegiado nas estatísticas sobre os nossos leitores. O professor Joel Rufino, com um grupo de colaboradores, trabalha nesse campo, com o objetivo de ampliar a presença de cadernos entre educadores e alunos. Outra iniciativa em desenvolvimento é a edição de um suplemento, coordenado pelo escritor e jornalista José Louzeiro, abrangendo grandes temas de interesse dos nossos leitores e que deverá aparecer na nossa edição de julho. O primeiro será dedicado ao fenômeno religioso que se verifica presentemente no Brasil. As opiniões recolhidas e os dados levantados por nossa reportagem são, além de inéditos, impactantes. Outros temas serão abordados em edições futuras. Seria irreal se não reconhecêssemos que a crise que paralisa e tumultua o país também nos atinge. Afeta e muito e nos exige esforços redobrados para superar os problemas. O apoio dos leitores e seu constante reconhecimento do papel que desempenham nossas publicações nos estimulam a lutar e avançar. Não é por acaso, nem tão pouco cedendo às pressões dos problemas e das dificuldades, que cadernos do terceiro mundo alcança em 1994 o seu vigésimo ano de circulação e de lutas.

Os editores

Intercâmbio

- João Luiz Pena**
R. Monteiro, 2895
69800-000 Humaitá – AM
- Eliana Rodrigues Souza**
R. Pedro Moacir, 31
Bloco C / 402 – Três Vendas
96020 Pelotas – RS
- Daniela Cabreira Gomes**
R. Antônio José Butignol, 205
Centro
13270-000 Valinhos – SP
- Fernando S. Batista**
R. Conde de Irajá, 520/203
Fundos – Botafogo
22271-020 Rio – RJ
- Wendy Castillo**
Ave 25, n° 3211 – Jaruco
32800 Havana – Cuba
- Solange Farias**
R. Santa Cruz, 438
13280-000 Vinhedo – SP
- Yolanda Elizalde**
Apartado 145
60200 Sancti Spiritus – Cuba
- Mirco Momade**
Av. Karl Marx, 911
1° andar - flat 3
Maputo – Moçambique
- Elizabeth T. de Souza**
R. Gilberto Freyre, Qd 30, l 6
Cidade Satélite São Luís
Aparecida
75300 Goiânia – GO
- Zoila Soto**
Ave 25, n° 3211
Jaruco
32800 Havana – Cuba
- Bruno Mattos Silva**
R. Cincinato Braga, 414 / 32
Bela Vista
01333 São Paulo – SP
- Wellington S. Lima**
R. Jacobina, 106 / casa 03
Graças
52011 Recife – PE
- Antônio Alves Gualberto**
Caixa Postal 2177
29001 Vitória – ES
- Carlos Rafael Goberón**
Ave 23, 2401 / 24 e 26
Jaruco
32800 Havana – Cuba
- Tersio Guilherme de Souza Cruz**
R. Cambará, 572
Centro
86010-470 Londrina – PR
- Marcelo Luiz B da Silva**
Trav São Miguel 913
Bl B apto 101
66054-430 Belém – PA



O PESADELO DAS MENSALIDADES ESCOLARES



Foto: Marcelo Carnava/Ag. Globo

O debate em torno do preço cobrado pelas escolas particulares mobiliza a opinião pública, leva os cara-pintadas às ruas e alguns diretores a prestar contas à Justiça

Tânia Coelho

O ensino privado transformou-se num dos investimentos mais lucrativos do país. Embora seus lucros não sejam contabilizados no mercado financeiro, uma simples comparação de dados indica que, em 1992, os índices de rendimento das cadernetas de poupança, dos Certificados de Depósito Bancário (CDBs), do dólar, dos fundos de investimento e das bolsas de valores perderam para o reajuste das mensalidades das escolas particulares de primeiro, segundo e terceiro graus.

A questão, que emergia a cada início de ano, agora volta à tona de 30 em 30 dias. No Rio, a Associação de Pais e Alunos (Apaerj), há seis anos na luta em defesa do usuário da educação, estabelece o confronto com o Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino – um embate que começou a se acirrar em 1990, com o Plano Cruzado. Até então, o Conselho Estadual de Educação, apesar de não-aparelhado, tinha poder de fiscalização. Vale o registro da composição deste conselho: nove membros indicados pela Assembléia Legislativa, nove pelo governador, dois representantes das escolas particulares, dois representando professores e dois, da Apaerj, representando os usuários.

Foram tantos os casos de desrespeito ao congelamento das mensalidades, determinado pelo Plano Cruzado, que a Apaerj encaminhou ao conselho cerca de três mil denúncias. O intenso desgaste redundou em quase nada: nenhuma denúncia teve êxito, e os donos de escola continuaram ignorando os protestos de pais e alunos.

O vale-tudo dos grandes – No campo institucional, muitas foram as medidas provisórias editadas. A de número 183, em seguida à medida que congelou os salários, determinava que as escolas remetessem ao Conselho de Educação as planilhas de dezembro de 1988, julho de 1989 e janeiro e fevereiro de 1990, com os custos efetivamente praticados. A idéia era estabelecer um teto-base para as escolas e regulamentar o percentual de repasse ao professor.

Poucas escolas atenderam à solicitação do conselho, e o valor determinado gerou inúmeras dúvidas, com a acusação de que as informações enviadas pelas escolas eram falsas. Numa amostragem de 50 relatórios analisados pela Apaerj, 20 continham erros. “Mais uma vez os donos de escola não cumpriram as determinações legais”, afirma Francisca Pretzel, assessora jurídica da Apaerj.



Em 1992, a luta pelo impeachment de Fernando Collor. Em 1993, a mobilização contra os aumentos das mensalidades





Em 1992, a luta pelo impeachment de Fernando Collor. Em 1993, a mobilização contra os aumentos das mensalidades



Foto: André Louzeiro

Cerca de oito novas medidas provisórias em torno do mesmo tema desabaram país afora, até que a última, de número 290, transformou-se no projeto de lei 58 e posteriormente na lei 8.170, aprovada e sancionada em janeiro de 1991 pelo então presidente Fernando Collor. O governo entendeu que, em função de tantos abusos, era hora de dar oportunidade à sociedade de "aprender a pescar". Os índices, até então determinados pelo governo, passariam a depender de uma negociação com os pais. As escolas apresentariam propostas 45 dias antes com margem de lucro de 10%. Após o recebimento da proposta, os pais teriam 10 dias para negociar os encargos e as margens de lucro. Era o salve-se quem puder da livre negociação.

"A grande maioria dos colégios não quer a ingerência dos pais na escola", diz Francisca Pretzel. "Por isso manda as propostas, faz o edital mas não permite que os pais avaliem os índices. A política educacional tem que ser efetiva e duradoura. O que falta é vontade política de mudar. Esta não é uma guerra de pequenos", alerta.

Também em São Paulo, de acordo com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), as mensalidades escolares sobem acima do índice inflacionário. A história se repete em todos os estados. Como o Ministério da Educação, que também pode atuar como mediador, não tem força coercitiva, e como as comissões paritárias nunca acabam

em consenso, os únicos caminhos são o Judiciário e a pressão política.

Não foi por outra razão que a União Nacional dos Estudantes (UNE) decretou greve nacional no dia 4 de maio, e muitos estudantes foram às ruas, em todas as capitais, contra a exorbitância das mensalidades e a má qualidade do ensino. A greve foi anunciada após o presidente da UNE, Lindbergh Farias, ser recebido pelo presidente Itamar Franco, a quem levou a reivindicação de maior atenção para a área de educação. "O governo está cruzando os braços diante da livre iniciativa. Uma simples auditoria fará com que os preços caiam", afirma Lindbergh.

Ainda antes da greve foi criada uma comissão interministerial, composta por representantes da sociedade civil e dos ministérios do Trabalho, Educação, Justiça e Fazenda. Cada setor ficou responsável pela auditoria em sua área, desde a investigação de sonegação, passando pela fiscalização do pagamento dos encargos trabalhistas seguindo até a punição das irregularidades, que em muitos casos pode dar cadeia, já que as escolas prestam serviços à comunidade autorizados pelo poder público.

Sem luz no fim do túnel – Mais uma vez não houve consenso: a comissão interministerial concluiu pela permanência da livre negociação, das atuais regras de reajuste e da possibilidade de punição dos alunos inadimplentes pelas escolas. O único avanço foi a mudança no artigo que propõe o fim das "punições imediatas", que as escolas impõem aos alunos que atrasam o pagamento: proibição de retirar documentos, freqüentar aulas ou até fazer provas. A sugestão substitutiva é "criar salvaguardas para enfrentar alunos devedores". Ou seja, a escola não pode punir imediatamente após o não-pagamento, mas poderá fazê-lo depois de um prazo ainda a ser estabelecido.

Entre os critérios apresentados estão os seguintes: pais e alunos terão acesso quadrimestral às planilhas de custo das escolas; os balancetes das instituições deverão ser analisados à luz da Lei de Sociedades Anônimas (6.404), que não permite a inclusão de despesas "estranhas" na relação de custos e veda à prática de retaliação contra alunos em débito. A proposta é de revogar a lei 8.170 para que

a livre negociação ocorra "dentro de parâmetros rígidos, só permitindo aumentos quando houver reajuste nos salários dos professores".

"É um retrocesso", afirma Gílson Puppim, presidente do Sindicato dos Professores Particulares (Sinpro). "O que fica é a impressão de que os salários dos professores provocam estes aumentos. É preciso atacar a causa fundamental, produzindo e apoiando decisivamente uma escola pública de qualidade, para que a sociedade tenha opções e possa escolher. Os professores das escolas particulares

ganham pouco porque o grande regulador é o mercado público. Sem investir na escola pública, a sociedade continua prisioneira dos estabelecimentos privados", observa Puppim.

Mas nada revoltou mais o presidente do Sinpro que o texto assinado dia 11 de maio, no *Jornal do Brasil*, por dom Lourenço de Almeida Prado, reitor do Colégio São Bento, sob o título "Privatização e Educação". No artigo, dom Lourenço, ex-membro do Conselho Federal de Educação, baseado na constatação de que "o estado é reconhecidamente um mau administrador", propõe a

Escolas sobem mais que ouro e dólar

Pesquisa realizada pela Apaerj tomou por base os valores cobrados em 15 colégios e oito instituições de ensino superior em janeiro de 1992, comparando-os com os valores cobrados em janeiro de 1993. Neste período, as instituições privadas de ensino tinham mensalidades cerca de 1.300% maiores que as de janeiro de 1992, ano em que a poupança subiu 1.233%; o dólar, no câmbio oficial, 1.170%; no paralelo, 1.195%; os Fundos de Aplicação Financeira, 1.109%; e o IBV/RJ, 976,16%.

Segundo a lei 8.170, que estabelece critérios e regula os aumentos das mensalidades, os reajustes no início de 1993 não deveriam ultrapassar o índice de 782,40% sobre janeiro de 1992. O estudo mostra que a extinta Taxa Referencial Diária (TRD), entre 5 de janeiro de 1992 e 5 de janeiro de 1993, acumulou 1.157,09%. Ao longo do mesmo período, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) teve um acréscimo de 1.149,06%, enquanto os professores das escolas particulares de primeiro e segundo graus conseguiram um reajuste de 625,27%.

Pela mesma lei, o valor das mensalidades é fixado por negociação a partir de edital divulgado no máximo 45 dias antes do início das matrículas. "O posterior reajuste desta cifra", diz o texto da lei, "deve ser feito pelo repasse de até 70% do índice de reajuste concedido à categoria profissional

predominante (professores)" em sua data-base – no Rio é 1º de abril – e em agosto de cada ano, de até 30% do INPC de janeiro a julho.

Em sua pesquisa, a Apaerj estende este critério ao ano inteiro, incluindo as antecipações salariais entre fevereiro e dezembro e o INPC de setembro ao fim do ano. Os aumentos registrados foram os mais diversificados. O Colégio Tomás de Aquino, de primeiro grau, cobrava, em janeiro de 1992, Cr\$ 50,9 mil. Um ano depois, este valor tinha passado para Cr\$ 860 mil – um reajuste de 1.587,66%, mais de 400 pontos percentuais acima da inflação medida pelo INPC. Já a Associação Britânica de Educação saltou de Cr\$ 174,5 mil, em janeiro de 1992, para Cr\$ 4,3 milhões, em janeiro do ano seguinte – um aumento de 2.389,53%.

A situação nas instituições de terceiro grau não é diferente. Em 1992, os professores tiveram reajustes de 441,01%. Segundo interpretação da Apaerj, os aumentos de mensalidades autorizados pela lei 8.170 não deveriam ultrapassar o índice de 653,42%. No entanto, nas Faculdades Castelo Branco, o curso de Educação Física passou de Cr\$ 110,4 mil para Cr\$ 1,4 milhão (reajuste de 1.213,96%). Na Universidade Gama Filho, o curso de Direito subiu, no mesmo período, de Cr\$ 104,1 mil para Cr\$ 1,7 milhão (1.592,01%).





Um caso de polícia

Em janeiro de 1990, os alunos da Faculdade Santa Úrsula denunciaram o desrespeito à lei 8.170. A luta para que os cálculos fossem revistos deu em nada e a Apaerj entrou em cena com novos processos na Justiça. A partir de então todos os que entraram com ação contra a universidade passaram a pagar suas mensalidades em juízo. Foram dois anos de muita luta, expulsão de 32 alunos e retaliações permanentes por parte da direção da faculdade. Iúri França Ribeiro,

que estava entre os expulsos, posteriormente reintegrados por força de liminar, e Lúcia Otávio Bernardes, Coordenador Cultural do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Santa Úrsula, contam a luta que travaram:

“As retaliações eram tantas que nos transformamos em alunos fantasmas: nossos nomes não entravam nas pautas; praticamente não existíamos para a direção, que se recusava a receber os alunos que entravam.”

privatização do Colégio Pedro II e a “desestatização da educação”.

Ao se referir à escola pública, dom Lourenço afirma: “Sendo ‘dada’ pelo governo, o seu gerente não se sente no dever de dar conta ao usuário, nem é por este pressionado a prestar um bom serviço. Para agravar a situação, a quem reclamaria o usuário essa qualidade de serviço, se o responsável é um administrador central ao qual não chega a sua voz periférica?”

Política do sucateamento – Gílson Puppin reage indignado, identificando no artigo “um balão de ensaio” para a privatização do Colégio Pedro II. “Propõem a privatização da escola pública sob a alegação de que a iniciativa privada é mais competente, tendo como parâmetro os aprovados no vestibular, como se isso não fosse consequência natural de toda boa escola”, responde, contrargumentando que a clientela das escolas particulares é bem alimentada e tem acesso à informação.

“Queriam ver se teriam o mesmo resultado com uma população faminta”, questiona, para acrescentar: “Além do mais, não entendo por que, se pensam dessa maneira, as

escolas confessionais brigaram tanto para obter verbas públicas na Constituição de 1988.”

A indignação contra a proposta de privatização do ensino é, na verdade, o traço comum entre estudantes e professores, sejam eles da rede pública ou particular. Mônica Lins, da Coordenação da Capital do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (Sepe), identifica “no sucateamento da escola pública, nos baixos salários, no número altíssimo de profissionais que abandonam a profissão, na falta de material e nas salas superlotadas uma prática política de governos que apostam no sucateamento dos setores públicos”.

“Esta política de privatização”, insiste Mônica, “é ditada internacionalmente, não só na educação como também em outros setores da economia”. Segundo Mônica Lins, faz parte do projeto neoliberal afirmar e tentar demonstrar, na prática, que os investimentos públicos impedem o governo de enxugar a máquina e de aplicar recursos em obras públicas ou em projetos similares. “Por isso, os recursos para pesquisas universitárias são cortados, e se provoca o mesmo processo na área de saúde. Nossa briga é pela escola pública”, garante.



na Justiça e que pagavam, de acordo com a lei, cerca de 60% do total cobrado na escola. Já estávamos em 1992 e a situação chegou a um ponto insustentável. A gota d'água foi a violenta atuação do corpo de segurança da faculdade, sob o comando do primeiro tenente da Polícia Militar, Francisco Angel Canela Neto. Ocupamos durante 58 dias a Reitoria depois de dois anos de tentativa de negociação, com os parlamentares da Justiça nos dando razão."

Resultado: Paulo Quintanilha, então vice-reitor, foi preso e libertado sob fiança. Insistir em desobedecer liminar que obrigava a Universidade Santa Úrsula a res-

peitar os direitos acadêmicos dos alunos em questão; todos os reintegrados continuam sob ameaça de expulsão; as mensalidades não foram revistas e estão atualmente em torno de CR\$ 5 milhões; e o tenente Canela figura na relação de policiais militares expulsos da corporação por envolvimento com o tráfico de drogas.

Para a comunidade, restou apenas a garantia, após a prisão do vice-reitor, de que seus filhos não terão os direitos acadêmicos cassados por brigarem por mensalidades justas. No mais, cresce para mais de cem os líderes estudantis ameaçados de expulsão por donos de escolas particulares.

Após a frustrante conclusão da comissão interministerial, esta pode ser a bandeira de luta que servirá como ponto decisivo de união entre professores da rede pública e particular no combate ao avanço da política de privatização na educação. O Sindicato dos Professores Particulares já encaminhou proposta de somar forças com todos os sindicatos de professores do estado para a elaboração de um diagnóstico da educação no Rio, de forma a trabalhar com soluções mais localizadas, tanto em nível municipal quanto estadual.

"Impossível continuar como está, afirma Gilson Puppim. Não há como identificar um traço cultural ou humanista nos empresários de ensino. O traço é a ganância. Só o lucro conta. Por isso, não vamos atuar nos âmbitos legais, e sim nos fóruns legítimos: somar com o Sepe, com as associações de pais e fazer um levantamento para mobilizar a sociedade, provar que há soluções possíveis a curto e médio prazos."

Puppim conclui afirmando que a escola contribui para o crescimento econômico, mas não é alavanca para o desenvolvimento. "Escola é para que o povo tenha dignidade, e diante das crises tenha cultura, educação e informação suficientes para saber como sair."

Também o Sepe – que atua basicamente na rede pública – define os próximos passos como de um trabalho unificado extremamente necessário e que "precisa tornar-se viável". Nacionalmente, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) congrega todos os sindicatos que atuam na rede pública, num movimento em defesa dos serviços públicos. Ato público regionalizados vêm sendo feitos nos bairros para manter

os pais informados e integrados à luta em defesa da escola pública.

Já a UNE prepara-se para o seu congresso nacional e eleição da nova direção. A partir de então, a perspectiva é integrar o movimento nacional em defesa da escola pública, lutar pelo controle das mensalidades na escola particular, debater sobre o real papel institucional dos Diretórios Centrais dos Estudantes (DCEs) nas universidades e combater a centralização da distribuição das bolsas do crédito educativo nas mãos das instituições privadas.

Quanto ao Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino (Sinepe), os empresários da educação negam que estejam fazendo o que os economistas chamam de "colchão", ou seja, amortizando o impacto dos aumentos salariais nas mensalidades. Negam também os aumentos acima da inflação, bem como que pratiquem abuso do poder econômico. Por fim, negam que fujam da imprensa. No Rio, Paulo Sampaio, dono do Colégio Princesa Isabel e presidente do Sinepe, durante três dias consecutivos estava na escola mas não foi localizado por sua secretária. Impossível ainda falar com o vice-presidente, Albano Parente, do Colégio Santa Mônica, ou ainda com Domingo Dias, do Colégio Imperial.

A discussão da privatização no quadro a cada dia mais grave do ensino tende a isolar os corporativistas e a amadurecer as relações de confiança dos mais diversos setores da sociedade. Tende, ainda, a afirmar, no cenário nacional de um país faminto e analfabeto – como forma de restabelecer elos rompidos, recuperar tecidos sociais tão esgarçados e promover mudanças estruturais –, a solidariedade e a ética como únicos sentimentos revolucionários sobreviventes. ■



A indústria da seca

Poços profundos, como os que se utilizam em São Paulo, pode ser a solução para o flagelo que assola o Nordeste brasileiro



Tão terrível quanto a seca nordestina é a exploração dela, que está sendo investigada por uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Câmara dos Deputados. Enquanto milhares de pessoas sofrem, o prefeito de Serra Talhada (PE), Augusto César (PDT), apresenta denúncia contra o presidente da Câmara, Inocêncio de Oliveira (PFL), acusado de perfurar poços em suas propriedades particulares com equipamentos que deveriam ser utilizados prioritariamente em benefício das comunidades afetadas

Jaime de Amorim

A seca do Nordeste, este ano, também atinge o litoral, causando conseqüências graves no campo social e econômico. Cinquenta e três municípios da zona canavieira de Pernambuco decretaram estado de emergência, todos com água racionada e sofrendo saques permanentes, única forma de sobrevivência que a população encontrou. Os trabalhadores, através de órgãos sindicais, exigem do governo do estado uma frente de emergência para 120 mil famílias que ficaram desempregadas durante o período da entressafra da cana. O governo, por seu lado, insiste em garantir 40 mil cestas básicas, continuando a velha prática do assistencialismo.

O agreste e o sertão vivem em estado de calamidade pública, a seca se

prolonga e o inverno ameaça não vir este ano, ou vir fraco e atrasado, causando prejuízo total para os pequenos camponeses que vivem da agricultura tradicional e só plantam quando chove.

Mesmo assim, é nesse período que os coronéis e muitos políticos do sertão mais lucram com a chamada indústria da seca. Eles se aproveitam dos recursos fáceis conseguidos quando o município decreta estado de emergência ou de calamidade pública, desviando-os para seu próprio interesse. É neste período que os órgãos governamentais contratam empresas com caminhões-pipa para socorrer as cidades e povoados para suprir a falta de água. Mas a maioria desses caminhões e empresas são fantasmas. Os recursos chegam até os políticos, mas a água não chega até a população.

O exemplo mais gritante foi o do presidente da Câmara dos Deputados, Inocêncio de Oliveira, que utilizou o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS) para perfurar vários poços em suas fazendas e nas de seus amigos na região de Serra Talhada. Quase todos os políticos com influência no sertão utilizam-se deste instrumento em benefício próprio. Enquanto o DNOCS, a Sudene (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) e outros órgãos perfuram poços e constroem grandes açudes em terras de fazendeiros, as prefeituras com menos recursos constroem barreiros para a população em áreas de pequenas propriedades, medidas que comprovadamente não são a saída para combater o problema da seca. Os barreiros, além de secarem com muita facilidade, salinizam os solos rapidamente.

É neste período que acontecem as maiores incidências de êxodo rural. Por falta de condição de sobrevivência, os trabalhadores abandonam o sertão e se dirigem para as cidades e então os abutres se aproveitam para indenizar por baixo preço os moradores das fazendas ou comprar por quase nada as terras das pequenas propriedades.

Mais uma vez, este ano o governo tem que socorrer provisoriamente a população sertaneja. A Sudene repassou aproximadamente Cr\$ 5 trilhões para serem distribuídos entre todos os estados do Nordeste para combater a

PONTO DE VISTA



No período em que animais e homens mais sofrem, os coronéis da seca lucram mais

prazos. São criadas frentes de trabalho onde as populações atingidas ajudam na construção de novos açudes públicos, estradas e benfeitorias. Essa prática é perversa, pois o grande proprietário, que menos precisa, é quem mais se beneficia.

Por tudo isso, é possível afirmar que o potencial hídrico do Nordeste não é explorado. As explorações de águas subterrâneas naquela região são realizadas em áreas onde elas são mais escassas. Cerca de 85% dos 20 mil poços perfurados estão em terrenos cristalinos, onde a vazão da água é fraca e a salinidade elevada. São nas rochas sedimentares, encontradas em metade do polígono das secas, que as águas têm vazão de até mil metros cúbicos por hora. Calcula-se que as reservas de águas subterrâneas ali chegam a 9 bilhões de metros cúbicos por ano, quando a demanda de todo o polígono é de dois bilhões de metros cúbicos ao ano.

Diante da amplitude da seca deste ano, chega a ser ironia constatar que o estado de São Paulo é o maior usuário de águas subterrâneas no Brasil, onde se perfura de 8 a 10 mil poços anualmente. Em São Paulo, 70% dos seus núcleos urbanos e cerca de 90% das indústrias são abastecidos por poços, obras mais baratas porque dispensam investimentos para captação, adução e tratamento da água. No caso do Nordeste, a questão vem se somar ao fator negativo do cólera e da evaporação da água durante o transporte. Dentro de uma política séria de aumento dos recursos hídricos, é possível afirmar que

os poços profundos podem ajudar a fechar a indústria da seca no Nordeste e abrir a porta da cidadania e do futuro para os nordestinos.

Uma solução possível seria abrir frentes de trabalho também durante o período das chuvas, com distribuição de sementes entre os agricultores. Quando passa por um período longo de estiagem, o agricultor consome todas as sementes que armazenou. Distribuir sementes no sertão é produção de milho e feijão garantida. Outra solução seria desenvolver a agricultura e a agroindústria no sertão; por aí passa a questão da reforma agrária, que iria romper com a velha estrutura semi-feudal do sertão.

Estruturar o Nordeste com tecnologia para a produção, o armazenamento e a captação de água é possível. Isso permitiria garantir recursos para um projeto estratégico de diversificação da produção, iniciando o agricultor nas diversas formas de irrigação. Seria necessário ainda garantir condições de comercialização e armazenamento da produção, investir em pesquisas de sementes e novas culturas, aproveitando as condições naturais que o Nordeste oferece para as culturas permanentes de frutas e hortigranjeiros já desenvolvidas no Vale do Açu (RN) e no Vale do São Francisco (BA e PE). E mais, deveria se incentivar a produção de algodão, desenvolvendo uma nova espécie com um ciclo mais curto e resistente à praga do bicudo. Todas elas são alternativas possíveis para dar fim ao poço sem fundo que é a indústria da seca no Nordeste. ■

seca. E, mais uma vez, a maior parte deste dinheiro poderá não chegar ao seu destino; sobrarão então aos trabalhadores a frente de emergência com o cadastramento realizado pelas prefeituras, que o utilizam para fins eleitorais.

Para o professor Aldo Cunha Rebouças, os poços profundos podem ajudar a fechar a indústria da seca e combater os velhos vícios alimentados por ela. Ao contrário do que muita gente pensa, a seca no Nordeste não está ligada à ausência de chuvas, principal fator da seca registrada na África ou na Austrália, mas à incidência irregular delas e ao índice pluviométrico baixo, que inviabiliza a agricultura de subsistência da região, atingindo pequenos proprietários, porque, para os grandes, a seca traz mais benefícios que flagelo, à medida que os investimentos públicos abrem novas estradas, constroem novos açudes, perdoam dívidas bancárias e, ainda, colocam em disponibilidade mão-de-obra da região.

O polígono das secas abarca a metade de toda a região nordestina, com 1.641.000 km², e a política oficial para combatê-la tem se mostrado ineficiente porque se baseou, até hoje, num equivocado projeto de aumento dos recursos hídricos, que privilegia a construção de açudes gigantes, quando deveria se buscar o uso racional das águas dos rios e lençóis subterrâneos, como ocorre na Austrália. Enquanto estes grandes açudes são edificadas em áreas particulares ou inadequadas à distribuição para o maior número de usuários, os pequenos açudes, construídos sem critério, estão modificando o regime das bacias hidrográficas e acelerando a salinização das águas e dos solos, além de servirem apenas a 5% da área irrigável da região.

Se forem analisados os aspectos hidrogeológicos do polígono das secas, será possível constatar que a região possui terrenos sedimentares permeáveis, que armazenam água subterrânea em grandes volumes e não sofrem variações no período da seca, favorecendo a construção de poços profundos economicamente viáveis.

O governo vem combatendo a seca através de medidas de médio e longo

Em defesa do direito autoral

O Brasil desvaloriza sua identidade cultural e abandona à própria sorte artistas e autores

**Pedrylvio Francisco
Guimarães Pereira ***

A cultura brasileira está ferida de morte: música, teatro, cinema, tudo. É inacreditável o descaso das autoridades públicas com os valores culturais e até mesmo com seus reflexos econômicos. Estes sequer foram medidos. Enquanto os Beatles deram mais divisas à Inglaterra do que a Rolls Royce – com exportação de automóveis e turbinas –, Brigitte Bardot deu mais à França que a Citroen, o Brasil paga *royalties* por sua música popular, exporta novelas a peso e facilita a evasão de divisas. Além disso, é ridícula e insignificante a parcela de pagamento dos direitos autorais, mormente pelas emissoras de rádio e televisão. Enquanto na América do Norte elas suportam 87% de toda a arrecadação musical, aqui não chega a 23%, com pesados ônus para os usuários menores, como os clubes.

Já há duas décadas, o então ministro das Comunicações, Euclides Quandt de Oliveira, denunciava: "O Brasil está pagando milhões de dólares a cada ano para liquidar a nossa juventude." Isso, com referência à importação de filmes violentos apresentados pela televisão.

Este consumo residual não é apenas cinematográfico, é também fonográfico, com conseqüências igualmente nocivas: descaracterização da cultura brasileira e destruição da memória nacional, em benefício de valores e padrões estranhos à nossa verdade histórica; preterição sistemática das criações e valores do país, com danos irreparáveis às novas gerações.

Se a Embrafilme – liquidada por Fernando Collor através da medida provisória 151 – não cumpria sua missão, sua extinção prejudicou o cinema brasileiro, fato que se agrava com a atual crise econômico-financeira.

O anteprojeto de lei elaborado pelo Conselho Nacional de Direito Autoral, mais avançado e simples, apesar da exclusão da garantia percentual mínima devida a autores e atores, foi abandonado pelo governo, apenas porque refazia o equilíbrio econômico e jurídico entre autor, intérprete e produtor. Enquanto isso ocorre no Brasil, na Europa já se ajustam normas que preservam as raízes culturais e históricas da arte em cada país.

As autoridades brasileiras permitem a importação residual cinematográfica; favorecem, com a inconstitucional lei 4.944, de 1966, às editoras

A criação artística nacional não precisa de paternalismo. Ela necessita apenas do direito de defesa contra um colonialismo que a esmaga

fonográficas com um direito muito além do concedido pelo próprio Acordo de Roma, que lhe deu origem; dão isenções inaceitáveis a essas editoras, quando todas excluem os músicos dos benefícios da legislação trabalhista e previdenciária, impondo-lhes a condição de autônomos; e ainda levam os maiores autores e intérpretes para gravar no exterior, fazendo com que o país pague *royalties* por sambas.

A extinção da Embrafilme – não pela produção mas pela distribuição dos filmes nacionais – e o fechamento do Conselho Nacional de Cinema (Concine) inviabilizaram toda a produção cinematográfica brasileira.

Perplexos, os cineastas perderam o rumo. Mortos, como indústria, só então despertaram para o valor do direito autoral. Nasceu assim a Rais (Realizadores e Autores da Imagem e do Som), última bandeira de luta.

A criação artística nacional não precisa de paternalismo. Tem, isto sim, direito de defesa contra um colonialismo que a esmaga. O governo, para cumprir as normas constitucionais precípuas – artigo 215 e seguintes da Constituição – deveria, pelo menos:

1º – acolher o anteprojeto da lei de Direitos Autorais, já existente, para nele incluir um percentual (10%) da receita bruta das emissoras. Esse percentual beneficiaria autores e intérpretes. Com ele incidindo sobre a receita, inclusive das obras exportadas, o governo, livre de qualquer esforço ou gasto, teria ainda aliados e fiscais gratuitos;

2º – dar garantia de mercado, nas emissoras, à criação cinematográfica nacional. O princípio está na lei dos 2/3, consagrado para o trabalho geral, ainda que outra fração menor se adotasse;

3º – revogar a lei 4.944 e seu regulamento, que são inconstitucionais;

4º – impedir a existência de verdadeiros trustes, com as atividades acumuladas de produtora e emissora, a exemplo do que ocorre no direito norte-americano, onde a emissora deve optar entre a atividade jornalística e teatral, não podendo exercer ambas.

Outras soluções dos diversos problemas poderiam ser discutidas em uma ampla assembléia de representantes das entidades interessadas, em benefício da cultura nacional. Isto, a curtíssimo prazo, sob pena de perdermos a identidade como nação e, quiçá, a vergonha na cara.

* Professor e advogado do Sindicato dos Artistas e dos Músicos do Rio e da Rais.

Mitos da cultura brasileira

O paraíso terrestre imaginado pela Igreja católica gerou um modelo utópico de organização social que se tentou colocar em prática no Brasil

Maria Helena Guimarães Pereira

A possibilidade de encontrar o paraíso na Terra é um dos mitos da nossa cultura, que interfere na organização física, no plano político e no funcionamento da sociedade brasileira. Este Éden ao alcance da mão aparece mais forte no Rio de Janeiro, mas está presente em todo o país.

A afirmação é da historiadora Margareth da Silva Pereira, autora da tese de doutoramento *Rio de Janeiro: L'Éphémère et la Perennité - Histoire de la ville au XIX siècle*, defendida na École de Hautes Études en Sciences Sociales, na França. Em português, o título provisório do trabalho é *Rio de Janeiro: um paraíso construído - a história de uma capital*.

"O Rio simboliza os sonhos do projeto de nação brasileira. Sonhos antigos, confundidos com os relatos da descoberta, que retratavam a nova terra como um lugar onde não se precisava trabalhar nem usar roupas, ouvia-se o canto dos pássaros e a natureza era exuberante", explica.

Purgatório e inferno - A possibilidade deste paraíso físico era algo bem concreto, já que havia uma crença de que ele ficava nos trópicos. "Para os europeus, o Brasil foi, durante séculos, um paraíso também em outro sentido: um lugar onde os valores morais eram mais relaxados, onde cada um podia se isolar e viver como quisesse. Sem esquecer ainda o paraíso econômico que o país foi para muitos", comenta Margareth Pereira, citando o escritor João Antonil.

Este jesuíta italiano esteve no Brasil em 1667 e exaltou suas riquezas, descrevendo-o como

um Éden para os brancos, purgatório para as mulatas (que participavam, de certa forma, do universo de benesses ao lado dos grandes senhores) e um inferno para os negros escravos.

Segundo a historiadora, a sociedade brasileira foi fundamentada nos discursos humanista e utópico. A partir do século XV, com o humanismo, começou-se a construir uma nova noção de indivíduo. O homem era o centro. Exaltava-se seu livre arbítrio e sua superioridade sobre o resto da natureza.

Fruto do pensamento humanista, a utopia era um estado idealizado pelo pensador inglês Thomas Morus para criticar a sociedade europeia. Ele propunha uma organização social perfeita, depois defendida pelos socialistas utópicos do século XVIII e, mais tarde, tomada como um dos modelos do pensamento marxista. Em *Utopia*, Morus

descreve uma ilha onde vive um povo sábio e feliz com instituições sociais comunistas.

Segundo Margareth, a prática de tal modelo, que na Europa era um ideal, foi tentada no Brasil. A ação dos jesuítas, que se instalaram no país no início da colonização e construíram pequenas repúblicas utópico-totalitárias, mas com um fundo fraterno, chegou a constituir um poder paralelo tão forte que causou sérias preocupações ao Estado e à própria Igreja.

"No discurso de Thomas Morus, o modelo social perfeito, ao mesmo tempo em que celebra a inteligência humana, é também autoritário, pois neutraliza outros homens. A influência desse discurso entre nós poderia explicar até uma aceitação de regimes totalitários", explica a historiadora.

Margareth Pereira considera autoritário o próprio sistema em que Deus aparece como um ser todopoderoso e ao homem cabe apenas obedecer-lhe: "Assim, o discurso humanístico no Brasil foi neutralizado pelo autoritarismo. Essas duas correntes influenciaram nosso entendimento de história, cidadania, trabalho e outros aspectos da vida social." Isso explicaria a apatia do brasileiro diante da miséria.

"A cultura brasileira incorporou instituições desenvolvidas pelo humanismo, mas continuou se movendo em direção ao sonho utópico. Isto é muito complicado, pois, ao mesmo tempo em que criamos instituições que valorizam o homem, nós o desqualificamos no cotidiano. E não se trata de cobrar mudanças das autoridades: está embutido em cada um de nós", conclui Margareth. No seu entender, cabe aos cientistas sociais aprofundarem a reflexão sobre as singularidades do povo brasileiro, para melhor compreendê-lo. ■



Os jesuítas construíram pequenas repúblicas utópico-totalitárias, mas com fundo fraterno

Aids: atendimento global

A diminuição do número de leitos e a discriminação com relação à doença fazem com que setores da Igreja busquem alternativas que respondam às necessidades dos portadores do vírus HIV

Eva Spitz

Levando em conta o crescimento progressivo do número de pessoas contaminadas pelo vírus da Aids, a Pastoral da Saúde da Arquidiocese de São Paulo desenvolveu dois projetos que estão sendo executados há quase um ano. Um consiste no atendimento domiciliar dos doentes de Aids, e o outro na criação de quatro casas de apoio para os que não dispõem de moradia. Ambos se enquadram dentro dos princípios da medicina preventiva, que visa a evitar internamentos desnecessários.

O modelo de atendimento à saúde desenvolvido no Brasil, e que vigora desde o período pós-guerra, condiciona a formação de profissionais a sua vinculação a uma estrutura hospitalar centralizadora. Treinados para buscar só a cura no hospital, os profissionais de saúde acabaram por negligenciar a prevenção das doenças. Apenas as campanhas de vacinação no país cumprem esse objetivo.

Os dois projetos da Arquidiocese de São Paulo têm-se mostrado eficientes. O primeiro, de visitas realizadas por pessoas devidamente treinadas, capazes de administrar serviços básicos de enfermagem e de ensinar a adequada alimentação aos doentes em suas casas, além de preventivo têm ajudado a diminuir os preconceitos dos familiares e amigos do paciente. As casas de apoio destinadas aos sem-teto oferecem aos enfermos uma vida familiar que provavelmente eles jamais tiveram.

Mas para esses doentes, as pressões são muito mais fortes do que se imagina, afirma o padre Juan Manoel Rodriguez Martim, 36 anos, missionário

*Padre Juan Manuel:
"A culpa faz com
que o sistema
imunológico se
deprima com
facilidade.
Para a maioria,
o maior problema
é o pecado
sexual."*



espanhol que mora no Brasil há 14 anos. Além do preconceito e das discriminações a que freqüentemente são alvo externamente, ainda sofrem internamente, por sentimentos devastadores de culpa, garante.

Em função desse sentimento que toma conta da maioria dos doentes de Aids e é responsável pela aceleração do processo degenerativo da doença, o padre espanhol desenvolveu um trabalho pioneiro no Brasil. Trata-se do Sampa (Solidariedade e Apoio Moral e Psicológico Aplicados à Aids), de prestação de serviços gratuitos à parcela pobre da população contaminada pela doença.

Funcionando há apenas um ano em São Paulo, o Sampa reúne 56 profissionais entre psicólogos, psiquiatras, psicanalistas, representantes de sete diferentes credos, pedagogos e educadores, todos arregimentados pelo padre Juan Manuel para realizar esse trabalho voluntário, que visa fundamentalmente a oferecer uma melhor qualidade de vida aos pacientes. O projeto já começa a ser implantado no Rio de Janeiro.

"A sociedade vive de costas para a morte, como se a cada dia todos nós não morrêssemos um pouco, seja por desgaste celular, seja pelo fim de um namoro ou pela morte de alguém querido", diz o missionário, que já acompanhou 34 mortes de doentes de Aids e ultimamente vem celebrando missas para cerca de cinco casos terminais por dia.

Ele decidiu criar o Sampa desde que começou a trabalhar nas casas de apoio aos doentes de Aids da Arquidiocese de São Paulo. Percebeu que os pacientes, apesar da as-

sistência médica, não tinham onde colocar as angústias e fantasias em relação à morte. E quando descobriam a presença de algum padre passavam a falar de seus medos. Mas há padres e padres, ressalva Juan Manuel. Muitos ainda simbolizam a punição do eterno, porque as igrejas, "que sempre pregaram o amor de Deus aos pecadores, se converteram em igrejas para os politicamente corretos, que caminham dentro das 'leis', e se esqueceram dos verdadeiros necessitados", sustenta.

A rigor, o Sampa nasceu da necessidade de subverter uma situação criada pela própria sociedade, que induz seus membros ao uso de drogas e à falsa moral, gerando tabus e preconceitos que estigmatizam ainda mais as vítimas de Aids. O trabalho serve também como um contraponto ao desprezo da própria Igreja, que inclusive usa a doença para forçar conversões, como esclarece o missionário. A congregação do padre Juan Manuel foi fundada na Itália há 100 anos para atender aos mais pobres e marginalizados do planeta, que na época eram os africanos.

Pecado sexual – É, portanto, em função de uma postura ética rigorosa que o Sampa passou a agregar, no que diz respeito ao atendimento espiritual multiconfessional, somente religiões que não fazem ligação entre Aids, pecado e castigo de Deus. Para as religiões integrarem o projeto, basta que se afinem com a noção de que a culpa é um sentimento devastador, que apressa o fim de uma vida e, portanto, deve ser eliminada.

"A culpa faz com que o sistema imunológico se deprima com facilidade. É a maior parte dos doentes chega a nós com culpa. A questão sexual é muito mal elaborada nas pessoas. Para a maioria, o maior problema é o pecado sexual", revela.

Numa terceira instância, o Sampa atua na prevenção e educação da comunidade em geral. É muito comum, portanto, encontrar o padre espanhol em locais nada convencionais. Mas ele também não tem nada que lembre a austeridade de um missionário. Cabelos longos, presos ou não em rabo-de-cavalo, roupas descontraídas,

Juan Manuel pode ser visto acompanhado de sua equipe numa casa de massagem, fazendo esclarecimentos sobre as formas de sexo seguro, em clubes, discotecas ou em saunas mistas.

"Se eu andasse de cabelos cortados e de batina, as prostitutas, os gays e os toxicômanos iriam fugir de mim. Quando se assume uma missão como essa tem que se dar atenção a todos os detalhes, desde os espirituais até a forma de vestir", justifica.

Para fazer oficinas de sexo seguro, dar palestras, seminários, grupos de estudo e psicodramas são convidados enfermeiras, médicos, técnicos dos hospitais e de outras instituições que trabalham com Aids.

O trabalho tem o aval da Arquidiocese de São Paulo, mas é subvencionado apenas pela congregação espanhola de missionários cambonianos, à qual o padre Juan pertence. Recebe cerca de US\$ 10 mil anuais, dos quais US\$ 6,5 mil pagam o aluguel da sede, na Vila Mariana. O Sampa atende atualmente a 35 pacientes, de uma população, por motivos óbvios, quase sempre flutuante. Padre Juan Manuel tem consciência de que ainda existem muitos obstáculos a vencer, junto aos próprios doentes e junto à Igreja católica.

Embora as pesquisas mostrem que pacientes com apoio psicológico têm sobrevida maior, os doentes de Aids ainda guardam reserva com relação à psicoterapia

Os doentes de Aids ainda guardam muita reserva com relação ao tratamento psicoterápico – muitos consideram coisa para maluco.

Sistema de trocas – Embora todo o atendimento nessa clínica religiosa seja gratuito, a terapia mantém como norma um sistema de trocas, entre o paciente e o terapeuta, baseado na idéia de que "ninguém é tão pobre que nada pode trocar".

Para o padre Juan Manuel, quando se diz "eu faço isso de graça para você" está se assinando um atestado de óbito da pessoa. "A pessoa pode ser pobre em dinheiro, mas rica interiormente." A partir desse conceito, trocam-se sessões terapêuticas por qualquer coisa que o paciente queira dispor: cigarro, fita cassete gravada, receita de cozinha, alguma atividade no próprio Sampa, pintura de quadros, comida congelada etc.

Embora ainda considere que seja muito cedo para avaliar o resultado da implantação do Sampa, Juan Manuel lembra que os pacientes melhoraram incrivelmente a qualidade de vida. Ele cita o trabalho executado nos Estados Unidos para dar um exemplo de bons resultados: pacientes que fazem psicoimunologia desde 1982 tiveram sobrevida de quatro a cinco anos. "Trata-se de manter o sistema psíquico e imunológico estáveis", destaca.

Juan Manuel faz colocações filosóficas e éticas que resvalam em valores tradicionais. Enquanto a Igreja católica é contra o uso de preservativos e prega a fidelidade como a melhor maneira de se combater a Aids, ele distribuiu camisinhas, "não como preservativos, mas para preservar a vida", diz. Sua equipe é treinada para ensinar prostitutas a vestir camisinha no parceiro como parte do jogo erótico. A mesma postura transgressora ele tem com relação à fidelidade: "Não adianta pregar fidelidade, se há situações na vida das pessoas em que elas não têm condições psíquicas, físicas ou sociais de serem fiéis. Nestes casos – conclui prosaicamente – o melhor é usar camisinha."

Endereço do Sampa: Caixa Postal 20667 – CEP: 01498-970
☎ 571-7396 (SP)

Um lar especial

Rio terá casa para a população de rua portadora do vírus da Aids

Fotos: Ricardo Funari



No ambulatório da Previdência, J.R., aidético de rua, comemora seu aniversário com os amigos e a equipe médica

Cristiane Ramalho

ORio está prestes a ganhar sua primeira casa de acolhida para portadores da Aids que vivem nas ruas. A casa será instalada num velho casarão no Cosme Velho, na Zona Sul. Idealizada pelo arcebispo do Rio, dom Eugênio Salles, a proposta já conta, também, com a adesão da Madre Teresa de Calcutá, que desenvolve trabalho semelhante nos Estados Unidos. Para sair do papel, o projeto — orçado em quase US\$ 700 mil —, depende de recursos solicitados ao Ministério da Saúde, ao Banco Mundial (Bird) e a governos estrangeiros, ainda sem data para serem liberados.

A gravidade da situação, porém, exige pressa. "Por falta de vagas na rede pública, esses doentes estão sendo

rejeitados pelos hospitais e empurrados para morrer nas ruas", denuncia a médica Maria Inês Linhares de Carvalho, de 38 anos, diretora do Ambulatório da Previdência. Único no país especializado no atendimento a populações marginalizadas e de rua, o ambulatório vem atendendo, nos últimos três anos, à cerca de 300 aidéticos. São menores abandonados, mendigos, desempregados, travestis e prostitutas sem qualquer alternativa de tratamento gratuito. Com a criação do abrigo, essas pessoas terão prioridade na ocupação de uma das 56 vagas disponíveis.

Entre elas, muitos chegaram a ser bem-sucedidas em suas profissões, como o cabeleireiro R.C., de 36 anos. Dono de um salão de beleza em Copacabana, o travesti R.C. tinha um bom padrão de vida. Mas tão logo descobriu

estar contaminado, foi rejeitado pela família sulista, enquanto seu salão foi misteriosamente incendiado. Hoje, é um dos pacientes mais antigos do ambulatório, e já recuperou parte da autoconfiança, embora continue morando na rua.

O garçom J.R., de 36 anos, também resgatou sua vontade de viver, depois de ter pensado em suicídio. Acostumado a ambientes sofisticados como o do hotel Copacabana Palace, onde trabalhou, J.R. se viu na sarjeta após descobrir que estava com Aids. Perdeu o emprego no clube Marimbás e viu a mulher abandoná-lo, levando os dois filhos.

Mas além de abrigar integralmente alguns pacientes, haverá espaço para outras 100 pessoas carentes, que poderão participar das atividades diurnas do abrigo. "A idéia é transformar a casa num centro de convivência", diz Ana Tereza da Silva Pereira, consultora do projeto para a arquidiocese,

explicando que o lugar disporá de horta comunitária e sala de vídeo, terá cursos profissionalizantes e palestras educativas, além de oferecer refeições e acompanhamento médico.

Esperança não falta — Até agora, a Casa da Acolhida Cosme Velho, nome provisório do abrigo, já tem garantidos pelo menos US\$ 50 mil, destinados pelo Banco Mundial às reformas no pavilhão a ser ocupado por menores de rua portadores do vírus. De acordo com Ana Tereza, porém, ainda há outras esperanças. Uma delas está nas mãos do Centro Brasileiro para Proteção da Criança e do Adolescente (CBIA), que além de ceder o imóvel está articulando junto ao governo da Finlândia uma doação de mais US\$ 330 mil, necessários para as obras e

OLHA OS CIEPS SENDO CONSTRUÍDOS E REFORMADOS EM TODO O ESTADO.



Criada para solucionar o problema educacional da população carente do nosso Estado, a rede de ensino de tempo integral, Cieps, foi totalmente abandonada pela administração anterior, que interrompeu o maior programa estadual de construção de escolas no país.

Vítimas do descaso e da inoperância, os Cieps acabaram deixando de cumprir seu objetivo, impedindo que milhares de crianças tivessem acesso à educação.

O Governo do Estado, nestes 2 anos, retomou o programa dos Cieps, construindo e reformando diversas unidades, rigorosamente dentro de seus planos pedagógicos originais.

Até agora, foram concluídos 69 Cieps, abandonados desde 1987, e reformados outros 117. Mais 219 Cieps estão sendo construídos, para atender a dois milhões de pessoas, entre

alunos, familiares e comunidades.

A antiga rede de escolas não foi desprezada. Foram construídas 75 escolas, ampliadas outras 73 e reformadas 734. No total, foram criadas 661 novas salas de aula.

Com isso, a rede pública de ensino ganhou 94.155 novas vagas. A partir de agosto, serão oferecidas mais 72 mil vagas, com os Cieps que até lá entrarão em funcionamento.

O Programa Especial de Educação passa a ser retomado a partir do ponto em que foi interrompido, em 1987, dotado, agora, de um moderno sistema de teleeducação.

Agora, os Cieps voltam a funcionar da forma como foram originalmente concebidos, seguindo a filosofia do ensino em tempo integral, com professores especialmente treinados e dispendo de material pedagógico específico.

Voltada para as áreas de Ciência e Tecnologia, está sendo implantada, em Campos, a Universidade do Norte Fluminense - UENF. O projeto do campus universitário, de Oscar Niemeyer, prevê a construção de 10 laboratórios de pesquisa, da Unidade de Engenharia e Tecnologia, além de um centro de convivência com bibliotecas, auditórios e restaurantes.

Já estão funcionando as duas primeiras instalações da Casa das Meninas, onde jovens e crianças marginalizadas têm atendimento médico, psicológico e social, alimentação, pernoite, além de atividades educativas e recreativas.

Quem não acredita, pode acreditar.
A verdade sempre aparece.



A VERDADE SEMPRE APARECE.

Abandono e esperança

Escondido no alto da Ladeira do Ascurra, no Cosme Velho, Rio de Janeiro, um casarão é, ao mesmo tempo, símbolo do desperdício do patrimônio público no Brasil e de esperança. Com 2.500 metros quadrados, a casa acaba de ser cedida pela CBIA, por 30 anos, à Arquidiocese do Rio, que deverá transformá-la num abrigo destinado exclusivamente aos portadores de Aids que vivem sem teto no Rio.

Durante anos, o imóvel perma-

neceu fechado. Hoje, os sinais do abandono estão em toda parte. Parcialmente depredada, a casa está sem torneiras, com a fiação precária, cheia de teias de aranha e goteiras.

Nos anos 80, a casa foi emprestada pela antiga Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (atual CBIA) à Fundação Estadual de Educação do Menor (Feem), mas durante o governo ante-

rior o imóvel foi desativado, transformando-se em almoxarifado da fundação. Recentemente, a pedido da CBIA, o governador Leonel Brizola concordou em devolver a casa antes do término do período de comodato, permitindo que ela fosse repassada à Arquidiocese.

(C.R.)

equipamentos para a instalação das oficinas.

Existe também a possibilidade de obtenção de mais US\$ 250 mil, requisitados ao Banco Mundial, que dispõe de US\$ 250 milhões para um plano trienal de combate à Aids no Brasil. O dinheiro, que exigirá idêntica contrapartida do governo brasileiro, será distribuído através do Programa Nacional de Combate a Doenças Sexualmente Transmissíveis, do Ministério da Saúde.

Embora não se tenha notícia de um levantamento preciso sobre o número de pessoas contaminadas pela Aids morando nas ruas do Rio, é fácil constatar que as 3 mil pessoas (segundo estimativa da Fundação Leão XIII), que perambulam atualmente pelas praças e parques das Zonas Sul e Centro da cidade, são alvos mais fáceis da doença. Vivendo na mais completa promiscuidade, essa população está exposta ao vírus também por outro caminho: a prostituição, muitas vezes a única alternativa de sobrevivência.

Uma alternativa perigosa, que atrai jovens como A.F., de 22 anos. Abandonado pela madrasta ainda menino, ele admite ter recorrido a isso diversas vezes: "Por causa da doença, perdi vários empregos e corri atrás de prostituição. Mas tudo o que eu quero agora é voltar a trabalhar e ter uma vida digna."

As drogas são outro risco, que empurra — e mantém — muitos nas ruas, como L.C., de 31 anos. Manicure, ela começou a viciar-se aos 19 anos. Com a doença, perdeu o emprego e passou a se prostituir, a fim de comprar mais cocaína, que injeta com dificuldade (a maior parte das veias já está necrosada), usando água suja da rua.

Oferecer alternativas — "No ambulatório, tentamos reduzir o consumo de drogas e prevenir as doenças sexualmente transmissíveis, além de oferecer alternativas de trabalho, através das oficinas profissionalizantes mantidas pelo Banco da Previdência. Mas são poucos os que conseguem mudar de vida", constata a médica Maria Inês, que viu o ambulatório transformar-se em tábua de salvação. Hoje, a maior preocupação da médica é com a qualidade dos atendimentos prestados pelo ambulatório, diante da procura cada vez maior de seus serviços.

Com apenas 22 profissionais — dentistas, enfermeiros, assistentes sociais e psicólogos —, o posto realizou, somente em março, 3.300 atendimentos gra-

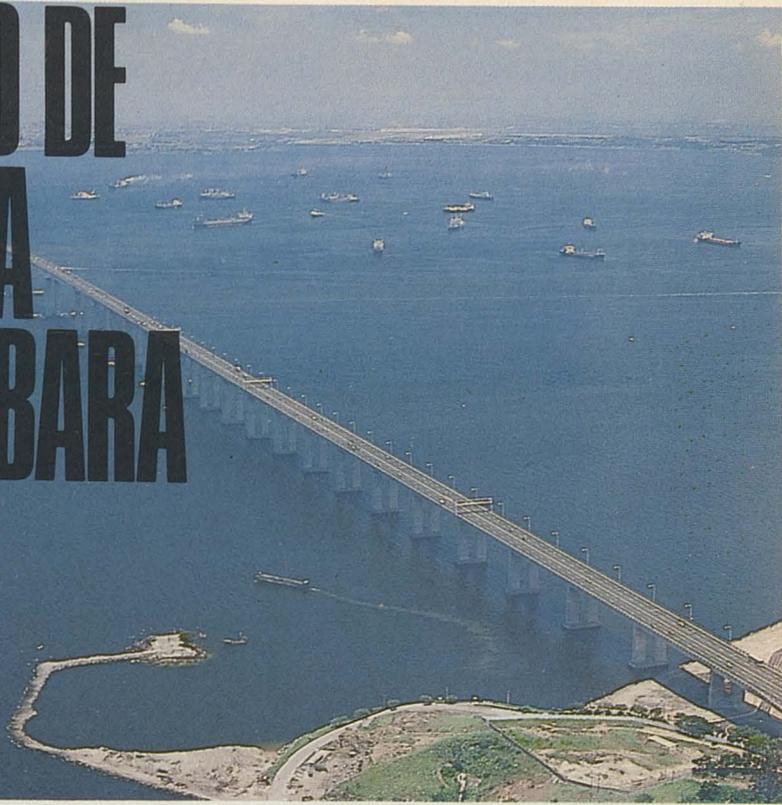
tuitos, além de dispor de cinco leitos para doentes com Aids em estado grave, que permanecem no local das 9h às 17h. Sem cobrar nada pelas consultas, o ambulatório sobrevive com recursos do Banco da Previdência e convênios firmados com as secretarias de Saúde do município — que contribui com 30% dos gastos, através do Sistema Único de Saúde (SUS) — e do estado, que fornece o AZT (medicamento específico para tratamento da Aids).

Nas ruas, porém, é impossível aos doentes seguirem as recomendações. "Como dizer para tomarem o remédio depois das refeições se eles nunca sabem quando irão poder comer novamente?", indaga Maria Inês, que todos os dias, às 5h da tarde, é obrigada a mandar os doentes de volta às ruas. Um drama diário, a ser parcialmente resolvido com a Casa da Acolhida. ■



No casarão do Cosme Velho, um abrigo para os doentes

OLHA O PROJETO DE DESPOLUIÇÃO DA BAÍA DA GUANABARA PRONTO PARA COMEÇAR.



Durante séculos, o povo do Rio de Janeiro usou a Baía da Guanabara para muitos fins. Para o transporte, o trabalho na pesca e o lazer. Usou, até, como cartão-postal, que projetou mundialmente a nossa cidade.

Mas, só agora, a Baía da Guanabara está começando a receber de volta a atenção e o cuidado que todos nós devemos a ela.

Há dois anos, o Governo do Estado iniciou um árduo trabalho de captação de recursos junto ao BID e ao Governo japonês para um programa tão ambicioso quanto indispensável: a despoluição das águas da Guanabara.

Agora, os projetos estão

prontos, os financiamentos em aprovação final e as obras prestes a começar. Apenas na primeira fase, serão investidos mais de US\$ 600 milhões, o maior investimento internacional realizado aqui nos últimos vinte anos.

A despoluição da Baía da Guanabara é, acima de tudo, um investimento na vida.

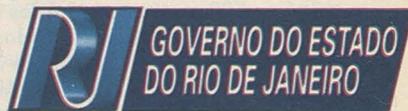
Não só na vida dessas águas generosas que banham a nossa terra, mas na vida de milhões de pessoas. Porque despoluir a Baía significa instalar rede e construir estações de tratamento de esgotos, usinas de lixo, canalizar e dragar rios que transbordam levando detritos para o mar, colocar em lugar seguro — habitações

decentes — as pessoas que vivem em palafitas e barracos às suas margens.

E, é claro, recuperar a alternativa de lazer mais democrática do Rio, dos ricos e dos pobres, de qualquer raça e de qualquer idade: as nossas praias.

Foram dois anos de muito trabalho para conseguirmos chegar a um passo de concretizar um sonho. Um sonho que em pouco tempo vai se tornar uma verdade.

E a verdade, cedo ou tarde, sempre aparece.



A VERDADE SEMPRE APARECE.

O apoio às crianças doentes

Cuidados especiais para tratar os menores portadores do vírus da Aids



Lucinha Araújo diz que seu filho Cazuzo aprovaria sua luta

Patrícia Terra

As crianças portadoras do vírus da Aids terão em breve a sua Casa de Apoio no Rio. Dirigida pela Sociedade Viva Cazuzo, a Casa de Apoio vai funcionar na Rua Pinheiro Machado, em Laranjeiras, mais precisamente em um imóvel onde estava instalada a Ação Social da Prefeitura da Cidade. Na data prevista para a inauguração — 12 de outubro, dia da criança — o imóvel estará equipado para abrigar, em tempo integral, 20 doentes que tenham até cinco anos de idade. Futuramente, também um ambulatório para atendimento de adultos deverá ser montado no local.

O espaço cedido pela prefeitura dispõe de duas casas de dois andares, um galpão e 500 metros quadrados de pátio. “Estamos reformando tudo: o galpão vai ser dotado de lavanderia industrial e dispensa e o pátio passará a ter piso de cerâmica para que possa ser sempre desinfetado”, conta Lucinha Araújo, presidente da Sociedade Viva Cazuzo e mãe do cantor que morreu da

doença em 1990. Ela diz que a ONG que preside já ganhou um parquinho completo, toda a roupa de cama para forrar os 20 leitos e os azulejos necessários para a obra. Revela ainda que até agora reuniu 40 mil dólares para investir em equipamentos. “Este dinheiro eu consegui através dos eventos que promovo, da venda dos discos do Cazuzo e de doações, mas acho que não vai ser suficiente. Só para se ter uma idéia do custo deste empreendimento, cada caminha especial para bebê aitético custa 450 dólares.”

Lucinha avisa que está sendo armado um esquema para que todos os que quiserem fazer doações mensais para a Casa de Apoio recebam em casa carnês a serem pagos em agências do Banco Universal. “A manutenção não vai ser fácil. Cada criança consome 300 dólares de hemoglobulina por mês. Isto sem falar no AZT”, justifica.

Enquanto o espaço físico vai deixando de ser problema, a obtenção de recursos humanos para o bom funcionamento da Casa ainda preocupa a Sociedade Viva Cazuzo. Dos profissio-

nais das áreas médica e de educação que vão trabalhar com as crianças, 30% serão cedidos pela prefeitura. Lucinha Araújo espera que o governo do estado contribua com mais 40% e que o governo federal entre com o resto do pessoal. “Para cada vinte crianças, são necessários 60 profissionais especializados. Acho que não é pedir muito se cada um fizer a sua parte”, diz, com esperança de poder realizar no Rio um trabalho do mesmo nível do desenvolvido pelo padre Juan Manoel Rodriguez Martim, em São Paulo.

“Percebi a necessidade deste tipo de trabalho depois de estar por dois anos à frente dos Amigos do Centro de Referência em Aids do Hospital Universitário Gaffrée Guinle. Os doentes recebiam alta, mas não tinham para onde ir”, afirma Lucinha, que é membro do Conselho Estadual de Aids e foi premiada como uma das dez mulheres do ano de 1992, pelo Conselho Nacional de Mulheres do Brasil, por suas ações no combate à doença. No Gaffrée Guinle, ela reformou 27 leitos das enfermarias masculina e feminina, o berçário e as incubadoras e comprou sete geladeiras, um freezer para o estoque de sangue e até um computador que custou 17 mil dólares, para melhor equipar o hospital.

Agora, priorizando o trabalho junto a crianças, a motivação para continuar investindo contra a doença certamente vai ganhar novo impulso. É que é grande a possibilidade de trazer saúde para aqueles que nascem com o vírus da Aids. “A mãe que tem Aids passa os anticorpos para a criança. Há pesquisas recentes que indicam que 63% dos filhos de mães aitéticas se transformam em soronegativos até os três anos de idade”, se alegra Lucinha Araújo. Ela espera que depois de ajudar a curar as crianças na Casa de Apoio do Rio possa encaminhá-las para a adoção de modo que passem a ter uma vida normal. “Eu não sou nenhuma Madre Teresa de Calcutá. Se depois da morte do Cazuzo eu resolvi continuar vivendo, tenho que fazer isto da melhor maneira possível. Não posso viver chorando pelos cantos. Meu filho não gostaria disto”, diz Lucinha, comparando o trabalho que realiza a uma verdadeira terapia ocupacional. ■

O resgate do leite materno

Numa época em que a sociedade desperta para o problema da fome e da miséria, um grupo de mulheres defende e incentiva a amamentação como a melhor fonte de alimento para o recém-nascido

Patrícia Costa

As mamadeiras estão com seus dias contados. Pelo menos é assim que pensam as Amigas do Peito, uma organização criada há 13 anos com o objetivo de incentivar a amamentação nos primeiros anos de vida do bebê.

A idéia veio de fora, mais especificamente da Argentina, pelas mãos de Bíbi Vogel, uma atriz brasileira que, na década de 70, conheceu, em Buenos Aires, o "Nuñu", um movimento organizado por médicos que instruíam voluntárias. Estas, por sua vez, orientavam as mães em fase de amamentação.

O grupo Amigas do Peito foi criado no Rio de Janeiro por mulheres que tinham em comum o fato de estarem amamentando. Tânia Costa Rêgo, obstetra e amiga de Bíbi, ao conhecer a proposta do "Nuñu" resolveu adotá-la, e começou a organizar reuniões semanais, onde orientava suas pacientes a amamentarem. Cláudia Orthof, também médica e mãe, participa desde a primeira reunião e hoje é uma das coordenadoras. Ela afirma: "A falta de informação e os problemas psicológicos são os principais inimigos da amamentação."

Com o advento da mamadeira, nos anos 50, essa função materna primordial ficou em segundo plano. A classe média começou a usar mamadeira com leite de vaca como substituta do peito, arraigando-se o conceito de que isto era melhor e mais funcional.

As Amigas do Peito existem para lembrar às mães como é bom amamentar o filho. Patrícia Iório, professora de Comunicação Social e integrante do grupo, destaca que "é interessante como as mulheres só falam das coisas ruins da amamentação e se esquecem do prazer e da realização que esse ato traz". Muitas mães procuram o grupo também como uma forma de apoio ou até movidas pela curiosidade.

Rosimar Macedo Teykal, a Rose, professora e mãe de duas meninas amamentadas, Carolina, de 12 anos, e Júlia, de 8, é outra coordenadora, presente desde que o grupo começou a se formar. "Ficamos indignadas ao saber que éramos enganadas, pois a natureza nos deu o dom de amamentar. A lenda de que esse ato é difícil e ruim foi explorada pela mídia e está inserida no imaginário coletivo", diz Rose.

Os problemas

- A "lenda" de que o leite materno não é suficiente para alimentar o bebê é o que mais dificulta o trabalho do grupo. Ana Cristina Léo Barcellos, uma jovem mãe, teve muitas dificuldades em defender seu leite como único e melhor alimento para Vinícius, o filho de um mês e meio.

"Todo mundo dizia que ele chorava de fome porque meu leite era fraco", lembra. "Acho absurdo esse preconceito."

O choro da criança é o que mais tortura a mãe inexperiente, mas Rose esclarece: "O bebê chora por diversos motivos, até porque esta é sua única maneira de se expressar. Às vezes, ele solicita a mãe, não para mamar, mas somente para ficar perto dela, ouvir seu batimento cardíaco, sentir seu contato físico."

Outro fator que atrapalha é a desinformação, comum até nos próprios

Fotos: Guilherme Moreto



Ana Cristina lutou pelo leite de Vinícius

profissionais da área de obstetria e pediatria. Muitas mães dizem que, ao completar o primeiro ou o segundo mês, o pediatra receita complementos para a alimentação da criança. Rose afirma que isso é um erro, porque o leite materno tem todas as proteínas e propriedades necessárias para um perfeito e saudável desenvolvimento do bebê.

Um estudo feito por um pediatra brasileiro revela que o leite dos mamíferos é feito para suprir as necessidades específicas de cada espécie. O leite da mulher é o que possui mais lactose. Segundo especialistas, a lactose é a proteína que contribui para a forma-

ção do cerebelo, órgão responsável pela inteligência, característica que nos difere dos demais mamíferos.

A intuição da mãe também vale muito. "Quando completou um mês", conta Márcia Valpassos Pedro, mãe de Diogo, de dois meses e meio, "a pediatra achou que ele não tinha engordado o suficiente, segundo a tabela dela, e receitou três complementos. O pior é que, quando eu dava o complemento, ele dormia bem. Mas aquilo me fazia mal. Por isso, busquei ajuda nas Amigas do Peito".

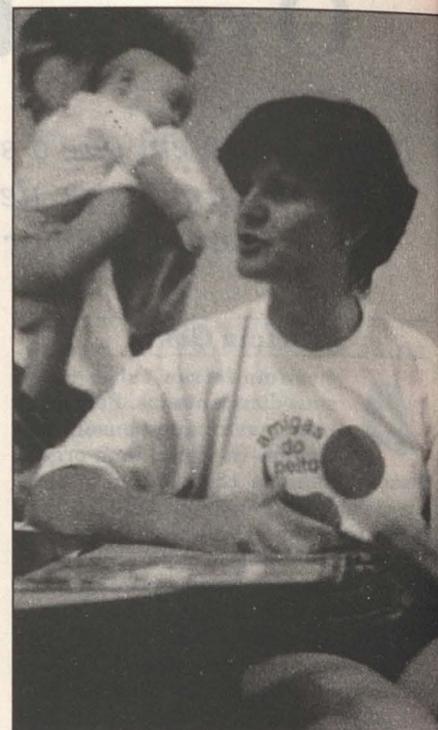
A amamentação também não precisa ser interrompida quando a mãe volta ao trabalho, outra desculpa para recorrer à mamadeira. Rose diz que a mãe pode fazer um esquema alternativo, que combine com sua carga horária no trabalho, deixando até mesmo seu leite na geladeira ou acostumando o bebê aos seus horários. O que ela deixa bem claro é que cabe exclusivamente à mãe e ao seu filho a escolha da hora em que deve parar de amamentar.

Outro fantasma da amamentação é a depressão pós-parto. Essa depressão, segundo psicólogos, é comum e

passa logo. As Amigas do Peito servem também como um grupo de apoio terapêutico, porque ali a mãe deprimida encontra outras "vítimas" da maternidade e pode trocar experiências, sentir-se menos solitária. Nessa fase, ao invés de críticas e conselhos, as mães precisam somente de muito apoio e compreensão.

Resgate do aleitamento - A coordenadora Rose Teikal lembra que, em 1983, o governo federal lançou o Programa de Aleitamento Materno, numa tentativa de resgatar esse bom hábito. O programa é modelo para a Noruega mas, no Brasil, não funciona. A razão é que, até hoje, existe muita resistência à amamentação.

O Código de Normas de Comercialização de Alimentos para Lactentes, aprovado pelo Ministério da Saúde em abril de 1988, proíbe, por exemplo, promoções e comerciais de mamadeiras, comida para bebês e leite em pó para lactentes, mas isso não é respeitado. Os futuros profissionais dessa área saem das faculdades sabendo apenas como receber complementos, sem ter noção da real importância do leite materno.



Rose: está no imaginário coletivo que amamentar é difícil e ruim

Ao longo desses 13 anos de Amigas do Peito, Rose Teykal e Cláudia Orthof sempre ouviram as mesmas queixas maternas, o que demonstra que os tempos podem mudar, mas a maternidade é a mesma. Rose afirma que a única diferença que identificou foi na postura das feministas: "Elas redescobriram o prazer da amamentação, desvincularam esse ato da obrigação e agora se realizam. Ser mãe não é mais sinônimo de es-cravidão, mas sim um direito de todas as mulheres."

As Amigas do Peito fazem um trabalho voluntário e totalmente independente. Apesar de não ser política, a atuação do grupo foi decisiva durante a Constituinte de 1988, para a ampliação da licença maternidade e para a legalização da licença paternidade. Rose Teikal reconhece que é um "trabalho de formiguinha", e o grupo não tem a pretensão de se tornar uma grande instituição. "Nossa função é semear a amamentação nas comunidades onde moramos, ir espalhando a novidade. Isso faz parte do processo de amadurecimento do grupo. Não é àtoa que estamos aí há 13 anos, firmes", conclui Rose.

A arte da amamentação

O Amigas do Peito lançou um projeto, em 1990, cujo objetivo era divulgar a amamentação de uma maneira lúdica, demonstrando que "dar de mamar" é uma coisa natural.

Apoiadas pelo grupo Ammehjelpen (que significa "ajuda de amamentação"), que desenvolve o mesmo trabalho na Noruega, elas lançaram o Amamentarte, que visita determinadas regiões fazendo uma verdadeira festa com teatro, trabalhos artesanais com argila, pintura, exposição de fotos, tudo girando em torno da amamentação.

A mascote do grupo é uma boneca de dois metros chamada Mamalu, que tem uma filhinha, a Lu-

mama, que é amamentada durante as apresentações do projeto. "As crianças ficam apaixonadas pela Lumama", conta Rose, ressaltando que o objetivo é educar as mães e exorcizar o fantasma do preconceito que paira sobre a amamentação. Existe até um trono da amamentação, onde qualquer mãe pode sentar-se. Rose diz que o Amamentarte foi o modo mais coerente que o grupo encontrou para poder se infiltrar nas comunidades carentes, pois "as mães dessas regiões são muito resistentes à amamentação, por desconhecimento". O Amamentarte, assim, pretende resgatar o lado prazeroso da amamentação.

PESQUISAR AGORA É FÁCIL



PREÇOS
ESPECIAIS
PARA
ESTUDANTES

Você já pode contar com os serviços do Centro de Documentação da Editora Terceiro Mundo para enriquecer sua pesquisa. Dispomos de um acervo valioso sobre as grandes questões dos países em desenvolvimento e também sobre ecologia.

Consulte-nos!

Tels.: (021) 252-1742/232-3372

CADERNOS
DO TERCEIRO MUNDO

ASSINATURAS ▶

Rio de Janeiro

(021) 252-7440 / 232-3372

São Paulo

(011) 573-8562 / 571-9871

Belo Horizonte

(031) 271-3757

Brasília

(061) 226-2202

Curitiba

(041) 223-3290

Aracaju

(079) 211-1912

Florianópolis

(0482) 44-7683

O desafio de erradicar a pobreza

A América Latina discute no México as posições que defenderá no Cairo, em 1994, na Conferência Mundial sobre População e Desenvolvimento

Roberto Bardini



Especialistas de 37 países reunidos no México afirmaram que os planos de ajuste foram incapazes de diminuir o número de pobres

AMÉRICA LATINA

De 29 de abril a 4 de maio se realizou no México a Conferência Regional Latino-Americana e do Caribe sobre População e Desenvolvimento, na qual participaram 28 ministros e vice-ministros de áreas sociais e mais de 300 especialistas de organismos governamentais e não-governamentais de 37 países. Esteve presente também uma numerosa delegação dos Estados Unidos e, como já é habitual em reuniões sobre população, representantes do Vaticano.

O encontro, preparatório da Conferência Mundial sobre População e Desenvolvimento que se realizará no Cairo em setembro de 1994, foi auspiciado pela Comissão Econômica para América Latina (Cepal), o Fundo das Nações Unidas para Atividades da População (Fnuap) e o Centro Latino-Americano de Demografia (Celade).

No centro dos debates se colocou o crescimento mundial como um dos desafios do século XXI. Para os especialistas, abordar de forma adequada a relação existente entre população e desenvolvimento representa um dos principais desafios do próximo milênio para os países do Terceiro Mundo, uma região do planeta caracterizada pela distribuição desigual da riqueza.

O Sul cresce – A população mundial cresce mais rapidamente que antes, em torno de três pessoas por segundo, o que significa mais de 250 mil nascimentos por dia. Calcula-se que no ano 2000 o planeta terá um bilhão a mais de habitantes, uma cifra próxima à atual população da China.

Segundo os especialistas, os países menos desenvolvidos do Sul – localizados na Ásia, África e América Latina – são os que registrarão aproximadamente 97% do crescimento da população mundial de hoje até o ano 2050.

Em compensação, nos países desenvolvidos do Norte os habitantes tendem a decrescer numericamente, como é o caso da Europa, onde calcula-se que a população diminuirá de 498 milhões, em 1990, para 486 milhões em 2050. No futuro, se se concretizarem estas estimativas, o Norte contará com apenas uma quinta parte da população internacional.

De acordo com dados do Fundo das Nações Unidas para Atividades da População (Fnuap), a África – o continente mais pobre – cresce a uma taxa de 3,8% ao ano, a mais alta já registrada. Na América Latina a população aumenta a um ritmo de 2,1% ao ano e na Ásia se registra um crescimento de 1,9%.

Mais pobreza – Nos países do Sul, a questão do aumento populacional não pode ser desvinculada da pobreza. A crise econômica, o pagamento da dívida externa, a inflação acelerada, os arrochos salariais e, em geral, a aplicação de planos neoliberais produziram uma alarmante queda no nível de vida da maioria dos habitantes do Terceiro Mundo.

Os resultados das estatísticas variam de acordo com as fontes, mas são sempre preocupantes. Um es-

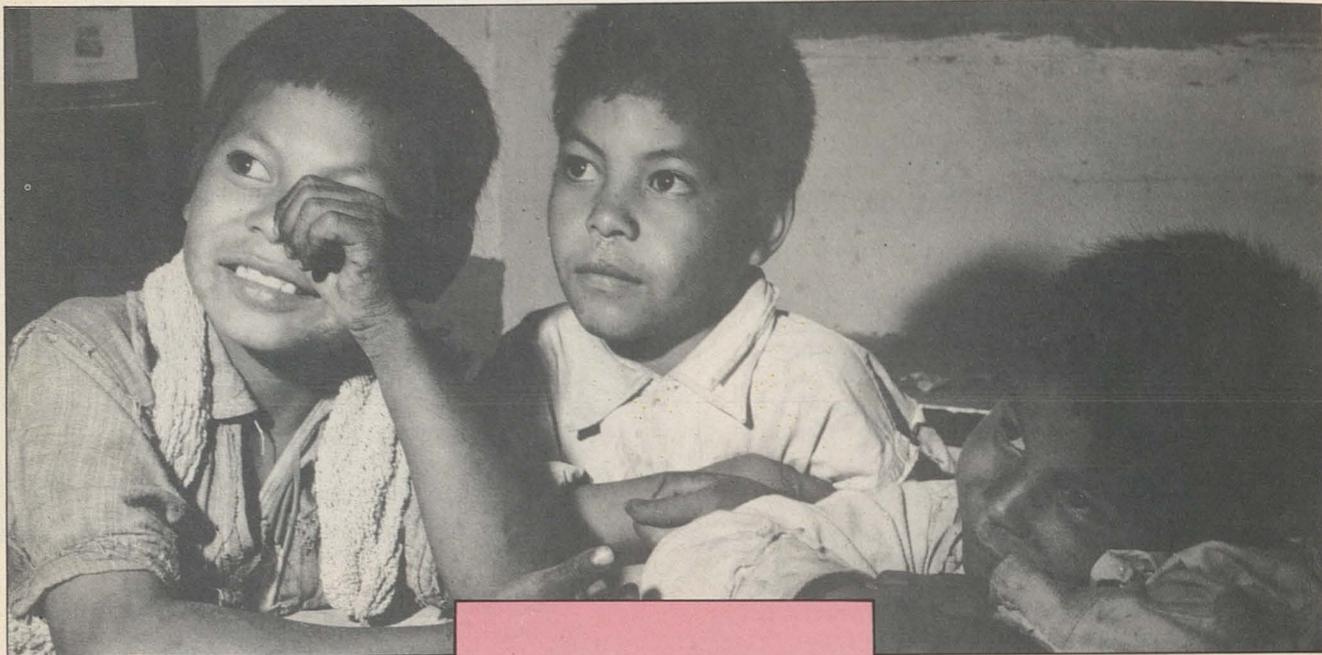


Haiti: milhares de crianças se alimentam do lixo

tudo recente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) revela que o número de pobres na América Latina e Caribe – estimado em 87 milhões de pessoas no começo da crise – subiu para 106 milhões em 1990 e possivelmente chegue a 126 milhões no ano 2000.



Sul da Índia: centenas de milhões de pessoas condenadas à miséria



Por outro lado, uma pesquisa da Cepal indica que em 1990 viviam em situação de pobreza 196 milhões de pessoas, o que equivale a mais de 45% da população latino-americana e do Caribe.

Organismos como o BID e o Banco Mundial (Bird) também estão preocupados em encontrar soluções, junto aos governos dos países menos favorecidos, para o problema do combate à miséria. Finalmente, esses órgãos se convenceram de que sem essas medidas não haverá desenvolvimento sustentável.

No entanto, a aplicação de planos para melhorar as condições de vida dos setores sociais mais castigados oferece soluções limitadas, já que não pode se dizer que o número de pobres tenha diminuído em nenhum dos países nos quais esses programas são levados a cabo.

O fator humano - Um relatório do Fnuap divulgado durante a Conferência do México pôs, precisamente, o dedo na ferida e, mais que apontar soluções, levantou novas questões. "O crescimento econômico de um país não pode ser explicado só pelo aumento do capital e do número de empregos e pelas mudanças tecnológicas. Ele é explicado pela maior produtividade da população como conseqüência da educação, da capacitação e do aprendizado de novos ofícios e profissões. Mais saúde, disposição e bem-estar geral também contribuem para aumentar a produtividade."

*Segundo a Cepal,
196 milhões de
pessoas viviam em
1990 em situação
de pobreza, o que
equivale a mais de
45% da população
latino-americana
e caribenha*

Na prática, porém, é difícil que os países da região contem com essa força de trabalho altamente qualificada - e, além disso, satisfeita - quando mais da metade da população vive na pobreza e carece de acesso à boa alimentação, moradias dignas, serviços elementares de saúde e níveis básicos de educação.

Ao final da Conferência foi redigido um extenso documento intitulado "Consenso Latino-Americano e do Caribe sobre População e Desenvolvimento", no qual, em uma longa lista de recomendações, se exorta os governos do continente a que, com a participação do setor privado e das organizações não-governamentais, apresentem programas de capacitação e emprego nos quais se dê importância à juventude e às pessoas afetadas pela modernização tecnológica.

Natis Sadik, secretária geral da conferência, foi incisiva ao afirmar que "no que se refere à pobreza, esta aumenta onde o Estado não tenha cumprido seu verdadeiro papel, que é investir no ser humano e velar pelos mais desprotegidos".

A alta funcionária afirmou que "a lição dos anos 80 é que as pessoas não são um produto secundário, mas constituem o motor para o progresso da economia". Sadik criticou ainda "os economistas que, acostumados a trabalhar com números e a falar de Produto Nacional Bruto (PNB) e renda *per capita*, se esquecem do ser humano".

Os novos pobres

Os planos de ajuste impostos pelo presidente Fujimori têm elevado drasticamente os índices de pobreza e modificado a distribuição geográfica da miséria, que já não se limita aos bairros marginais

A poderosa Igreja católica peruana saiu de seu silêncio e manifestou sua grande preocupação pela situação de pobreza extrema em que vive a maioria da população do país, ao mesmo tempo que advertiu o governo do presidente Alberto Fujimori sobre a necessidade de respeitar os direitos humanos. Estima-se que 60% dos peruanos – cerca de 13 milhões de pessoas – vivem em situação de pobreza e desse total, dois milhões e meio estão em uma situação desesperadora.

As críticas estão contidas na mensagem que a Igreja divulgou na Semana Santa, intitulada “Por uma sociedade mais justa e solidária”. O secretário geral da Conferência Episcopal, monsenhor Miguel Irizar, afirmou que o documento não reflete apenas uma opinião política, mas ética e moral, “sobre situações que preocupam a Igreja em sua tarefa de proteger os mais fracos de qualquer arbitrariedade”.

Entre as afirmações da alta hierarquia católica existem críticas ao que qualificam de “gravíssimos problemas que afligem a sociedade peruana”, entre os quais citam o desemprego, a injustiça social e a corrupção. Os bispos assinalam que há mais de 12 anos são “testemunhas, vítimas ou atores de uma surda, cega e irracional luta interna e fratricida”.

O documento também repudia o terrorismo, de qualquer origem. “Seus métodos, sua ideologia e suas ações são sempre condenáveis porque violam os direitos humanos, sobretudo o direito fundamental à vida”, assinalaram os bispos.

Irizar explicou que nesse documento a Igreja faz um apelo especial às autoridades peruanas para que, na administração da Justiça e na justa condenação aos que desobedecem às leis e



Calcula-se que um milhão de crianças vivem nas ruas sem qualquer assistência

AMÉRICA LATINA

PERU

ameaçam destruir a sociedade, não haja excesso nem erros que afetem inocentes. "Para romper a espiral da violência, a resposta do Estado deve ser cuidadosa e inteligente. Deve-se evitar incorrer em excesso e que os inocentes sejam afetados", afirmam os bispos.

Violação aos direitos humanos

Sabe-se que no Peru os abusos em matéria de direitos humanos por parte das Forças Armadas e dos grupos guerrilheiros continuam aumentando. "As forças do governo continuam cometendo um grande número de violações aos direitos humanos, incluindo execuções sumárias, desaparecimentos, tortura e violações sexuais, sem que se tenham feito esforços significativos para punir os responsáveis", afirma um relatório da organização não-governamental *Americas Watch*, divulgado em abril em Washington.

O secretário geral da Conferência Episcopal assinalou que toda a Igreja peruana – dos bispos aos laicos e, entre eles, em particular as mulheres – não só está sendo vítima da violência terrorista, como também "sofre na própria carne os efeitos da realidade econômica que continua afligindo a maioria do povo peruano".

Irizar lembrou que em uma recente reunião da Conferência Episcopal Latino-americana (Celam), realizada na Venezuela, os bispos manifestaram admiração pela paciência do povo peruano, "que tem sofrido o terrível impacto da violência e suportado um duro ajuste econômico", sem perder as esperanças de viver dias melhores.

Nesse sentido, o bispo-adjunto de Callao, porto vizinho à capital, recordou as palavras do papa João Paulo II:



Um grupo de esposas de mineiros prepara comida para alimentar cerca de 220 famílias recém-chegadas a Lima, vítimas do plano de ajuste de Fujimori (foto acima)

"Se queres a paz, vá ao encontro do pobre." E exortou as autoridades a erradicar com urgência a pobreza extrema, porque é "o germe da violência".

Representantes de outras correntes cristãs também demonstraram preocupação pelas condições sócio-econômicas dos setores menos privilegiados da população peruana. Os bispos Alan Winstanley e Pablo Mamani, das igrejas Cristã Episcopal e Metodista, respectivamente, afirmaram que o povo peruano "em sua luta pela sobrevivência, em sua sede de justiça e de paz, sente na própria carne a *via crucis* de Cristo".

A pobreza se espalha – O próprio governo reconhece que, três anos de-

pois da aplicação do programa de ajuste econômico, a situação social não só não tem melhorado como aumentou o número de pessoas que vivem na pobreza extrema. Os pobres agora estão em diferentes setores das cidades, inclusive nas melhores áreas residenciais e não só nos bairros periféricos.

Por esse motivo, é mais difícil identificar os setores sociais submersos na pobreza. "Há pobres crônicos, que vivem nos bairros carentes de serviços básicos, mas que comem todos os dias, e pobres recentes, que perderam seus empregos, não podem pagar as taxas de água e luz, e cujas famílias costumam ir deitar sem comer", afirma a socióloga Imelda Vega.

Os programas de assistência social do Estado, dos organismos não-governamentais e de instituições apoiadas pela Igreja católica distribuem a cada mês um milhão e cem refeições só em Lima, a capital peruana.

No entanto, nem todos os que necessitariam desse tipo de ajuda a recebem. De acordo com diferentes esti-

mativas, 396 mil novos pobres da capital não estão inseridos nos programas de alimentação popular e não têm vínculos com as entidades que trabalham nos bairros populares. Só 1.908 famílias de pobres recentes encontraram a forma de chegar a um refeitório popular ao recorrer a algum dos programas administrados pela Igreja.

"Os novos indigentes, que perambulam pela cidade buscando emprego ou tratando de vender artigos novos ou usados, são fruto do implacável programa de ajuste recomendado pelo Fundo Monetário Internacional", afirma a assistente social Ana Galloso. Ex-religiosa católica, Galloso assinala que o presidente Fujimori, empenhado em reduzir os gastos fiscais, despediu cer-

ca de meio milhão de funcionários públicos e que seu programa de ajuste provocou o fechamento de milhares de empresas.

Pobreza e desigualdade - Um estudo dos pesquisadores norte-americanos Paul Glewwe e Gillete Hall afirma que o aumento da pobreza não começou com Fujimori, mas com Alan García (1985/90). Segundo eles, o programa do FMI foi adotado para reverter uma hiperinflação de 7.000% deixada pelo ex-presidente, cuja política econômica já havia baixado o salário mínimo real em Lima em 62%.

Durante a gestão de García, o percentual da população de Lima que se encontrava no nível da pobreza extrema subiu de 0,5% para 17,3%. Atualmente, já sob a orientação do FMI, ultrapassa 21% e atinge grupos novos da população. Essa situação está alterando os mapas de distribuição da miséria em Lima, estendendo as áreas de pobreza crônica e criando novas zonas de pobreza recente.

Um relatório do Banco Central, denominado "Estratégias de alívio à pobreza", recomenda ao Estado dar prioridade à elaboração de programas que atinjam a população que não pode sequer "suprir suas necessidades alimentares". O mapa da distribuição da pobreza elaborado por esse mesmo banco há 11 anos está obsoleto.

Segundo o vice-ministro responsável pela coordenação de organismos governamentais de assistência social, a situação obrigou a redefinir o conceito de pobreza extrema. "Neste momento, não se podem utilizar índices anteriores que definiam a pobreza extrema como a carência de serviços básicos, situação que se apresentava quase exclusivamente em bairros marginais", afirma o vice-ministro Velázquez.

Os pesquisadores sociais optaram por recomendar o uso de dois critérios para catalogar a pobreza: por carência e por renda. Segundo José Reyes, um economista que trabalha com essa questão, nos bairros mais antigos de Lima há uma forte população integrada socialmente que, a rigor, "não está incluída no nível de pobreza extrema, enquanto que nos distritos de classe média há um número crescente de novos pobres". (IPS)

Rebeldes condenados

Os principais dirigentes do Movimento Revolucionário Tupac Amaru do Peru (MRTA), Víctor Polay e Peter Cárdenas, foram condenados à prisão perpétua pelo delito de traição à pátria, por um tribunal militar integrado por *juízes sem rosto*, ou seja, cuja identidade é mantida em segredo por razões de segurança.

A sentença foi ditada no início de abril na prisão de segurança máxima de Yanacmayo, na cidade de Puno, ao sul do país, onde estão presos membros dos dois movimentos rebeldes que atuam no país, o Sendero Luminoso e o Tupac Amaru, acusados de terrorismo. As duas organizações rebeldes operam desde 1980 e deixaram até agora um saldo de mais 25 mil mortos e desapa-

recidos e cerca de 22 bilhões de dólares em perdas materiais.

Foi a primeira vez que um tribunal militar *sem rosto* dita uma sentença de prisão perpétua no interior do país. Até esse momento só em Lima se haviam ditado sentenças de prisão perpétua, aos principais dirigentes do Sendero Luminoso, Abimael Guzmán e Elena Iparraguirre.

Polay, conhecido como "camarada Rolando", liderou em 1990 uma espetacular fuga de guerrilheiros do MRTA do presídio Miguel Castro Castro, de Lima. Em 19 de junho de 1992 foi recapturado em um bar de um bairro residencial da capital. Ele e Cárdenas controlavam as finanças da organização.



Peter Cárdenas (centro), o número dois do MRTA, foi condenado à prisão perpétua

A independência é uma realidade

Depois de 30 anos de guerra contra a ocupação etíope, os eritreus conquistam sua independência em um referendo pacífico

Beatriz Bissio



Massawa: a população eritréia comemorou nas ruas o resultado do plebiscito

O resultado do referendo realizado nos dias 23, 24 e 25 de abril, que aprovou a independência da Eritrêa por mais de 90% dos votos, era previsível, mas nem por isso deixou de ser menos importante. O exercício do poder soberano do sufrágio de um milhão e meio de cidadãos transformou a Eritrêa em um novo país africano e na primeira nação da era pós-colonial que alcança sua independência em um processo secessionista legal.

Centenas de observadores internacionais – entre eles, representantes das Nações Unidas e de organizações de direitos humanos – acompanharam a votação em diferentes áreas da província da Etiópia. Todos comprova-

ram a transparência da consulta e a grande participação popular.

Camelos, burros e todo tipo de transporte foram utilizados pelos eleitores, que passaram depois vários dias comemorando os resultados, buscando superar a tristeza e os sofrimentos dos longos anos de luta que deixaram um saldo de 60 mil mortos em uma população de três milhões de habitantes.

“A consulta foi pacífica, mas conquistada com muito sangue. Isso não deve ser esquecido”, resumiu um jovem ao ser perguntado sobre o valor do referendo por um dos observadores.

Um processo complexo – Fundada em 1960, a frente que liderou a luta

pela independência passou por várias etapas e dificuldades, até que em 1988 venceu a batalha de Afabet, apoderando-se de um enorme arsenal etíope que lhe permitiu, pela primeira vez, passar à ofensiva.

Seus combatentes – calculados entre 30 e 100 mil, dependendo das fontes – sempre contaram com um sólido apoio popular. Nos últimos 15 anos, tinham organizado uma estrutura paralela de governo que incluía desde escolas e laboratórios para produzir remédios até hospitais, muitas vezes subterrâneos, para preservá-los dos bombardeios etíopes.

Além disso, medidas mais audaciosas, como a reforma agrária e a promoção da mulher a cargos de alta responsabilidade no campo militar e civil – inclusive nas áreas de maioria muçulmana –, também foram adotadas pelos independentistas, consolidando o apoio da população.

Em 1990, as forças da Frente Popular de Libertação da Eritrêa (FPLE) conquistavam o estratégico porto de Massawa, pondo fim a um longo isolamento do exterior, período em que conseguiram se manter por seus próprios meios, embora recebessem alguma ajuda de organizações humanitárias.

Um ano depois, em 26 de maio de 1991, as forças independentistas entraram na capital da então província, Asmara, sem precisar disparar um único tiro. Desde este dia, Asmara – cidade erguida pelos italianos, antigos colonizadores – tem vivido dias de glória, cujo maior símbolo foi a substituição da bandeira etíope pela eritréia em todos os edifícios públicos e nas principais avenidas.

As mudanças na Etiópia – Nessa mesma época, caía em Addis Ababa o governo de Mengistu Hailé Mariam e o dirigente partia subitamente para o exílio no Zimbábue. De forma interina, assumiu o vice-presidente, Tesfaye Gabre Kidane, que entre suas primeiras medidas assinou um cessar-fogo com os eritreus. Mas se tratava só de um primeiro passo, que não garantia ainda o reconhecimento da reivindicação eritréia de independência total.

O processo rumo à autodeterminação ganhou novas perspectivas quando

O fantasma das fronteiras artificiais

Os eritreus sempre despertaram grande simpatia na África, mas quase nunca esse sentimento se transformou em apoio concreto dos governos do continente. Por mais sensíveis que fossem às reivindicações dos eritreus, os governantes africanos temiam que a vitória de sua causa iniciasse um processo — muito difícil, doloroso e de imprevisíveis conseqüências — de revisão das injustiças criadas pelos interesses europeus durante o processo de independência.

Desde 1885 a Itália esteve presente na Eritrêia, quando forças militares desse país, ajudadas pelos ingleses que já dominavam o Mar Vermelho, capturaram o porto de Massawa e parte do território vizinho, sufocando a resistência dos habitantes locais.

Para a Grã-Bretanha, não interessava que nessas terras se estabelecessem os franceses, que já estavam no Djibuti, e por isso preferiu apoiar a implantação de uma

potência menor como a Itália. Os italianos, por sua vez, pretendiam conquistar toda a Etiópia, motivo pelo qual o domínio do estratégico território eritreu era essencial.

Mussolini realizou grandes investimentos na Eritrêia. Esse processo foi responsável, em parte, pela urbanização e modernização da Eritrêia, ao contrário do que ocorria na Etiópia, que continuava sendo um país de economia basicamente agrícola.

No início dos anos 40, durante a Segunda Guerra Mundial, uma ofensiva das forças britânicas permitiu que a Inglaterra passasse a ocupar toda a região da África oriental dominada pelos italianos. A Eritrêia se transforma, então, em uma impor-

tante base econômica dos ingleses (1941-1952).

Quando as Nações Unidas definem o futuro de muitas ex-colônias italianas e alemãs após a vitória das forças Aliadas na guerra, a Eritrêia (1244.320 km²) passa a ser “uma entidade autônoma com a Etiópia, sob a soberania da coroa etíope”, segundo a Resolução 390 A(V).

Mas o alcance dessa autonomia não foi definido pela ONU e isso permitiu que o imperador etíope Hailé Selassié fosse limitando essa autonomia até eliminá-la totalmente em 1962. Nesse ano, mediante o uso de todo tipo de pressões, o imperador obrigou um grupo de deputados eritreus a votar pela incorporação do território à Etiópia.

A decisão nunca foi aceita pelos nacionalistas eritreus, que em poucos meses se organizaram e passaram a defender seus ideais independentistas com as armas.



Os 30 anos de luta pela independência não foram em vão. O sonho do pequeno grupo de nacionalistas que se levantou contra o imperador Hailé Selassié nos anos 60 é hoje uma realidade. E mais que isso: os desafios enfrentados

em conjunto por uma população heterogênea¹, que poderia correr o risco de cair agora nas lutas fratricidas que corroem outros países, sedimentaram o sentimento de nacionalidade tão essencial para se poder construir um futuro diferente.

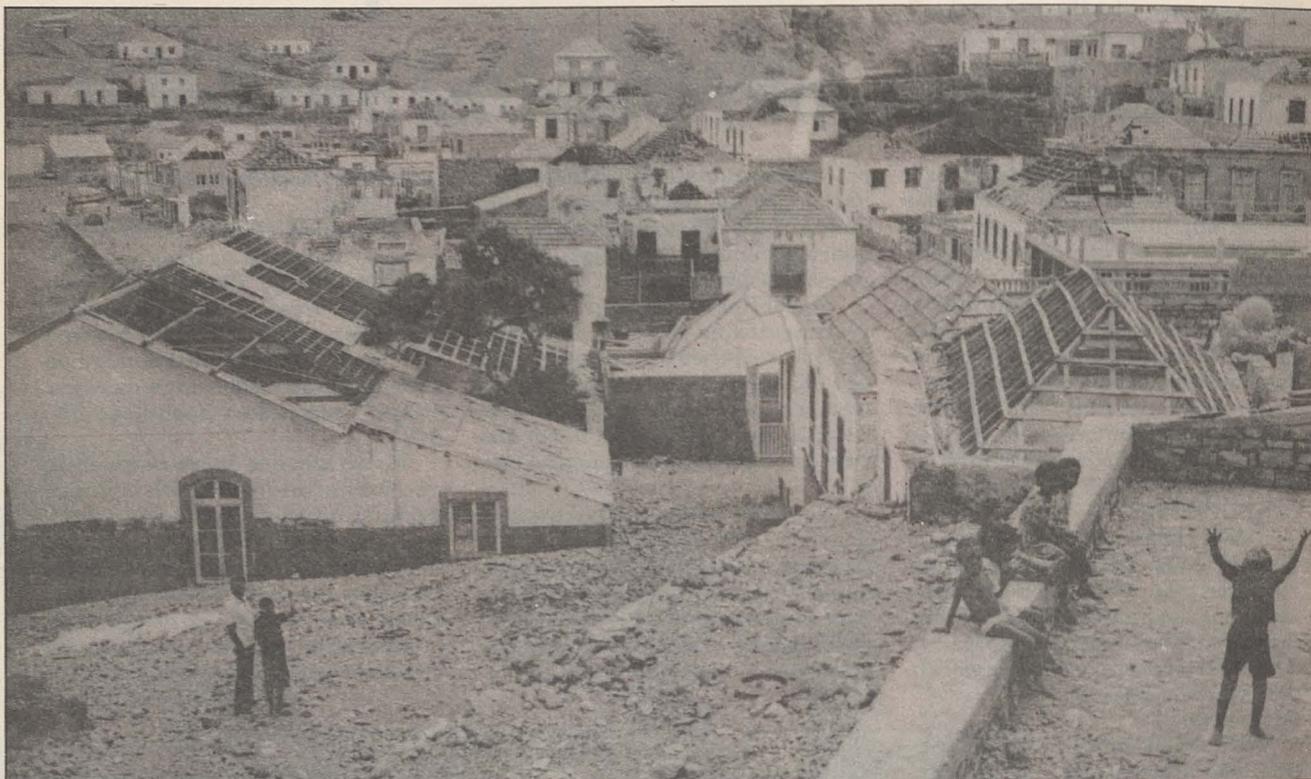
Sem perder tempo, após a ocupação de Asmara, símbolo de sua vitória, os eritreus anunciaram a formação de um Governo Provisório liderado por Isayas Afeworki, o secretário geral da FPLE. Em julho, Afeworki visitou a capital etíope, onde participou da conferência multipartidária promovida pelo novo governo, que, entre outras medidas, aprovou a realização do referendo na Eritrêia.

¹ Existem mais de dez grupos étnicos no país (entre eles, os *galla, amhara, tigre, nilotas e somalis*), sendo o cristianismo e o islamismo as principais religiões

os guerrilheiros da Frente Revolucionária Democrática do Povo Etíope (FRDPE) chegaram ao poder na Etiópia, curiosamente com o aval dos Estados Unidos, que não desejavam a continuação do clima de instabilidade nessa região de inegável importância geopolítica.

A FRDPE está formada, entre outras forças, pela Frente de Libertação do Povo de Tigre, com a qual os eritreus vinham coordenando suas operações militares e de reorganização da população civil desde meados da década de 80. O acordo entre eles incluía a aceitação da independência da Eritrêia se a FRDP chegasse ao poder.

A independência



Atualmente, há 700.000 cidadãos cabo-verdianos vivendo na Europa, o dobro da população residente no país

Aprofundar a democracia

A vitória de um partido de oposição e de idéias neoliberais nas eleições de 1991 provocou mudanças profundas na vida da ex-colônia portuguesa

Augusto Guimarães

Dois anos depois das primeiras eleições realizadas sob um regime pluripartidário, o Movimento pela Democracia (MPD), atual partido no governo em Cabo Verde, tem como bandeira a modernização do país. Em seu primeiro Congresso, no início do ano, o MPD definiu como seu objetivo estratégico a criação de bases sólidas para garantir o desenvolvimento e a democratização completa do arquipélago.

Ex-colônia de Portugal, localizada na costa ocidental da África, Cabo Verde está formado pelas ilhas e ilhotas de Sotavento e Barlovento e tem 4 mil quilômetros quadrados. Tradicionalmente, o país tem se

caracterizado por suas migrações, a tal ponto que tem 370 mil habitantes mas o dobro dessa população – mais de 700 mil cabo-verdianos – mora nos Estados Unidos e na Europa. Uma das principais fontes de divisas do país são as remessas de dinheiro enviadas por imigrantes a seus familiares.

Governado desde sua independência, em 1975, pelo Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAIGC) que encabeçou um regime de partido único com uma forte presença do Estado, esse pequeno país não escapou à onda neoliberal: o MPD está impulsionando um duro programa de ajuste estrutural e pretende diminuir drasticamente a ingerência estatal em assuntos econômicos.

AFRICA

CABO VERDE

Na verdade, a abertura da economia já havia sido iniciada pelo PAIGC. Em seu III Congresso, realizado em 1988, ratificou sua proposta de liberalização e pragmatismo, com incentivo ao investimento privado, proposta esta que já vinha sendo defendida a nível de governo.

A atual administração radicalizou e ampliou essa proposta. De fato, o primeiro-ministro Carlos Veiga coincide com o PAIGC na necessidade de estimular o setor privado como única forma de assegurar o crescimento da economia, com um conseqüente aumento dos salários e dos recursos públicos disponíveis para as políticas sociais. Mas defende mudanças mais profundas: "O modelo anterior, de simples reciclagem da ajuda externa, se esgotou", afirma.

Objetivos ambiciosos - O Produto Interno Bruto (PIB) de Cabo Verde foi em 1988 de 20 bilhões de escudos (cerca de US\$ 156 milhões) e aumentou para 26 bilhões de escudos em 1990. Espera-se que, como nos últimos anos, a tendência ao aumento se mantenha em 1993.

O governo elaborou um plano de desenvolvimento (1992-95) que recebeu demonstrações de apoio de países vizinhos. Com um orçamento de US\$ 600 milhões, o plano se propõe a objetivos ambiciosos, desde o estabelecimento de equilíbrios macroeconômicos até o fortalecimento da infra-estrutura do país. Além disso, contempla estratégias para combater a pobreza, uma vez que cria um ambiente favorável aos investimentos privados.

Em 1990, a balança comercial de Cabo Verde foi muito deficitária, com importações de US\$ 64 milhões e exportações de apenas US\$ 3 milhões. Entre as reformas estruturais propostas pelo governo para o crescimento da economia está a privatização parcial ou total da maioria das empresas públicas e a liquidação do monopólio do Banco de Cabo Verde, além de alterações no sistema fiscal, que conduzirão a um imposto único sobre os rendimentos.

Paralelamente, se realizam investimentos públicos (em obras de infra-estrutura como portos, aeroportos, estradas e telecomunicações) e privadas



Pedro Pires: desgaste no poder

(dirigidas fundamentalmente às áreas de pesca, turismo, indústria e serviços).

Entre os países aos quais foram encarregadas obras estão a Holanda (infra-estrutura em geral), Japão (correios e telecomunicações urbana e rural), Alemanha e Portugal (aeroporto da ilha de Sal) e China (moradias populares). Com um orçamento de US\$ 78,4 milhões, as obras têm financiamento da Comunidade Européia (CE), do Fundo Kuait, Banco Mundial, Bancó Africano de Desenvolvimento e Banco Árabe de Desenvolvimento.

Com esses projetos, o governo espera reduzir a taxa de desemprego, que em 1990 era de 25,9%, para menos de 23% em 1995.

Mudanças políticas - Essa nova política econômica não teria sido possível sem mudan-

ças drásticas no sistema político institucional. A nova Constituição consagra as principais garantias dos cidadãos (direito à justiça, liberdade de associação, de reunião e de expressão, etc.) e se aplicou um sistema de eleições livres e diretas dos governos locais. Em 1992, Cabo Verde foi eleito como membro não-permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas e nessa condição desenvolveu um importante trabalho em favor das negociações de paz em Angola e Moçambique.

No plano interno, 1993 é para os partidos políticos de Cabo Verde um ano de congressos e tomada de posições. Em fins de janeiro, se realizou o I Congresso do MPD, para julho está previsto o do PAIGC - o partido que lutou contra o colonialismo português e governou o país durante os primeiros 15 anos posteriores à independência -, e em agosto é a vez da União Cabo-verdiana Independente e Democrática (UCID), que junto com o PAIGC forma a atual oposição.

No congresso do MPD - o primeiro partido na jovem história do país que chega ao poder através de eleições pluripartidárias -, os dirigentes fizeram um balanço de sua atuação, destacando como aspectos positivos do partido sua vitória nas eleições legislativas de 1991, com 71% dos votos, a conquista de 8 das 14 prefeituras do país nas elei-



Em 1990, a balança comercial de Cabo Verde foi desfavorável

AFRICA

CABO VERDE



A nova Constituição consagrou as principais garantias dos cidadãos – como o direito à justiça e a liberdade de associação, de reunião e expressão – e instituiu o voto direto para os governos locais

ções municipais de dezembro do mesmo ano, e a vitória de seu candidato, Antonio Mascarenhas Monteiro, nas eleições presidenciais de fevereiro de 1991 e a adoção da nova Constituição. Mascarenhas é um jurista formado no exterior e presidiu a Suprema Corte de Justiça durante a década de 80.

O presidente reeleito do MPD, o atual primeiro-ministro Carlos Veiga, considerou que esse Congresso constituía o primeiro passo rumo à campanha eleitoral de 1996 e desafiou o partido a repetir seu desempenho eleitoral de 1991 e vencer as próximas eleições com não menos de 65% dos votos.

O desafio de ser oposição – Fundado em 1956 e membro da Internacional Socialista desde setembro de 1992, o PAIGC vive o desafio de ser oposição pela primeira vez em sua história. Depois da derrota sofrida em 1991, quando obteve apenas 29% dos votos, a meta do partido é reorganizar-se para disputar em melhores condições as eleições de 1996.

Um tema chave é o da direção partidária, pois não existe consenso em relação ao candidato a primeiro-ministro que o partido apresentará nessas eleições. Fala-se na possível criação do

cargo de presidente do partido, mantendo o de secretário geral. A presidência passaria a ser ocupada pelo atual secretário geral, Pedro Pires – líder partidário e chefe de governo durante os anos em que o PAIGC esteve no poder – que, desta forma, teria assegurada sua permanência na vida política. Teme-se que a saída abrupta de um líder com o peso de Pires – embora os anos de poder tenham desgastado muito sua imagem – possa provocar rupturas.

Outro dirigente capaz de simbolizar a renovação do partido seria eleito secretário geral e passaria a ser o candidato a chefe de governo nas próximas eleições. Nomes como o de João

Pereira Silva e Corsino Tolentino, ambos combatentes da guerra de libertação nacional e ministros no governo de Pedro Pires, aparecem como possíveis candidatos à secretaria geral, sem descartar a possibilidade de uma mudança em favor das gerações mais jovens, que favoreceria a Aristides Lima, o atual líder do partido no Parlamento.

Esses serão os principais temas do VI Congresso, a ser realizado em fins de julho, no qual os 200 delegados buscariam dinamizar as estruturas partidárias, resgatar a imagem do movimento, que conduziu o país à vida independente, e apresentar-se como al-

ternativa para 1996, reconquistando a confiança dos eleitores.

Será o complemento da reforma iniciada na última reunião da Direção Nacional, em fevereiro, quando dividiram responsabilidades para o funcionamento de um *shadow cabinet* (um gabinete paralelo, ao estilo das democracias parlamentares da Europa) que acompanhe criticamente as ações do governo do MPD.

Finalmente, em agosto, um terceiro evento partidário marcará 1993: o IX Congresso da UCID, um partido de inspiração cristã, membro observador da Internacional Democrata-Cristã. Criado em 1978, na Holanda, por um grupo de trabalhadores imigrantes, a UCID é a terceira força de Cabo Verde e se considera uma alternativa de poder.

No próximo Congresso, o segundo que realizará em Cabo Verde, a UCID pretende eleger uma nova direção e alterar os estatutos partidários, descentralizando seu funcionamento com a criação de nove regionais no país e igual número no exterior (quatro na Europa, três na América e duas na África). Em relação à sua estratégia eleitoral, a UCID, que se postula como um “partido do povo”, prefere não adiantar nada e revelar seus planos depois do Congresso. ■



Os nepaleses conservam sua vida tradicional resistindo à cultura do Ocidente

Paraíso perdido

Os ex-hippies que nos anos 60 iam a Katmandu em busca de paz interior, só encontram hoje os restos do que foi uma cidade livre da influência ocidental

Mana Man Singh

No passado, Katmandu foi refúgio dos hippies que enchiam o místico lugar em busca de paz interior. Longe das multidões exasperadas, a capital do Nepal se mantinha imaculada diante da explosão e da contaminação da civilização ocidental.

Nos anos 60, ainda era uma cidade medieval, arraigada profundamente a suas tradições e em harmonia com o panorama da cordilheira Himalaia que a circunda. Já amadurecidos, os ex-hippies que voltam agora ao Nepal só encontram um paraíso perdido. Katman-

du é hoje uma metrópole congestionada e poluída, sem diferença, praticamente, em relação a outras cidades do Terceiro Mundo.

“Estive aqui pela primeira vez em 1961. O ambiente de Katmandu estava então intacto. Simplesmente não posso acreditar na mudança que sofreu em 30 anos”, lamentou Sam Brian, um espiritualista norte-americano, em sua recente visita ao Nepal.

A destruição da antiga Katmandu não é somente um pesadelo urbano mas também uma tragédia cultural. O câncer da urbanização corrói um conjunto de cidades únicas por sua arquitetura, sua cultura e sua forma de vida, que permaneceram intactas durante séculos.

Hoje, os reluzentes capitéis dourados dos templos disputam espaço no horizonte com as antenas parabólicas. Ao crescer para abrigar um número cada vez maior de imigrantes, a cidade arrasou com as terras férteis a sua volta, de onde provinha a subsistência da população.

Pela primeira vez aparecem casas precárias à beira dos rios. A população do vale, de 900 mil habitantes, aumenta a uma média de 5% ao ano. Para abastecer todos os moradores, as autoridades municipais racionam a água e a luz, enquanto o lixo se amontoa nas ruas.

Patrimônio da Humanidade – Katmandu é uma das três cidades encrustadas em um vale de 400 quilômetros quadrados, aos pés do Himalaia, um lago que secou há 10 mil anos e formou a fértil planície aluvial, cercada de enormes montanhas.

A cidade servia de escala obrigatória na antiga rota comercial entre Índia e China, através do Himalaia. Os reinos do vale se enriqueceram com o comércio e seus governantes investiram essa riqueza construindo espetaculares complexos de palácios e templos, nos quais se praticava uma mistura de hinduísmo e budismo, peculiar à região.

A herança arquitetônica de Katmandu é tão valiosa que a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) a declarou patrimônio da Humanidade. “Para nós, é claro que Katmandu se

Um dos países mais pobres do mundo

Nepal, um pequeno e isolado país encrustado nas alturas geladas do Himalaia, viveu sempre à sombra de seus poderosos vizinhos: Índia, ao sul, e China, ao norte. A neutralidade na política externa em relação aos vizinhos é a marca registrada da diplomacia nepalesa, e o que garante a sua sobrevivência.

O Banco Mundial considera o Nepal um dos países mais pobres do mundo. Seus 140.800 km² de superfície estão cobertos por uma variada vegetação, e 90% da população se dedica à agricultura. Com pouco mais de 19 milhões de habitantes, o país mostra três paisagens completamente diferentes: a planície Tarai – fértil e tropical –, os planaltos centrais e a cordilheira do Himalaia.

Os rios que descem do alto da cordilheira fazem do Nepal um dos países com melhor capacidade fluvial,

embora esta característica ainda não tenha sido aproveitada em benefício da população. A madeira proporciona 90% da energia que se consome, o que tem provocado problemas de erosão e desmatamento.

Os nepaleses descendem basicamente de indianos, tibetanos ou mongóis, e o idioma mais falado é o nepalês, que tem caráter oficial embora apenas a metade da população o conheça. As muitas outras línguas utilizadas correspondem às várias comunidades culturais existentes, das quais a tibetana é a mais importante.

A capital, Katmandu, em 1988



possuía 235.160 habitantes. Outras cidades importantes são Pkhara, Biratnagar e Birganji. A religião oficial é a hindu, embora exista um número também expressivo de budistas.

converteu em uma caldeira que só tem duas opções: explode ou vai sofrer um êxodo em massa”, reflete Kanak Mani Dixit, de Himal Associates, um grupo com sede na capital nepalesa que realizou um seminário sobre os limites do crescimento do vale.

Dixit afirma que Katmandu é a única capital no mundo que tem uma fábrica de cimento em plena produção a apenas quatro quilômetros do centro da cidade. “Se a isso acrescentamos um trânsito de 60 mil veículos e milhares de chaminés, o resultado é uma séria dificuldade de respirar.”

O ar frio da montanha impede que os agentes poluidores se dissipem, mantendo-os próximo à superfície, em um processo conhecido como “inversão térmica”. Isto significa que, apesar de ser uma cidade pequena, os níveis de contaminação de Katmandu são quase tão altos quanto os da Cidade do México. Tais condições conspiram contra a indústria do turismo, que rende anualmente 80 milhões de dólares e é a principal fonte de divisas do país.

Crescimento versus preservação – A maioria dos 225 mil turistas que chegaram ao Nepal no ano passado foram ao país só para visitar as montanhas e apenas passaram por Katmandu. Os especialistas, como John Sanday, da Unesco, advertem que a contaminação urbana e a deterioração do patrimônio estético de Katmandu terminarão afetando o turismo a não ser que se adotem medidas urgentes.

Recentemente, a prefeitura local iniciou um programa de demolição dos edifícios modernos que ultrapassassem o limite de cinco andares, construídos no centro histórico da cidade. Os protestos não tardaram. “Como podemos pedir à população que viva para sempre nas casas antigas sem as comodidades modernas?”, questionou Padma Ratna Tuladhar, um parlamentar da capital.

Em uma época de total liberdade democrática para os nepaleses, após 30 anos de regime autoritário, com os políticos locais dedicados a satisfazer seus eleitores, a aplicação dos códigos tradicionais de construção se torna mais difícil.

“Todo conservacionista deve compreender que os esforços de preservação urbana implicarão restrições à liberdade individual, tanto para construir como para alterar, e essas medidas nunca terão apoio popular”, reconheceu Y. K. Parajuli, um arquiteto que trabalha na restauração urbana.

Carl Pruschka, um técnico austríaco que trabalhou pelas Nações Unidas em Katmandu durante os anos 60, observa que os habitantes do vale estão diante de duas alternativas cruciais: “Construir seu futuro tranquilamente sobre os cimentos de seu passado e continuar vivendo em seu paraíso ou optar por um estilo de vida do século XX, regido pelo mercantilismo e pelos erros de uma tecnologia mal aplicada”, disse Pruschka.

Uma decisão difícil para um país onde o modelo de desenvolvimento ocidental estão longe da metade do caminho, e o estilo de vida tradicional tem sido em algumas partes conservado e, em outras, completamente deixado de lado.

O impasse continua

A última rodada de conversações entre os representantes do governo da Indonésia e de Portugal em nada contribui para mudar a difícil situação de Timor Leste



Austrália: a comunidade timorense protesta contra a prisão de Xanana Gusmão pelos indonésios

Pedro Sutter

Após a captura de Xanana Gusmão, líder da resistência à ocupação indonésia, em 20 de novembro passado, a situação deteriorou-se muito”, afirma Mari Alkatiri, secretário para Relações Exteriores da Fretilin (Frente de Libertação de Timor Leste) em Maputo, Moçambique – país pioneiro na acolhida do movimento independentista e onde se forma a maioria dos quadros mauberes.

No entanto, Alkatiri considera que houve uma real união entre os mauberes, tanto no interior do país quanto no exterior “em torno de uma necessidade: superar a crise”. A captura de seu sucessor, comandante Ma'Huno (cujo verdadeiro nome é Antonio Gomes da Costa), em março último, agravou ainda mais a delicada situação do pequeno enclave.

A posição adotada pelas potências ocidentais em relação à ilha varia segundo seus interesses. A Austrália, por exemplo, aceitou Timor Leste como 27ª província indonésia, de olho nas reser-

vas petrolíferas no mar de Timor, que estão entre as maiores do mundo.

Outros países como a Inglaterra e a Alemanha cooperam com os militares indonésios. “Nós nunca tivemos apoio militar de outros países”, diz Alkatiri.

Porém, já há sinais claros de desgaste do governo indonésio na comunidade internacional. A mudança mais significativa nesse sentido partiu dos Estados Unidos. Com o novo contexto internacional criado após a desintegração da URSS e o fim da Guerra Fria, a Indonésia perdeu, para Washington, a importância geoestratégica que justificava seu apoio incondicional à ditadura do general Suharto.

Isso explica as recentes críticas do presidente Clinton ao governo indonésio e o fato do Congresso norte-americano ter aprovado uma lei suspendendo todo apoio militar àquele país asiático.

Diálogo de surdos – O regime do general Suharto alega que “o povo de Timor Leste aceitou a integração”. É o que afirmou recentemente seu ministro das Relações Exteriores, Ali Alatas, esquecendo-se dos 200 mil mortos pelas

forças indonésias desde a ocupação da ilha, em 1975.

Em uma nova tentativa de encontrar uma solução para o conflito, as Nações Unidas patrocinaram uma segunda rodada de negociações (ver quadro “Histórico da ocupação”), marcando um encontro em Roma entre Portugal – ex-potência colonizadora e hoje defensora dos direitos de Timor – e o país invasor.

A reunião, ocorrida em 21 de abril, resultou no esperado diálogo de surdos. De um lado, Portugal exigia a realização de um referendo onde se pudesse optar pela autonomia ou ratificar a anexação à Indonésia, que por sua vez recusa o plebiscito e reclama o território como parte integrante do país: “Fizemos mais pelo país (em 17 anos) do que Portugal em 450 anos”, garantem.

Tanto Ali Alatas quanto seu colega português, José Manuel Barroso, concordaram em “prosseguir os esforços para resolver a questão de Timor-Leste”, em nova rodada de negociações dia 17 de setembro, em Nova Iorque.

“Ali Alatas deu mais uma vez demonstração de má-fé”, declarou Ramos

Histórico da ocupação

1975 – Após a Revolução dos Cravos, em Portugal, inicia-se o processo de descolonização.

07/12/75 – A Indonésia invade a ilha de Timor Leste, com autorização expressa do então presidente norte-americano Gerald Ford e do secretário de Estado Henry Kissinger (segundo informações do serviço secreto português). Os nacionalistas da Fretilin se refugiam nas montanhas.

1976 – Resolução da ONU reconhece o direito de autodeterminação aos habitantes de Timor-Leste, o que é ignorado pela Indonésia.

09/77 – O líder da Fretilin, Xavier do Amaral, é expulso da organização por defender negociações com Jacarta; é substituído por Nicolau Lobato, que morre em combate um ano depois.

03/81 – I Congresso da Fretilin elege para presidente José Alexandre Xanana Gusmão.

03/83 – Xanana Gusmão e o comando indonésio de Timor estabelecem uma trégua, que dura quatro meses.

1989 – Xanana Gusmão deixa o cargo na Fretilin e passa a presidir o Conselho Nacional de Resistência Maubere (CNRM). José Ramos Horta assume a coordenação no exterior da

organização, que agrupa todos os independentistas, entre eles a Fretilin.

10/89 – O papa João Paulo II visita Timor, sem contudo fazer referência às denúncias de violações dos direitos humanos e aos números da Anistia Internacional – 210 mil mortos em 15 anos de anexação forçada, em uma população original de 650 mil habitantes.

12/11/91 – O exército indonésio abre fogo no cemitério de Dili, capital timorense, matando 273 pessoas.

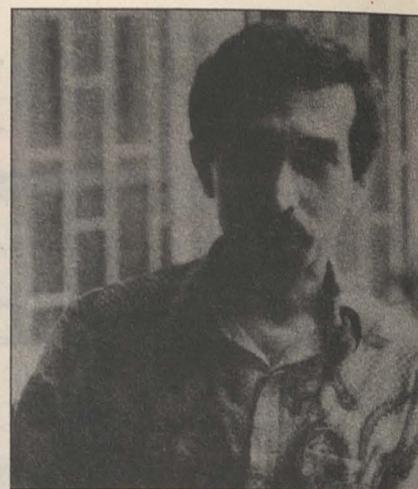
20/11/92 – Xanana Gusmão é capturado.

17/12/92 – Negociações entre Portugal e Indonésia na sede da ONU, em Nova Iorque, não chegam a lugar nenhum.

11/3/93 – Comissão de Direitos Humanos da ONU aprova documento condenando a Indonésia expressamente. Os EUA apóiam a iniciativa pela primeira vez.

03/93 – Ma'Huno, sucessor de Xanana Gusmão, é preso pelos indonésios.

21/4/93 – Mais uma rodada de negociações, desta vez em Roma, demonstra a intransigência da Indonésia. Nova reunião é marcada para setembro.



Alkatiri: "É preciso superar a crise"

Horta, representante especial do Conselho Nacional de Resistência Maubere, que agrupa todos os partidos e movimentos libertadores de Timor e é porta-voz autorizado da resistência guerrilheira no exterior.

O dirigente afirmou que não se sentiu decepcionado com o fracasso das negociações pois "não acreditávamos que resultasse em algo positivo". Ele espera que no futuro haja uma forte pressão internacional contra a Indonésia, especialmente dos EUA e da CE (Comunidade Européia) e que os objetivos almejados sejam alcançados com o tempo.

Os planos dos nacionalistas para quando Timor-Leste se tornar independente são desenvolver a agricultura intensiva e a pecuária. A questão da reforma agrária não é discutida nem considerada necessária em Timor-Leste "pois há terra para todos", como diz Mari Alkatiri. A Fretilin pretende aproveitar melhor a riqueza hidrográfica da ilha. Outra possível fonte de renda quando termine o conflito seria o turismo, que desperta interesse por parte de japoneses e australianos.

Nos últimos 17 anos Timor tornou-se centro das atenções da região, e, caso lhe seja permitido, participaria do Fórum do Pacífico Sul como membro ativo, continuando com a natural vocação de entreposto comercial. "A língua nos aproxima do Brasil", diz Alkatiri, destacando a localização estratégica como ponte para o mercado asiático.

A implantação de uma indústria de transformação se torna necessária para se aproveitar as jazidas de mármore e cobre que, junto ao petróleo e gás natural, tornam a pequena ilha alvo da coibição internacional.

A Europa diz não aos imigrantes

Os atos contra o racismo em toda a Europa revelam a preocupação com o crescimento dos grupos neonazistas, que culpam os estrangeiros pela crise econômica de seus países

Ruben Caixeta de Queiroz

Ano de 1992. 22 de agosto: uma centena de neonazistas lança coquetéis *molotov* sobre um abrigo de migrantes na cidade de Rostock, Alemanha, sob os aplausos da população local.

* 29 de outubro: cerca de 400 refugiados de Mali, Senegal e Mauritânia que estão acampados no Parque de Vincennes, Paris, são desalojados pela polícia e en-

viados à periferia da cidade. O partido de extrema-direita Frente Nacional felicita a evacuação dos africanos e exige o seu retorno aos países de origem.

* Meados de novembro: na Espanha, uma jovem dominicana e um marroquino são assassinados por jovens neonazistas. O motivo do crime é dado pelos autores: "Bom, pode-se dizer que somos racistas."

Os exemplos de atos concretos de violência com conteúdo racista em toda Europa nos últimos anos ocupariam páginas e páginas: ataques a albergues de migrantes, profanação de cemitérios judeus e muçulmanos, conflito nos subúrbios, etc.

A xenofobia vem crescendo de forma alarmante. No caso da Alemanha, esse processo é particularmente evidente: em 1992, segundo ano da unifi-



Em toda a Europa, calcula-se que mais de quatro milhões de manifestantes saíram às ruas para protestar contra o racismo

RACISMO

EUROPA

cação, as agressões contra estrangeiros se aproximaram de duas mil, das quais mais de 500 se realizaram com coquetéis molotov, deixando 17 mortos e 80 feridos. Em 1991 ocorreram menos de 1.500 ataques e três assassinatos. No ano anterior, menos de 250 agressões (o último dado não leva em conta a antiga Alemanha Oriental).

Mas também em outros países europeus se observa a expansão da xenofobia: nos últimos 10 anos na França foram cometidos 200 assassinatos racistas; na Inglaterra, foram oito mortos e calcula-se mais de sete mil agressões só no ano passado.

Fenômeno político – Como diz o sociólogo Michel Wieviorka, o racismo se expressa além da violência física. O crescimento dos partidos de extrema-direita já é um fenômeno político. Na França, a Frente Nacional está na vanguarda européia da politização do fenômeno. Nas eleições legislativas do dia 21 de março deste ano, o partido de Jean-Marie Le Pen obteve cerca de 13% dos votos, enquanto uma recente

sondagem de opinião indicava que 30% dos franceses são confessadamente racistas.

Na Inglaterra, os ultraconservadores – a Frente Nacional (NF, em sua sigla em inglês) e o Partido Nacional Britânico (BNP), também em sua sigla inglesa – são menos expressivos e não atingem mais do que 3,5% do eleitorado.

Na Alemanha reunificada há mais de 40 mil extremistas de direita e seis mil neonazistas ativos, segundo o Escritório Federal para a Defesa da Constituição. Calcula-se que existam 70 organizações de extrema-direita, entre elas os partidos Os Republicanos (que obteve 8% dos votos nas últimas eleições municipais em Berlim), União Popular Alemã (DVU), Partido Nacional-Democrata da Alemanha (NDP), Partido Liberal Alemão dos Trabalhadores (FAF), Ofensiva Nacional (NO), Lista Nacional (NL) e os recentemente proibidos Frente Nacional (FN) e Alternativa Alemã (DA).

Muitos dos grupos acima dispõem de armas compradas de traficantes quando da retirada das tropas soviéti-



Berlim: cemitério judeu é profanado

População estrangeira na Europa, em milhares

PAÍS RECEPTOR	POPULAÇÃO ESTRANGEIRA TOTAL	EM % DA POP. TOTAL	POP. ESTRANG. NÃO EUROPEIA – CE	EM % DA POP. TOTAL	PRINCIPAIS PAÍSES DE ORIGEM
ALEMANHA	4.630	7,6	3.253	5,3	Turquia 1.481 Iugoslávia 598 Magreb 89 África Negra 61
BÉLGICA	853	8,6	315	3,2	Magreb 144 Turquia 75
FRANÇA	4.158	7,5	2.228	4	Magreb 1.500 Turquia 169 África Negra 169 Iugoslávia 68
ITÁLIA	572	1	400	0,7	África Negra 78 Iugoslávia 20 Magreb 14
HOLANDA	568	3,9	408	2,8	Turquia 159 Magreb 117
REINO UNIDO	1.783	3,1	996	1,8	Bangladesh, Índia, Pasquistão 506 África Negra 99 Magreb 70
TOTAL DA COMUNIDADE EUROPEIA	12.970	4	7.880	2,43	

RACISMO

EUROPA

RUBEN CAIXETA



Liga antinazista da Inglaterra: só em 1992, houve 7 mil agressões de natureza racista

cas (pode-se comprar por 200 marcos um fuzil Kalashnikov e uma caixa de 20 granadas por 100 marcos).

Nos programas de alguns destes partidos estão proposições que vão da proibição de reagrupamentos familiares por origem étnica até a expulsão pura e simples dos estrangeiros.

A filosofia dos grupos nazistas pode ser resumida nas declarações que o criador do Partido Nacional Alemão, Thomas Dienel, fez à imprensa no final do ano passado: "Infelizmente a jovem geração ainda não matou todos os judeus. Agora é preciso queimar os vietnamitas e negros."

Atos contra o racismo - Poderíamos ainda dar exemplos de crescimento da extrema-direita e da xenofobia nos países nórdicos, na Espanha, Itália, Hungria, Polónia e principalmente Bélgica e Austria. Apesar deste quadro, Pascal Cherki, secretário geral do "SOS Racismo" (uma das principais organizações não-governamentais francesas que lutam contra a discriminação racial), acredita que a parte da sociedade europeia anti-racista é bem maior do que aquela representada pelos grupos de tendência neonacionalista-fascista.

De fato, vimos no final de 1992 e início deste ano grandes manifestações em toda a Europa contra a violência racista e pela igualdade de direitos entre os povos. Manifestações como as de Berlim do dia 8 de novembro de 1992 e a de Munique do dia 6 de dezembro de 1992 reuniram cada uma cerca de 300 mil pessoas; ou os 30 mil da passeata em Paris no dia 6 de fevereiro passado.

Ao todo, estima-se que mais de quatro milhões de manifestantes saíram às ruas em diferentes países da Europa numa mobilização contra o preconceito racial. Ao mesmo tempo, diversos atos demonstraram sua solidariedade para com os imigrantes, como na última rodada de 1992 do campeonato alemão de futebol em que

todos os jogadores tinham inscrito na camisa: "Meu amigo é um estrangeiro."

Bode expiatório - Entretanto, a crise econômica europeia tem aberto espaço para os discursos e a ação da extrema-direita. Os migrantes são o bode expiatório e cresce a retórica de que eles deveriam cuidar da pobreza em seus países de origem ao invés de vir "desfrutar do bem-estar social da Europa".

Le Pen, líder dos conservadores franceses, disse durante a propaganda para as eleições de março último: "A imigração é responsável pelo considerável agravamento do desemprego e da insegurança. Sei que há dois milhões de empregos que são ocupados por imigrantes." E completa dizendo que a França não tem nada a ver com os problemas dos outros: "Antes de querer fazer cessar as violências e os abusos na ex-Iugoslávia ou na África, é preciso cessá-los na região parisiense (onde se encontra a maior parte dos imigrantes)."

De uma forma mais provocativa, sobre a mesma questão diz um *skinhead* espanhol: "Que fiquem os negros em seus países perseguindo leões e não tenhamos que cruzar com eles nas ruas."

Segundo dados oficiais, há três milhões de desempregados na França. Na Alemanha, o custo da unificação tam-

bém tem provocado o aumento do desemprego: oficialmente há 1.800.000 pessoas sem trabalho na parte oeste do país (6,1%) e 1.090.000 no leste (13,4%). Nos últimos dois anos, um trabalhador em cada três ficou sem emprego na parte oriental.

O número de refugiados e migrantes que tentam entrar na Alemanha tem mais que duplicado: 368.362 pessoas pediram asilo político nos dez primeiros meses de 1992, 81% a mais do que o mesmo período do ano anterior.

Apesar disso, não se pode considerar exagerado o número de migrantes: na comunidade europeia existem cerca de 343 milhões de habitantes e apenas 6,4 milhões deles são estrangeiros provenientes do Terceiro Mundo ou da Europa do Leste. Mesmo se a estimativa de três milhões de clandestinos fosse incorporada a esta cifra, os estrangeiros não passariam de 2,74% da população europeia.

A grande maioria é proveniente de países árabes, principalmente do norte da África, além do Paquistão e Turquia, sendo os turcos o maior grupo, com cerca de 2,3 milhões de imigrantes (ver quadro).

O vento que sopra do Leste - Entretanto, hoje em dia o vento que

RACISMO

EUROPA

mais traz aflição aos europeus vem do Leste. A crise que atinge os antigos países comunistas bate à porta do Ocidente. Existem cerca de 40 milhões de desempregados na ex-União Soviética e estima-se que um milhão deles migrem em direção à Europa a cada ano. Ao lado disso, a própria guerra dos Balcãs e os conflitos entre minorias étnicas e nacionais ameaçam alastrar-se para outros campos.

Após quatro décadas de comunismo no Leste europeu, assiste-se ao ressurgimento da xenofobia e do racismo. Em países como a Polônia, Hungria, Romênia, as repúblicas Tcheca e Eslováquia crescem os discursos e atos anticigano, antiárabe e anti-refugiado. Na Romênia, a revista mais lida hoje é abertamente xenófoba e anti-semita.

Istvan Csurka, vice-presidente do Fórum Democrático Húngaro (MDF), escrevia em agosto do ano passado: "Nós devemos reconhecer que grupos degenerados, onde as duras leis da seleção natural não funcionam mais, vivem entre nós há muito tempo." Para os leitores húngaros, a alusão era cla-

ra: os ciganos (estimados em 600 mil) "poluem" a raça húngara.

Como os judeus que não tinham território antes do fim da Segunda Guerra Mundial, os ciganos também foram perseguidos, colocados em campos de concentração, mortos aos milhares (poucos sabem que de 500 a 600 mil ciganos foram exterminados pelo regime de Hitler). Sobreviventes, nômades, sem território, perto de 8 milhões deles vivem hoje em diferentes países europeus (a maioria concentrada na Romênia, Hungria e ex-Tchecoslováquia). É hoje o grupo étnico que mais sofre com o racismo. Onde quer que os ciganos se encontrem, são acusados de preferir o roubo ao trabalho, de fazer mercado negro, de serem preguiçosos, etc.

Paradoxo - Aparentemente, há um paradoxo entre o crescimento do nacionalismo, da xenofobia e do racismo justamente quando a economia e a cultura se internacionalizam. Entretanto, para o sociólogo Michel Wieviorka é exatamente devido à construção do sistema de mercado comum europeu e à homogeneização cultural que surge o sentimento de perda da identidade e dos valores tradicionais.

Estará aí um dos motivos do fechamento da Europa em termos políticos, do crescimento da extrema-direita e do risco de uma dualização entre europeus e não-europeus, ou ainda da divisão entre o mundo dos ricos e dos pobres. Dois exemplos nos mostram

RUBEN CAIXETA

como os países europeus vão fechando suas portas aos imigrantes. Primeiro, na Alemanha - de todos os países da CE, o que possui a legislação mais acolhedora ao refugiado político - o Partido Social-Democrata aceitou negociar no final de 1992 com os ultraconservadores a modificação do artigo 16 da Constituição que garante a todo perseguido político o direito de asilo.

Segundo, no final de janeiro passado o ultradireitista Partido Liberal Austríaco (FPÖ) organizou uma campanha em que recolheu cerca de 500 mil assinaturas (7,3% dos eleitores do país) em apoio a uma proposta para fechar as fronteiras da Áustria aos migrantes e, ao mesmo tempo, reduzir os direitos dos estrangeiros que já se encontram morando no país.

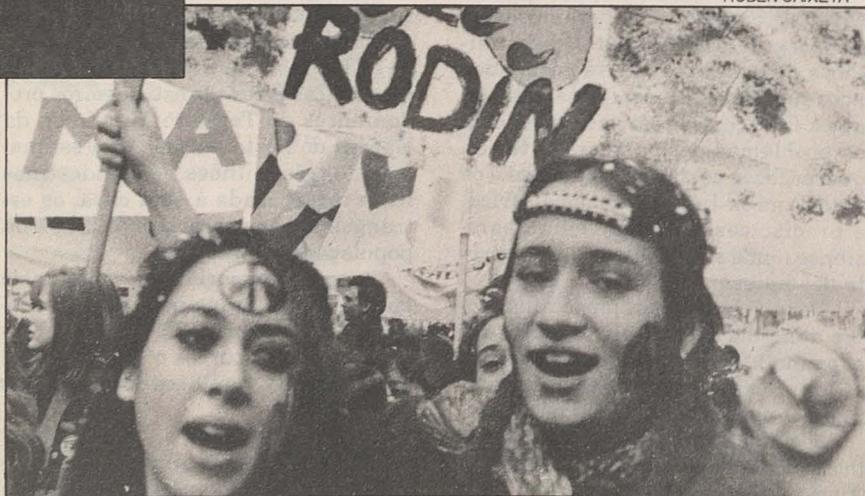
De certa forma a campanha foi mal sucedida, pois os organizadores esperavam uma adesão de um milhão de pessoas. Além disso, 200 mil austríacos saíram às ruas de Viena em protesto contra o projeto. Em todo caso, o país vem endurecendo a sua política de imigração e em julho de 1992 deixou de receber os refugiados da ex-Iugoslávia.

A xenofobia européia tem suas raízes fincadas nos esquemas mentais de diferenciação e classificação do outro: o negro, o judeu, o árabe, o asiático, o índio. Enquanto os europeus autoproclamavam-se superiores na escala evolutiva da Humanidade, o "outro" deveria ser conquistado e elevado à categoria de civilizado. Países colonizadores e imperialistas como a Alemanha e a Áustria, Espanha, Portugal, França, Itália, Holanda, Bélgica e Inglaterra tentam construir uma nova ordem econômica após o fim da Guerra Fria. Uma nova ordem que reserva aos povos ex-colonizados e explorados a marginalidade e a submissão às "regras do mercado". Quanto às consequências da colonização e da Guerra Fria, se limitam a dizer: "O problema é de vocês."

Afinal de contas, segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas, os países industrializados do Norte acolheram uma diminuta parte dos refugiados: dos 15 milhões de pessoas que em 1990 foram vítimas de perseguição política ou da fome, 12 milhões não foram além das fronteiras da África e do Oriente Médio.



Para Pascal Cherki, secretário-geral do "SOS Racismo", a maior parte dos europeus não é racista (abaixo, estudantes participam de ato anti-racista em Paris)



Cerrando fileiras

Meios alternativos de comunicação da América Latina se reúnem no Equador para discutir seus problemas comuns e analisar suas perspectivas

Aldo Gamboa

Os meios de comunicação alternativa da América Latina conseguiram o que buscavam há décadas: sentar-se em uma mesma mesa e discutir seus problemas comuns, estudar projetos de colaboração e analisar suas perspectivas em conjunto.

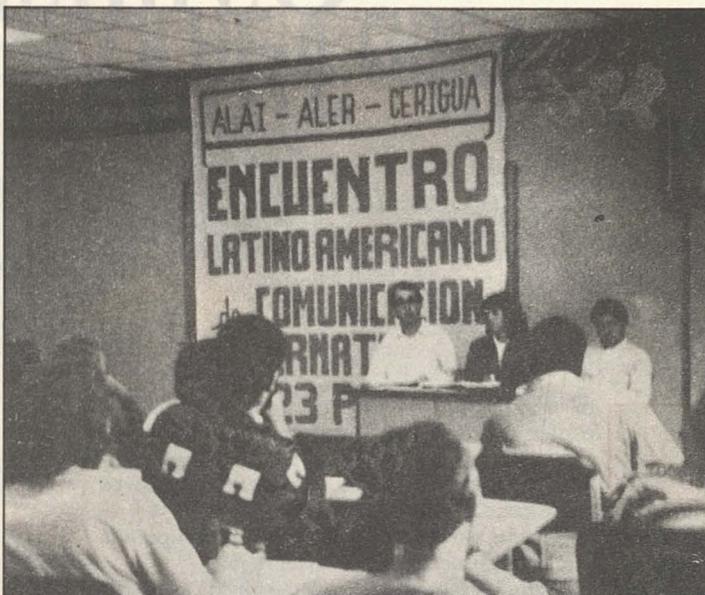
Essa experiência ocorreu durante o Encontro Latino-Americano de Meios de Comunicação Alternativa e Popular, que se realizou em Quito, Equador, entre 19 e 23 de abril, e contou com a presença de **cadernos do terceiro mundo**¹.

Foi a primeira vez que a imprensa alternativa do continente teve a oportunidade de abordar em bloco a problemática da comunicação e dos movimentos sociais na região, traçando um panorama global da situação. Os mais de 60 participantes, provenientes da América Latina e Europa, tiveram também a oportunidade de estabelecer contatos e convênios bilaterais com o objetivo de ampliar a colaboração entre os meios que representavam.

"O encontro foi um êxito, tanto pelos documentos emitidos como pelo nível da discussão. Os acordos bilaterais também foram importantíssimos", disse Osvaldo León, dirigente da Agência Latino-Americana de Informação (Alai), uma das entidades organizadoras junto com a Associação Latino-Americana de Educação Radiofônica (Aler) e o Centro Exterior de Material Informativo sobre a Guatemala (Cerigua).

"Tenho a impressão de que a mentira está unida à verdade dispersa, mas encontros como esse servem para que possamos construir uma alternativa viável em termos de comunicação", afirmou Ileana Alamilla, diretora do Cerigua.

Coordenação regional - Uma das resoluções mais importantes tomadas pelos representantes da imprensa alternativa foi a criação de uma coordenação regional que promova a democracia nos meios de comunicação, desenvolva programas de capacitação mútua e sirva como veículo de intercâmbio de informações e experiências.



Representantes de meios alternativos da América Latina, EUA e Europa discutem em Quito seus problemas comuns

Além da rede latino-americana, os participantes assinalaram a necessidade de consolidar as relações com os movimentos sociais.

Outra preocupação dos comunicadores presentes em Quito foi o acesso a modernas tecnologias. "Devemos nos esforçar para ter acesso a aparelhos de fax, microcomputadores, correio eletrônico e outras facilidades da tecnologia. Nossa qualidade não depende disso, mas nosso alcance sim", disse Enrique Ortega, da revista nicaraguense *Pensamiento Propio*.

A capacitação técnica dos comunicadores foi outro tema abordado. "Se não avançarmos profissionalmente, estaremos sempre no gueto, enquanto a grande imprensa nos atropela", defendeu Alamilla na comissão que estudou o assunto.

Fora da América - Uma participação particular tiveram os convidados da Europa e Estados Unidos, todos de publicações que tratam da questão latino-americana nessas regiões do mundo.

Felipe Huysegems, do centro de informações *Sago*, da Bélgica, ressaltou que "para informar sobre a América Latina em nosso mercado, é fundamental evitar o panfleto". A mesma opinião era compartilhada por Carlos Flaskamp, da revista alemã *ILA*. "Para nós, é fundamental ter fontes confiáveis na América Latina como as representadas nesse encontro", disse Deidre McFadyen, de *Report on the Americas*, dos Estados Unidos. ■

¹A revista *cadernos do terceiro mundo* foi representada em Quito pelo autor deste artigo

Os mistérios da "ajuda" ocidental

As condições da "ajuda" dos países ricos ao Terceiro Mundo são contraditórias a ponto de impedir uma análise séria

Erskine Childers*

Um estudioso de outro planeta, que visitou recentemente a Terra, analisou a "ajuda" ocidental aos países do Terceiro Mundo. Evidentemente, a experiência deve ter sido muito desconcertante para o visitante extra-terrestre, já que partiu de forma tão abrupta que esqueceu seus apontamentos. Eis aqui algumas de suas observações:

"Na linguagem terrestre - escreveu - 'ajuda' quer dizer dar assistência a alguém. Mas 64% da ajuda aos países pobres é gasta nos países que a concedem (a isso eles denominam de 'ajuda vinculada'). De fato, cerca de dois-terços dessa ajuda consistem em subsídios para que os países ricos exportem aos pobres seus próprios equipamentos ou especialistas. Mas os países ricos não parecem admitir que isso se trata na verdade de assistência mútua."

Mais adiante diz que "os que dão essa ajuda chamam a si próprios de 'doadores' e os países em desenvolvimento, de 'receptores'. Mas fiquei sabendo que os países receptores devem pagar aos chamados doadores uma soma equivalente à ajuda recebida, ou mais, para amortizar os empréstimos. Geralmente, o que pagam é muito mais que a dívida original já que as taxas de juros foram elevadas unilateralmente pelos doadores. De maneira que, na prática, os 'doadores' são 'receptores'."

O estudioso extra-terrestre também se inteirou de que os doadores estavam muito agitados pela má administração da economia - fato que ele mesmo comprovou - nos países do Terceiro Mundo visitados. "Por outro lado, no país que chama a si mesmo de 'a única superpotência' a administração das cadernetas de poupança foi tão ruim que deixou um 'rombo' de 750 bilhões de dólares, o governo tem o maior déficit do mundo e um de cada dez cidadãos vive da assistência pública."

O visitante do espaço leu que os doadores estabelecem condições para se prevenir da corrupção nos países em desenvolvimento. Mas, outra vez, registrou seu assombro ao ler na imprensa que os partidos governantes de dois países doadores estavam envolvidos em escândalos por aceitar fundos de organizações criminosas.

Também descobriu que os parlamentos dos países doadores não que-

rem que a ajuda vá parar em mãos de ditadores. Neste ponto, escreveu: "Mas comprovei que a maioria destes ditadores é instalada pelos serviços de informação de alguns países doadores, sem que os governos das demais nações ricas tenham esboçado algum protesto."

Em seus apontamentos, ele cita uma série de exemplos desse tipo de situação e acrescenta: "Os doadores financiam o acesso ao poder dos ditadores, que também recebem subornos das empresas desses mesmos países. Finalmente, os ditadores enviam todo o dinheiro para contas bancárias secretas nos países doadores (aumentando ainda mais a sua condição de 'receptores')."

No seu caderno, ele menciona novas condições dos doadores relativas aos gastos militares dos receptores de assistência. O visitante deplorou os gastos excessivos em armas por parte dos países pobres, mas ao mesmo tempo observou que, segundo documentos das Nações Unidas, "em 1990, 80% da população mundial foram responsáveis por 14% dos investimentos em armamentos, enquanto que 20% da espécie humana, nos países ricos, foram responsáveis pelos outros 86%. Ao mesmo tempo que os países ricos vendem a maior parte das armas, questionam a compra por parte das nações pobres."

O estudioso manifestou ainda sua perplexidade diante das razões apontadas pelo Norte para o fato dos países em desenvolvimento não conseguirem crescer. Ele tinha estudado o relatório de um organismo das Nações Unidas segundo o qual o Terceiro Mundo deixa, potencialmente, de arrecadar a cada ano 500 bilhões de dólares devido a barreiras comerciais, ao protecionismo e outras medidas tomadas unilateralmente pelos países doadores. "Isso é dez vezes a 'assistência' anual e 25 vezes toda a 'ajuda não-vinculada'...".

As últimas palavras do perplexo visitante extra-terrestre foram: "Os países ricos se dizem preocupados com a pobreza no Terceiro Mundo, mas a chave para superá-la é o comércio e 80% dos habitantes são responsáveis por apenas 18% do comércio mundial, que é controlado pelos ricos. Isso é cegueira ou simplesmente hipocrisia."

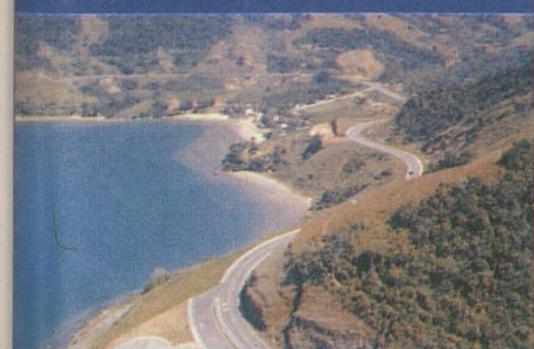
* Erskine Childers foi conselheiro da Secretaria Geral das Nações Unidas e é autor do livro "O caminho para Suez"

Os países receptores devem pagar aos chamados doadores uma soma equivalente à ajuda recebida, ou mais, para amortizar os empréstimos. Geralmente, o que pagam é muito mais que a dívida original

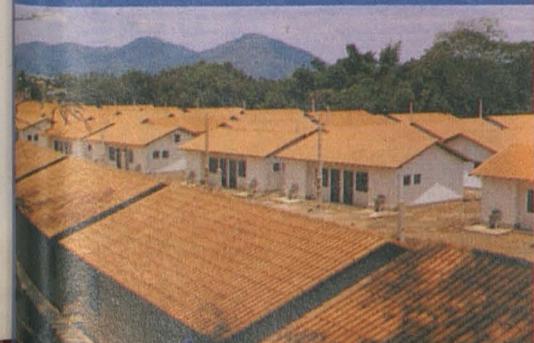
QUEM TEM TECNOLOGIA E EXPERIÊNCIA NÃO ESCOLHE A OBRA



1987 Granja Comari (Teresópolis) - CBF



1966/68 Rio-Santos (Angra dos Reis) - DNER



Uma empresa com experiência no exterior; que conhece como ninguém a variedade de solos da topografia brasileira; que constrói aeroportos, escolas, sambódromos, estradas, barragens, estádios de futebol, está pronta para qualquer desafio.

Por trás desta empresa, um nome e uma data: Affonseca, 41 anos de experiência.



Presente onde está o futuro.

CONSTRUTORA AFFONSECA S.A.

Rua México, 21 - 8º andar - CEP 20031-144 - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (021)210-1343 Fax.: (021)262-6698 Telex: 21-22686



Com a Conta Fácil Banerj, a sua aplicação financeira e o seu tempo vão poder render muito mais. Agora, a operação de resgate é automática e na medida exata do que você necessita, para débitos acima de um valor mínimo. Sem que você precise sequer telefonar ao banco. Ou seja, aquele dinheiro a mais que ia ser apenas um trocado parado na sua conta corrente continua rendendo. Transforme já sua Conta Verde de Aplicações Financeiras em Conta Fácil Banerj. E aplique tudo a que você tem direito. Inclusive aqueles quebrados.

AGORA, O DINHEIRO QUEBRADO QUE IA VIRAR UM TROCADO CONTINUA APLICADO.

CONTA FÁCIL

BANERJ O QUE ER
FAZ FICO
MAIS FÁCIL